

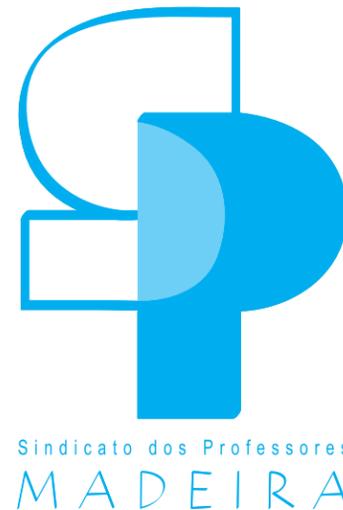
PROF

SINDICATO DOS PROFESSORES DA MADEIRA

Directora: Marília Azevedo

Campo da luta sindical Acções jurídicas, uma aposta do SPM

A luta sindical passa cada vez mais pela vertente jurídica, inclusive nos tribunais, na defesa da legalidade e dos interesses dos professores e educadores. São exemplo recente as providências cautelares, as acções administrativas especiais de impugnação dos cortes salariais nas escolas públicas e no Conservatório da Madeira, bem como a contestação contra o congelamento das progressões.



Pág. 10

Avaliação do desempenho e ECD tão maus como no Continente

Docentes exigem nova proposta de avaliação e ECD sem vagas

O protesto do SPM em 30 de Março forçou o Governo Regional à suspensão da proposta de modelo de avaliação e a repensar as vagas no ECD.

Agora, após a revogação, é preciso preencher o vazio que continua na Região no que toca à avaliação do desempenho docente. "A Madeira continua sem um modelo de avaliação e com uma ponderação curricular polémica", conforme enfatizou Marília Azevedo, coordenadora do sindicato. Por isso, urge criar rapidamente um novo modelo, diferente do regime suspenso.

E mais precisaremos lutar nos tempos que se seguem para termos um ECD mais justo e valorizador da profissão docente, nomeadamente sem vagas e descongelando o acesso ao 6º escalão. O objectivo deve ser a melhoria do ensino, e não apenas cortar nos salários e na progressão, com o falso argumento do mérito.

As razões para a revogação ou revisão do regime de avaliação do desempenho no Continente e Açores, respectivamente, prendem-se com o facto de ser um modelo de avaliação burocrático, que rouba aos professores o tempo necessário para ensinarem; fomenta a competição desgovernada; cria profundas divergências profissionais e não é formativo; bloqueia a entretajuda, a cooperação, a articulação e a coordenação das actividades, prejudicando a coesão e desenvolvimento organizacional da escola e, logo, a qualidade do ensino na escola pública.



Recorde-se que o presidente do Governo Regional, em 2009, considerou o regime de avaliação do desempenho docente «uma pouca vergonha», por «se ir, burocraticamente, avaliar professores».

Págs. 4 e 5

**Ser Professor,
num tempo e numa escola
de incertezas**

10º Congresso SPM

**6 e 7
Maio 2011**
Sala de Congressos
do CS Madeira

Sindicato dos Professores
MADEIRA

A hora é de prática, acção e fazer

Futuro não pode esperar

O 10º Congresso dos Professores da Madeira decidiu centrar-se nos muitos e complexos problemas sentidos pelos professores, no dia-a-dia, na realidade das escolas. Tal determinou os temas dos painéis. Queremos sair do congresso com ideias para dar passos concretos e fazermos aquilo que dizemos que é preciso fazer.

Como ser professor, num tempo e numa escola de incertezas? Como reforçar e revalorizar os professores, os seus saberes e campos de actuação? Como renovar, no século XXI, a escola pública, pólo num conjunto de redes e de instituições participantes na educação e formação dos jovens? Que práticas concretas de intervenção e comunicação com a sociedade? Como nos organizarmos melhor e melhorar os resultados?

«Apesar da formidável expansão dos sistemas de ensino, a mediocridade na educação é atestada pelas comparações internacionais», afirmou António Barreto, em 10 de Abril do corrente, no 32º Congresso Português de Cardiologia, quando falava sobre os sectores do Estado Social. Mais disse o reputado sociólogo que «qualquer política pública começa por ser política, e é bom que assim seja, mas as questões relativas à organização, financiamento, às técnicas, métodos e às práticas dos serviços deveriam ser, em boa parte, alheias aos debates ideológicos.» Exemplificou que, na educação, os «combates e as discussões são essencialmente ideológicos, para não dizer partidários», alertando que a «ciência une enquanto a ideologia separa».

Precisamos de uma acção com os professores unidos à volta dos temas essenciais e da profissão. Com estratégias e rumos claramente definidos. Exigindo e reivindicando as condições e o tempo necessários para irmos mais longe.

É urgente a prática, a acção, o fazer, sem menosprezar as metas a longo prazo e, inclusive, as utopias, desde que não mudem constantemente no curto prazo, nem adiem ou impeçam a tomada de medidas no presente.

Suplemento nas páginas centrais

Perfil

Escola e ensino não rimam com economicismo

Pedro Nuno Ribeiro, professor do 3º Ciclo e Secundário, com dois anos de tempo de serviço, considera que os decisores deveriam ouvir os docentes, em vez de os marginalizar. São estes que estão no terreno e conhecem bem a realidade das escolas. Apesar de todos os problemas e desafios que se colocam, presentemente, aos agentes de ensino, diz-nos com clareza: «não podemos desanimar».

1. Em que circunstâncias decidiu ser professor?

Provavelmente por ter crescido numa escola, devido aos meus pais serem professores e ter estado sempre envolvido em ambiente escolar.

2. Refira as eventuais dificuldades sentidas na concretização dessa decisão.

Oposição dos meus Pais, por sentirem que a profissão não era devidamente valorizada e que iria escolher uma profissão sem futuro onde o desemprego e a instabilidade, já na altura, eram cada vez mais crescentes.

3. Descreva a sua primeira aula enquanto docente.

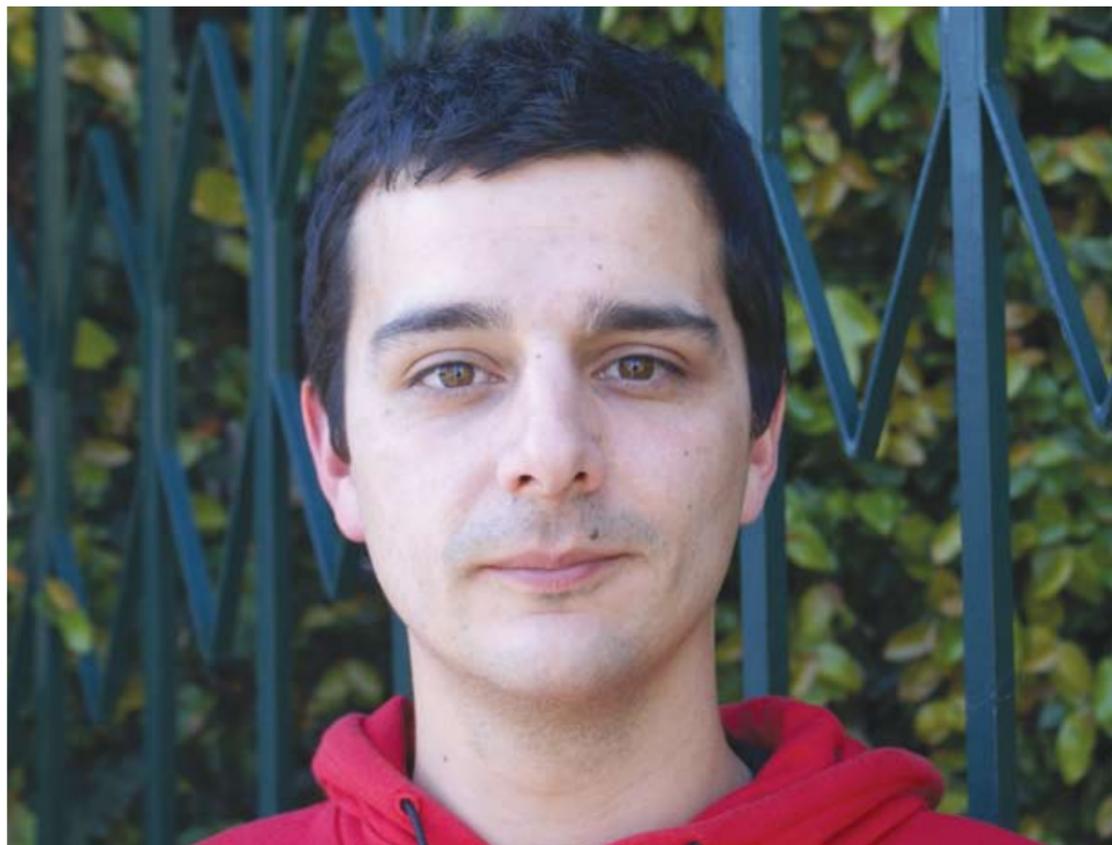
Senti um misto de ansiedade e nervosismo que rapidamente foram ultrapassados com o decorrer da mesma. No final da aula senti-me muito bem.

4. O seu melhor momento enquanto professor.

Ter sido colocado com horário completo, mesmo tendo sido a 500km de casa e a meio do ano lectivo. Apesar de ter de deixar tudo de um dia para o outro e partir, o facto de ter o primeiro contrato e logo horário completo, ainda que temporário, foi muito satisfatório.

5. O pior momento na sua carreira.

Quando leccionava na Escola Secundária Poeta Al Berto em Sines. Ser informado que o meu contrato havia cessado em finais de Julho de 2009, após uma reunião de notas, quando antes me tinham garantido que ficaria até ao final do ano lectivo 31/08/2009. A lei não o permitiu, uma vez que já não tinha nada a fazer na escola. Mesmo sendo vontade do Conselho Executivo manter o contrato, a lei prevaleceu. De nada adiantou o bom trabalho desempenhado e reconhecido pelo Executivo,



Pedro Ribeiro diz-nos que não se consegue um ensino de qualidade despedindo professores aos milhares

aí efectivamente senti o que é ser tratado apenas como um número estatístico. Assim sendo caí no desemprego mais cedo do que esperava.

6. Voltaria, hoje, a escolher esta profissão?

Sim, apesar de tudo acredito que as coisas irão melhorar.

7. Que requisitos acha que são necessários a um docente?

Paciência, gosto em transmitir conhecimento, compreensão, imaginação, bom senso, exigência, capacidade de sofrimento, boa capacidade de adaptação, confiança, respeito...

8. Conteúdo que mais gosta de leccionar?

Não tenho nenhum em particular.

9. Matéria que gosta menos de leccionar?

Não tenho nenhuma em particular.

10. O livro que achou mais útil ou mais influenciou a sua prática profissional.

Aparição, de Vergílio Ferreira.

11. Turma ou aluno que queira destacar?

Uma turma de 12º da qual tive o prazer de ser professor no ano lectivo 2008/2009 em Sines, esforçados, aplicados, empreendedores, respeitadores, inteligentes, dedicados...

12. O seu maior sucesso.

Sinceramente, ainda está para vir.

13. Situação marcante na sua vida profissional.

A colocação na Madeira, nem nas minhas melhores previsões contava ser cá colocado.

14. Identifique, na sua óptica, os maiores problemas no Ensino e o que mudaria na Escola para os resolver.

Na minha opinião para além de todos os problemas associados aos valores, à educação, ao respeito na nossa sociedade, o principal problema passa pelos governantes olharem para a Escola e para o Ensino de uma forma economicista tratando os agentes de Ensino como meros números estatísticos. Olhem para a escola como

uma empresa, para os professores como máquinas de preencher burocracias e para os alunos como clientes que devemos satisfazer não é certamente o melhor caminho. Não é exequível cortar a torto e a direito nos professores, funcionários e todo o tipo de material e conseguir oferecer um Ensino de Qualidade. As condições de trabalho para se poder ensinar e realizar aprendizagens, com qualidade, na escola.

15. Deixe, por fim, uma mensagem aos docentes.

“Depois da Tempestade vem a Bonança” a tempestade ainda está a meio, mas não podemos desanimar. Afinal de contas, quando todos os modelos exportados com anos de atraso, e que já caíram em desuso nos sítios onde foram aplicados, tornarem a situação nas escolas insustentável, certamente que os “tomadores de decisão”, que estão completamente desfasados da realidade, irão dar ouvidos aos docentes que vivem os problemas e cuja opinião tem sido marginalizada.

PROF Trimensário de Informação Sindical

PROPRIEDADE, REDACÇÃO E ADMINISTRAÇÃO:

Sindicato dos Professores da Madeira (SPM)

Morada:

Rua Elias Garcia, Edifício Elias Garcia I, Bloco V - 1º A

Website: www.spm-ram.org

Email: spm@spm-ram.org

Skype: spmadeira

Messenger: spm@spm-ram.org

Telefone: 291 206 360

Fax: 291 206 369

DIRECTORA: Marília Azevedo

CONSELHO DE COORDENAÇÃO:
Comissão Executiva do SPM

COORDENADOR-EDITOR:
Nélio de Sousa

“DE PAPO PRÓ AR”
Coordenação de Helena Lima

CARTOON
Henrique Monteiro

COLABORADORES NESTA EDIÇÃO:
Adriana Guerreiro, Amélia Carreira, Dina Gomes, JPO, Manuel Menezes, Margarida Fazendeiro, Maria Helena Lima, Marília Azevedo, Nélio de Sousa, Paulo Cafófo, Rita Pestana,

PERIODICIDADE: Trimestral

ARTE GRÁFICA E IMPRESSÃO: Eco do Funchal

TIRAGEM: 4.000 exemplares

O PROF está aberto à colaboração dos professores, particularmente os da RAM, mesmo quando não solicitada. Reserva-se, todavia, o direito de condensar ou não publicar, em função do espaço disponível e do Estatuto Editorial desta publicação. Os artigos assinados são da exclusiva responsabilidade dos seus autores.

Foi prometido outro ECD e outra avaliação do desempenho

Governo Regional não cumpriu



Marília Azevêdo
Coordenadora do SPM

1- Esta edição do PROF sai num momento particularmente marcado pelas incertezas que atravessam o exercício da profissão docente.

Após cinco meses de completa travessia do deserto foram retomadas, a 23 de Março, as negociações do ECD /RAM, sendo que a proposta apresentada pela SREC ao Sindicato dos Professores da Madeira para negociação em pouco ou nada diferia da proposta apresentada em Setembro último.

Uma proposta que, ao contrário do que afirma no seu preâmbulo, constitui um verdadeiro entrave à construção, valorização e afirmação da profissão docente. Uma proposta de ECD que, pelo seu articulado, reduz os espaços de autonomia e liberdade dos professores e educadores e do seu desempenho profissional.

A nova proposta de ECD regional constitui um gravíssimo recuo, em relação àquele

que foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2008/M, de 25 de Fevereiro, mantendo-se as vagas no acesso aos 5º e 7º escalões, aulas assistidas obrigatórias e redução de bonificações pela aquisição de novas habilitações ou pela atribuição de “Muito Bom” e “Excelente”.

Poucas ou nenhuma diferenças ficam relativamente ao ECD nacional. Isto apesar de o Governo Regional ter prometido o contrário: um estatuto com uma carreira única, de natureza horizontal, sem vagas ou quaisquer outros constrangimentos administrativos e valorizador da profissão docente.

Esta proposta de estatuto é, definitivamente, uma opção política do Governo Regional que prefere navegar à vista, ao sabor das conjunturas políticas nacionais e escudando-se em fantasmas. A Região Autónoma da Madeira deveria, dentro das

Os docentes na Região precisam de saber com o que contam, quer em termos de Estatuto da Carreira Docente quer em termos de avaliação do desempenho

competências do seu Estatuto Político Administrativo, encontrar as soluções que melhor servem o sistema educativo regional e o desempenho dos docentes que cá exercem.

A acção de protesto que teve lugar no passado dia 30 de

Março serviu para que os representantes da tutela vissem e sentissem o descontentamento dos docentes face a estas medidas que querem impor.

A suspensão exigida pelos docentes não era das negociações. Era a suspensão da negociação de um modelo de avaliação revogado a nível nacional pelo ruído que causou nas escolas. Era a suspensão da aplicação de um estatuto com vagas de acesso, onde em

Não vamos tolerar mais uma travessia no deserto à espera de ver como param as modas do outro lado do Atlântico

lugar do mérito se privilegia uma espécie de totobola que é saber quem é o felizado/a a quem lhe cabe uma vaga, apesar da avaliação de desempenho ter determinado que é um BOM docente.

O Sindicato dos Professores da Madeira exige que as

do Atlântico. Os Docentes na Região precisam de saber com o que contam, quer em termos de Estatuto de Carreira Docente quer em termos de avaliação de desempenho.

A ponderação curricular que se estendeu até ao presente ano não pode continuar a ser a opção. Foi uma forma de avaliação que trouxe injustiças, desigualdades e divisão entre professores. Os docentes da RAM exigem mais e melhor.

Os docentes que se encontram à espera para acederem ao 6º escalão da carreira, tendo já reunido as condições necessárias para o fazer, não podem continuar eternamente à espera que lhe seja reconhecido um direito que já adquiriram.

Os tempos são de luta. E mais precisaremos lutar nos tempos que se seguem para termos um ECD e um regime de avaliação do desempenho mais justos e valorizadores da profissão docente. Não baixemos os braços. É preciso dizer basta à irresponsabilidade e à omissão da tutela governativa.

Citando José Matias Alves “Dizer basta é um sinal não apenas da nossa cidadania organizacional. É um sinal de um imperativo educativo que tem de se basear na ética, na

verdade, na honestidade, na justiça e na justeza. Porque ser professor também é isto: rejeitar uma ordem vassálica e praticar a liberdade livre que nos realiza como seres humanos.”

2- Nos próximos dias 6 e 7 de Maio terá lugar no auditório Sunrise do Hotel CS Madeira o 10º Congresso dos Professores da Madeira.

Sob o lema “SER PROFESSOR NUM TEMPO E NUMA ESCOLA DE INCERTEZAS”, o nosso congresso, mais que um espaço de reivindicação socioprofissional, imprescindível neste tempo de nebulosas incertezas que hoje condicionam o exercício da profissionalidade docente, pretende ser, simultaneamente, um espaço de diálogo e debate, sobre as linhas que caracterizam a sociedade em que vivemos, as opções políticas sempre subservientes aos valores vigentes e, sobretudo, um espaço de reafirmação da nossa identidade profissional.

Num momento em que são cada vez mais frequentes as tentativas de desvalorização do papel dos sindicatos, o 10º Congresso dos Professores da Madeira assume-se como um momento importante, não só para a vida do Sindicato mas, e sobretudo, um momento privilegiado para a afirmação da importância do sindicalismo docente.

Opinião: “Um murro na mesa”

São servidos?!

Todos os docentes conhecem as dificuldades de uma avaliação justa. Não raras vezes há dúvidas e hesitações na quantificação dos parâmetros a ter em conta na apreciação dos nossos alunos.

Se pensarmos no tempo dispendido em nome dessa justiça em algo tão subjectivo, é natural que os docentes da RAM se sintam ultrajados pela falta de atenção com a sua própria avaliação enquanto profissionais.

Para tentar colmatar o erro escondido sob a fachada de um “Bom” administrativo, fachada essa denunciada pelo SPM, surgiu uma ideia peregrina: a SREC decidiu validar esse mesmo “Bom” através de

uma ponderação do currículo, esquecendo por completo a vertente pedagógica inerente à nossa profissão. Uma mão não lavou a outra e no melhor pano caiu a nódoa.

Os Sindicatos não foram tidos nem achados nem nos parâmetros, nem na quantificação dos mesmos. E se o SPM sempre acreditou que se tratava apenas de um acto burocrático para legalizar uma avaliação já consumada, verdade é também que se apresentava como fundamental para a progressão de centenas de docentes nas suas carreiras. E enquanto o lobo mergulhava as patas na farinha, acabámos encurralados na casinha de palha.

Confrontados com tal aberração, os docentes começaram a corrida desenfreada aos papéis-carimbados-que-certificam-conhecimento. Sendo a formação de extrema importância, é condenável que se mudem as regras a meio do jogo. No número de horas validadas ou no desempenho de um cargo residia a diferença entre ser um profissional “Bom”, “Muito Bom” ou “Excelente”. E assim, não vendo o engodo com que nos fisgavam, fomos construindo, tijolo a tijolo, o nosso “muro de Berlim”. Ridículo, não é?

Injustiça, revolta e divisão da classe foram os ingredientes deste cozido regional para o qual o SPM não se sentou à



mesa. Continuamos a acreditar que apenas a (re) união da classe poderá alterar este

menu.

Bom apetite!

Adriana Guerreiro e Dina Gomes

Negociação do modelo regional

Governo obrigado a suspender avaliação



Novo ECD tem de eliminar as vagas, desbloquear a progressão no acesso ao 6º escalão e equiparar a estrutura da carreira à do Continente

Afinal, vale a pena lutar. O protesto do SPM, em 30 de Março último, forçou o Governo à suspensão da proposta de modelo de avaliação e a repensar as vagas no novo ECD regional. E mais precisaremos lutar nos tempos que se seguem para termos um ECD e um regime de avaliação do desempenho mais justos e valorizadores da profissão docente. Não baixemos os braços. O tempo não é para desânimo ou inacção.

Três dezenas de professores deram corpo ao protesto organizado pelo Sindicato dos Professores da Madeira, a 30 de Março, à entrada para mais uma ronda negocial das propostas de Estatuto da Carreira Docente (ECD) e regime de avaliação do desempenho da Região. Resultado: suspensão das negociações e repensar das vagas no Estatuto.

A concentração aconteceu a partir das 08h30, na porta do Centro de Formação Profissional da Madeira, em São Martinho, local das negociações entre o Governo Regional e os parceiros sociais.

Na prática, e antes de mais, a proposta de regime de avaliação do desempenho não avança, tendo em conta que ao

nível nacional o modelo em todo idêntico ao regional foi revogado em 25 de Março, em sede da Assembleia da República. Por ser burocrático, desviar os docentes do trabalho pedagógico com os alunos e não contribuir para a melhoria da qualidade do ensino.

Outra consequência da suspensão das negociações tem a ver com o ECD regional. Segundo a tutela educativa, a introdução de vagas será repensada e a nova proposta madeirense de Estatuto da Carreira será apresentada aos parceiros sociais para negociação. Antes da entrada na Assembleia Legislativa Regional até Maio do corrente ano.

Afinal, vale a pena lutar.

Alertamos os docentes na Região que devem estar preparados para empreender as acções de protesto necessárias à eliminação das vagas no ECD e de qualquer modelo de avaliação que não seja formativo ou não contribua para a melhoria da qualidade da educação. “Os professores estão cansados de serem aldrabados”, ouviu-se o slogan na boca dos manifestantes.

Os professores e educadores na Madeira e Porto Santo não podem permitir a aprovação de um ECD tão mau como o nacional e um modelo de avaliação que cria mais problemas do que resolve.

O objectivo deve ser a melhoria do ensino, e não apenas cortar nos salários, com o falso argumento do mérito, que é apenas uma fachada.

Mais uma vez a Região foi ultrapassada pelos acontecimentos na República, obrigando a suspender as negociações e o modelo de avaliação regional do desempenho docente. Andamos em contraciclo. “Que Autonomia é esta que

copia o que não presta?”, perguntavam os manifestantes no

protesto da manhã de 30 de Março último.

Margem negocial ínfima

Note-se que a única margem negocial que foi dada ao sindicato pela tutela regional, na retoma das negociações há uma semana, residiu apenas na majoração do valor a atribuir aos professores que fiquem à espera de vaga para aceder a certos escalões. Lembre-se que o número de vagas seria decidido por portaria conjunta dos secretários da Educação e das Finanças. Nada foi dito sobre a periodicidade da portaria, nem se as vagas serão por região, escola, nível de ensino ou grupo de recrutamento. São as vagas que queremos ver eliminadas.



Há anos que a incógnita se prolonga na avaliação docente

À espera de mais uma nova proposta

Agora, após a revogação, é preciso preencher o vazio que continua na Região no que toca à avaliação do desempenho docente. A experiência em Portugal continental e nos Açores não deixa margem para dúvida. A proposta da Madeira, entretanto suspensa, iria gerar os mesmos problemas lá verificados. Pela complexidade burocrática, que contribuiria para desviar os docentes do trabalho de ensino-aprendizagem, em sentido contrário à melhoria da qualidade.

Recorde-se que, mesmo antes da revogação do modelo de avaliação do desempenho pela mão da Assembleia da República, os professores e os directores das escolas já exigiam a suspensão desse regime de avaliação no Continente. Nos Açores continuava-se a exigir uma revisão.

Fragilidades do modelo

As razões para essa revogação/revisão prendem-se com o facto de ser um modelo de avaliação burocrático, que rouba aos professores o tempo necessário para ensinarem; fomenta a competição desregulada/selvagem; cria profundas divergências profissionais e não é formativo; bloqueia a entajuda, a cooperação, a articulação e a coordenação das actividades, prejudicando a coesão e desenvolvimento organizacional da escola e, logo, a qualidade do ensino na escola pública. Não se centra na melhoria do desempenho dos docentes – apenas impedir a progressão e cortar nos salários.

A proposta da Madeira era tão má como a nacional, porque tinha por base esse mesmo modelo burocrático, que tornava ainda mais

impossível a vida nas escolas.

Carga burocrática

Para ter uma ideia do volume de burocracia, a proposta de modelo de avaliação na Região, agora suspensa, previa o preenchimento de uma ficha de auto-avaliação (a que o docente podia juntar toda e qualquer documentação relevante para a sua apreciação do desempenho); uma ficha de avaliação pelo relator; uma entrevista individual do relator com o avaliado e a realização de uma reunião conjunta do júri de avaliação para a atribuição da avaliação final.

A avaliação do desempenho incidiria sobre a preparação e organização das actividades lectivas; realização das actividades lectivas; relação pedagógica com os alunos; participação nos projectos e nas actividades, nomeadamente no

âmbito do projecto educativo, plano anual de actividades e projectos curriculares de turma e a formação contínua realizada.

A atribuição da menção qualitativa igual ou superior a Bom, Muito Bom ou Excelente,

ficaria sempre dependente do cumprimento, respectivamente de 95%, 97% ou 100% das actividades lectivas em cada ano. Caso não cumprisse estas percentagens, teria sempre nota inferior a Bom.

Presidente do Governo: «uma pouca vergonha» avaliar burocraticamente

O Governo Regional prometeu, em 2007, um ECD regional sem vagas e quotas, diferente para melhor do que o documento do Continente. O próprio presidente do Governo considerou, há dois anos (21.9.2009), o regime de avaliação continental «uma pouca vergonha», por «se ir, burocraticamente, avaliar professores», e prometeu «atenuar aquilo que é uma asneirada da República Portuguesa».

Urge acabar com ponderação curricular polémica 1

Depois da suspensão anunciada pelo executivo regional, Marília Azevedo fez questão de salientar que os professores continuam preocupados com esta espécie de revogação em branco. «A Madeira continua sem um modelo de avaliação e com uma ponderação curricular polémica».

Por isso, urge criar rapidamente um novo modelo aproveitando, para isso, a Autonomia. «Esperamos que este seja o momento de a Região encontrar um modelo próprio que não esteja sempre dependente da conjuntura política nacional» (Diário de Notícias da Madeira).

Sem modelo de avaliação, a Madeira precisa, pois, além de criar nova proposta, de repensar a forma como está a ser concretizada a presente ponderação curricular, que tem criado injustiças e conflitualidade nas escolas.

A Região precisa de ter opções próprias para não ficar ao sabor dos avanços e recuos conjunturais ao nível nacional.

Urge acabar com ponderação curricular polémica 2

Não esqueçamos que o Executivo madeirense passou a perna aos docentes, recentemente, com o processo da avaliação extraordinária (ponderação curricular), sem negociação com o sindicato e impondo injustiças, desigualdades e divisão entre professores, já que a expectativa de validar o Bom administrativo se transformou na homologação de outras menções (Muito Bom e Excelente). Com claro intuito de diferenciar e dividir os docentes através da contabilização de formação e cargos que tinham desempenhado no passado. E dividindo os docentes, reina o Governo.

Ler mais na página 3 e 9 desta edição do PROF.

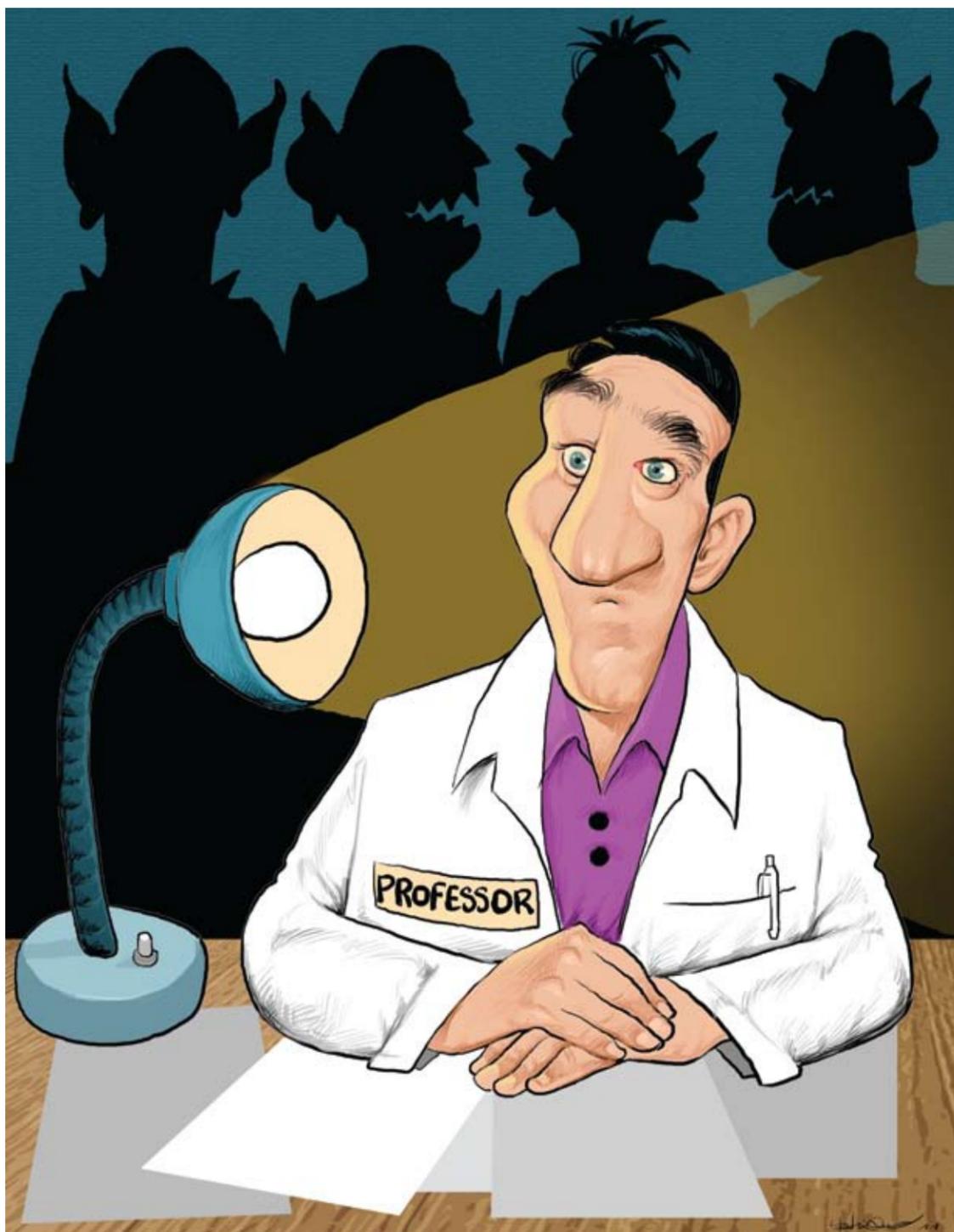
SPM insiste no acesso dos docentes ao 6º escalão

Esta é outra grande preocupação do sindicato: a situação dos docentes que, apesar de já terem completado o tempo necessário para aceder ao 6º escalão, continuam com a progressão «congelada», em território madeirense, há seis anos.

Este congelamento injusto deve-se à prova pública que o ECD em vigor prevê e que nunca foi regulamentada. Portanto, uma situação a que os docentes e seus representantes são alheios. E precisa de ser desbloqueada na nova proposta de ECD regional.

Aliás, o SPM tentou que esse impasse fosse resolvido quando da publicação da mais recente alteração ao ECD regional, através do Decreto-Lei 17/2010/M de 18 de Agosto, mas assim não entendeu o Governo Regional.

Não baixaremos os braços até ser encontrada uma solução.





Onde Deus gostasse de estar

Estranhezas: reflexões sobre uma visita a Jerusalém

Há coisas que já se passaram há tanto tempo que já duvido de que tenham realmente acontecido. Por exemplo: quando se estudava a instrução primária, andava-se paralelamente na catequese. Tinha-se que decorar as orações, as bem-aventuranças, os pecados veniais e mortais, as obras de misericórdia, etc, etc. A nossa religião era a melhor.

Tudo era pecado. Nem pensar em faltar à missa, às novenas, às procissões. E não se comia carne à sexta-feira e se fosse a 6ª feira santa, então era de esperar que se morresse se se comesse um bife. O respeito pelos lugares sagrados era inquestionável embora,

às vezes, eu nem imaginasse que existiam realmente.

Quando no sermão ou na leitura do Evangelho o padre dizia: "Naquele tempo, estando Jesus na Galileia..." parecia-me tão estranho como as histórias que metiam fadas e encantos.

Belém existia mesmo? Nazaré? Jerusalém? O lago Tiberíades? Víamos uma gravura de fraca qualidade e tudo era tão longínquo como a lua e parecia altamente improvável existirem. Ora bem. Vivi o suficiente para poder ir recentemente à Terra Santa.

E nos lugares que deveriam ser mesmo sagrados estavam milhares de pessoas acotove-

lando-se, ultrapassando-se, conversando, fumando nos claustros.

Unção? Zero!

Devoção? Zero!

Bem penei a subir escadas, a descer a grutas, a atravessar ruas e praças sob uma temperatura de trinta graus. Bem apreciei a variedade de trajes, de nacionalidades em grupos enchapelados, etiquetados. E sabem? A Igreja da Natividade, o Santo Sepulcro, o muro das lamentações, a via dolorosa, tudo aquilo me inibiu de dizer sequer uma Avé-Maria. Pareceu-me que afinal estava enganada. Em lugares santos, não estive, de certeza. Talvez num parque de diversões,

qualquer lugar que se poderia talvez chamar Jerusalândia.

E consegui, não sei como, recuar ao tempo da minha infância e sonhar com os lu-

gares sagrados como eu os imaginava: recolhidos, espiritualizadas, onde Deus até gostasse de estar!

Amélia Carreira



Painel & debate

Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher assinalado pelo SPM

Como forma de assinalar o Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, o Sindicato dos Professores da Madeira, através do seu Departamento Cultural e Sector dos Professores Aposentados, organizou um painel subordinado ao tema "BEM QUERER", no dia 26 de Novembro, no Auditório da Reitoria da Universidade da Madeira. Moderado pela jornalista Teresa Mizon, contou com as intervenções de Rita Basílio Simões, docente universitária, e de Teresa Carvalho, psicóloga. Várias organizações da área do combate à violência contra a mulher estiveram presentes para o debate.

Violência contra a mulher nos media

Rita Basílio Simões, docente do Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Universidade de Coimbra e autora do Livro "A violência contra a mulher nos média", falou da relação entre a violência que atinge sobretudo as mulheres, poder subalternizado, e a forma como surge noticiada nos média.



Aconselhou os presentes a serem críticos dos media nessa matéria, encarando-os como aliados na luta contra a violência sobre a mulher, e apostar na formação (cultural, cívica e social), educação e sensibilização dos profissionais da comunicação. Para termos uma sociedade mais igualitária, mais justa e mais solidária.

Os media, na verdade, embora tenham ajudado a sinalizar e a denunciar o problema, naturalizam uma certa ideologia e um certo tipo de violência, mantendo mitos ou representações socioculturais de discriminação de género e de dominação masculina. «São parte do problema

quando reproduzem certos valores.» A cobertura mediática episódica confere responsabilidades aos indivíduos (factores e patologias individuais) e não às condições sociais e culturais.

Essa visibilidade graças aos media, tem os seus limites devido ao androcentrismo persistente (masculino como norma), à polarização de género (diferenças entre homem e mulher como princípio organizador da vida social e cultural) e ao essencialismo biológico.

A violência contra a mulher foi criminalizada pela primeira vez no Código Penal Português em 1982. Em 2007 surge o crime específico de violência doméstica.

Realidade e respostas na RAM

Teresa Carvalho, psicóloga que integra o Grupo de Apoio à Vítima do Centro de Segurança Social da Madeira, deu conta das respostas possíveis no contexto da Região, além de abordar os factores facilitadores da mudança relativamente ao problema da violência contra a mulher.

A visibilidade da violência é um desses factores facilitadores da mudança, mas que pode ser pernicioso se houver uma banalização da violência ou restringi-la a um problema de patologia individual, como se fosse unifactorial e bastasse intervir sobre a vítima e o agressor, escondendo o problema de ordem cultural de dominação do masculino.

No entanto, salientou notar-se uma consciência social elevada e a existência de um movimento contra a violência contra a mulher. Falou da campanha "Só bem me quer" iniciada na RAM no dia 25 de Novembro do corrente ano, Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher, salientando que «só bem querer é o que nos podemos

permitir e permitir aos outros.» Teresa Carvalho deu conta do objectivo de prevenir a violência e garantir a protecção à vítima quando essa violência existe, intervindo-se tanto sobre a vítima como sobre o agressor, já que este também precisa, além da punição e controle, de terapia de modo a que a sua recuperação ajude a quebrar o ciclo de violência.

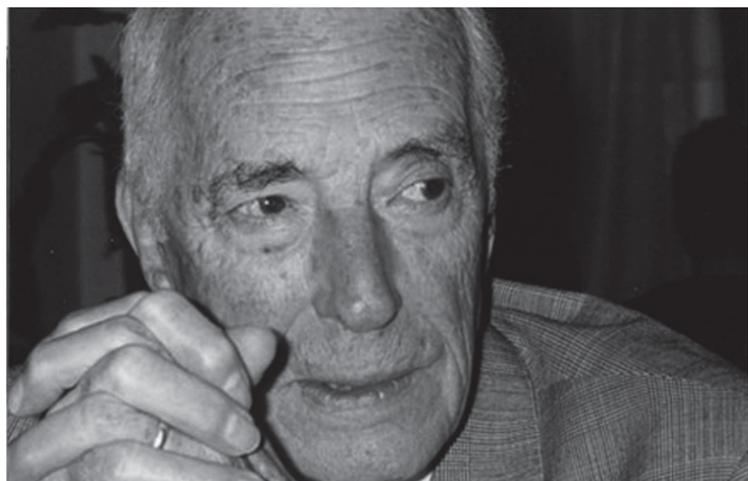
Em período de debate, intervieram diversas instituições com representação Regional e com experiência na área do combate à violência de género como Presença Feminina, Centro da Mãe, Polícia de Segurança Pública, União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR), Assistência Médica Internacional (AMI) e Projecto Agir para a Igualdade. Colocaram questões ao painel e deram também conta da sua experiência no terreno, conquistas e limitações sentidas, mas fazendo um balanço positivo do caminho já percorrido no combate ao problema da violência contra a mulher, embora haja ainda muito por fazer neste campo.

Nélio de Sousa



Nada que se comparasse ao galã madeirense

Lembrando Virgílio Teixeira



A morte recente do actor madeirense Virgílio Teixeira – que todos lamentamos – levou-me a recordá-lo quando o vi pela primeira vez. Era eu uma garota fedorenta de treze ou catorze anos. Nos intervalos das suas inúmeras filmagens, vinha à Madeira e foi no Lido que o admirei. Lindo, de olhar maroto, um sorriso cativante. Atlético, nadava esplendidamente e saltava da prancha para o mar com a naturalidade habitual. Era de embasbacar!

Claro que havia outros

rapazes também bonitinhos é verdade e até estavam mais ao alcance das adolescentes dessa altura. Só que o Virgílio, além de os “bater” a todos, era actor de cinema. Tornava-o ainda mais fascinante.

Além de vinte e não sei quantos filmes em Portugal, só em Espanha foram, pelo menos, cinquenta. E filmou na Inglaterra, na Itália, nos Estados Unidos e sei lá que mais. Nenhum actor português (para não falar em madeirense, façanha maior ainda) chegou onde ele

chegou. E isto a partir dos anos 40, 50, 60, etc., do século passado.

Tempos de ditaduras ferozes, de censuras castradoras, de obscurantismo “medieval”. Os enredos dos filmes eram inócuos, apatetados, ou patrióticos. Comédias ligeiras apregoando bons costumes e as virtudes da raça... Bem difícil impor-se como actor mas houve muitos que o conseguiram.

Puxando pela memória, quem eram os galãs portugueses desse tempo? Estou a lembrar-me do “Ribeirinho”, baixote, magrela, cara de “grão-de-bico” – o anti-galã. E o Vasco Santana? Gordo, malfeitão, simpático – outro anti-galã. O Barreto Poeira, de voz cavernosa e tonitruante e com a expressividade de um “mohai” da Ilha da Páscoa.

Havia dois bonitinhos e de boa presença física: o Curado Ribeiro e o António Vilar que fez coisas boazinhas como o “Camões” e “A vizinha do lado”. Também filmou em



Espanha, mas nada de especial. Nada que se comparasse ao nosso Virgílio Teixeira que filmou com alguns dos “grandes” de Hollywood. Havia galãs, também bonitos, mas por vezes “enjoativos” como o Tyrone Power, o Errol Flynn e tantos outros. Mas, já se sabe

que um “latino” em Hollywood, não levanta cabeça. Veja-se o caso do António Banderas ou do Xavier Bardem. Não são feios, não são maus actores, mas...

Enfim, ao pé do Virgílio Teixeira, todos ficam a perder.

Amélia Carreira

Uma tarde de poesia

A Poesia ocupa um largo espaço dentro de todos nós que a amamos

Como disse José Tolentino Mendonça, numa das suas crónicas, “...o poema obriga a pernoitar na solidão dos bosques, nos campos nevados...” E isso aconteceu na tarde de 24 p/p dedicada à poesia, que teve lugar na aula do Círculo de Leitura e Escrita do Sector dos Professores Aposentados do Sindicato dos Professores da Madeira. Homenageamos alguns inesquecíveis poetas portugueses; cada aluna escolheu e declamou o seu autor preferido moderno ou antigo, alguns até cujos nomes se perderam no tempo. E ao som das palavras de Alexandre O’Neil, Miguel Trigueiros, Cabral do Nascimento, Sebastião da Gama, Miguel Torga, Afonso Lopes Vieira, Eugénio de Andrade etc. “voamos” ao encontro das mensagens que nos estavam a ser transmitidas e por incrível

que seja, “ajudamos” Sinde Filipe a procurar “um casal que se amava livremente”.

Com um portuguêsíssimo vinho licoroso brindamos aos

passados, actuais e futuros poetas que enriqueceram ou irão enriquecer a POESIA PORTUGUESA.

Teresa Sarmento



Visita guiada ao Palácio de São Lourenço



No dia 4 de Março de 2011, o Sector dos Professores Aposentados do Sindicato dos Professores da Madeira organizou uma visita guiada ao Palácio de São Lourenço.

Estiveram presentes dezoito pessoas que foram bem elucidadas acerca do historial do Palácio, pela Dra. Margarida Camacho. A visita foi muito agradável e apreciada.

No final fomos mimados com uma “doce tremura” porque de chocolates todos gostamos.

A Fortaleza-Palácio de São Lourenço localiza-se no centro histórico da cidade do Funchal. Constitui-se num conjunto monumental originalmente com a dupla função de fortificação e paço, considerado como o melhor e mais imponente exemplar de arquitectura civil e militar da ilha da Madeira. Compreende a Fortaleza de São Lourenço, iniciada na primeira metade do século XVI e concluída à época da Dinastia Filipina, e o Palácio propriamente dito, incluindo os salões do pavimento nobre que datam do último quartel do século XVIII e os jardins interiores.

Maria Helena Lima

Embora mitigada a redução de horários na RAM

Estaremos pior no próximo ano lectivo

A Área de Projecto é eliminada no 12º ano, no 2º e 3º ciclos é reduzido um professor nessa área curricular, o horário nocturno passa a ser a partir das 22h00 e haverá um cumprimento rigoroso da fórmula de cálculo do crédito global de horas das escolas (limite de 15% actualmente definido), que tem sido, até aqui, sempre ultrapassado pelas escolas. Estas medidas, embora mitigadas face ao que se planeou no Continente, implicará uma redução de horários para o ano lectivo de 2011/2012 na Madeira. Entretanto, a 4 de Março, o parlamento nacional aprovou o fim das alterações curriculares no ensino básico.

A redução de docentes e a consequência na qualidade da Educação merece a clara discordância do Sindicato dos Professores da Madeira (SPM), embora seja evidente que essa redução de horários, no espaço insular, não será tão drástica comparativamente ao Continente.

A Região Autónoma da Madeira opta por esbater parte significativa das consequências das alterações curriculares e restantes medidas de austeridade legisladas ao nível nacional, para a Educação, na adaptação que fará a este arquipélago, ao seguir o princípio da «manutenção do número de docentes». Incluindo a renovação dos contratos de

acordo com a «necessidade das escolas».

Isto conforme assumido pela tutela, em reunião com o SPM, com a presença dos vários directores regionais, e publicamente, em 15 de Fevereiro último, pelo «benefício para o sistema educativo». Isto é, para ter uma «melhor escola, melhores resultados e professores mais motivados», argumentou o secretário Regional.

Marília Azevedo fez questão de sublinhar que o sindicato que lidera «vai esperar que estejam escritas e publicadas» essas opções e intenções expressas pela Secretaria Regional de Educação e Cultura.



Face às incertezas actuais, os professores só se tranquilizam quando estiver tudo preto no branco quanto ao princípio de manutenção dos docentes na RAM

Continente parou alterações curriculares

A oposição na Assembleia da República aprovou em 4 de Março a cessação de vigência do decreto-lei do Governo que introduzia alterações curriculares no ensino básico. O diploma em causa foi publicado em Diário da República a 2 de Fevereiro, com entrada em vigor a 1 de Setembro, e determinava a eliminação da Área de Projecto, limitava o Estudo Acompanhado a alunos com mais dificuldades e reduzia de dois para um o número de professores a leccionar Educação Visual e Tecnológica. Foram votados os três pedidos de cessação de vigência, de PCP, PSD e BE, todos da mesma forma, com os votos favoráveis de PSD, BE, PCP, PEV, a abstenção do CDS-PP e os votos contra do PS.

Acaba, mesmo antes de entrar em vigor, o que deveria acontecer a partir de 1 de Setembro próximo.

A reorganização foi contestada por professores e directores e contou com o parecer negativo do Conselho Nacional de Educação, um órgão consultivo do Parlamento.



Área de Projecto

O objectivo da Área de Projecto no ensino básico, que consiste na «concepção, realização e avaliação de projectos, através da articulação de saberes de diversas áreas curriculares», está comprometido com a coordenação sob a responsabilidade de um único docente, que será sobrecarregado com os projectos a desenvolver. São critérios meramente economicistas que prejudicam o trabalho pedagógico e a qualidade educativa. Tal como acontece com a eliminação da Área de Projecto no 12.º ano, desprezando a integração de saberes, a orientação profissional e a aproximação ao mundo do trabalho.

SPM quer participar

O SPM solicitou à tutela educativa ser ouvido e participar no referido processo de adaptação regional da nova legislação nacional no que toca às alterações curriculares e outros cortes na Educação. Isto porque o sindicato entende que as questões curriculares e pedagógicas têm impacto sobre o trabalho e os horários dos professores.

Concursos anuais em 2011

A Secretaria Regional da Educação e Cultura comunicou ainda, na reunião de 15 de Fevereiro com o SPM, que serão realizados os concursos anuais para a contratação e a afectação à Zona Pedagógica (dentro da Zona Pedagógica em que se encontra presentemente o docente).

O que nasceu torto...

A trapalhada do Bom administrativo acabou no caos da ponderação curricular

O Sindicato dos Professores da Madeira sempre discordou da avaliação por via da ponderação curricular, ainda por cima nos moldes e critérios em que acabou por ser operacionalizada, num processo que era de validação do Bom administrativo atribuído pelo Governo Regional em 2008, para TODOS os professores e educadores.

Por única e exclusiva opção e responsabilidade da tutela regional, a simples validação burocrática (legalização) do Bom foi transformada numa complexa avaliação retroactiva, como se se tratasse de um modelo de avaliação, sem negociar com o sindicato, gerando uma série de injustiças, desigualdades, subjectividade e burocracia.

Não foi apenas validado o Bom

Decorrente disso, procedeu-se à atribuição de outras menções, indo além do Bom administrativo de há três anos. O Governo Regional e a tutela educativa optaram por homologar, na ponderação curricular, as menções de Muito Bom e Excelente.

Além do mais, como constituiu uma avaliação retroactiva, não sendo de conhecimento prévio dos professores as respectivas regras.

Não se sabia que aspectos seriam valorizados, como a formação ou os cargos desempenhados (dentro da escola – gestão intermédia e gestão – e de interesse público ou de relevante interesse social – autarcas, deputados, membros de comissões de protecção das crianças e jovens em risco e dirigentes sindicais).

Como não se avaliou o desempenho docente, atribuiu-se menções unicamente pelo currículo, note-se.

Sem negociação

Ainda por cima, o diploma final que instituiu a avaliação extraordinária não foi negociado com o sindicato, nem depois as opções de operacionalização administrativa dessa ponderação curricular (fichas,

valorações, etc.), apesar de toda a contestação, denúncias públicas e institucionais feitas, na altura, pelo SPM.

O sindicato foi ao ponto de denunciar a ausência de negociação junto do Representante da República, em 14 de Maio 2010, antes da aprovação do

experiência), uma via administrativa para legalizar o Bom administrativo.

SPM interveio junto da DRAE
Apesar da ausência de negociação ou auscultação, o SPM manteve-se interventivo. Solicitou duas reuniões com a

Agora que foi suspensa a proposta de modelo de avaliação do desempenho na RAM, é preciso preencher esse vazio (revogação em branco), já que a Madeira continua sem um modelo de avaliação e com uma ponderação curricular polémica

decreto-lei regional que criou o processo de avaliação extraordinária e a respectiva ponderação curricular (habilitações, formação, cargos e

Direcção Regional da Administração Educativa (DRAE), para dar conta da sua preocupação e discordância sobre vários aspectos da ponderação curricular

ricular e para se corrigirem problemas, em 3 de Novembro e 10 de Dezembro.

Muitas das opções da tutela foram do conhecimento do sindicato por via das escolas e dos professores. A tutela invocava que se tratavam de critérios administrativos e se fizeram “mil e uma” alterações às fichas da ponderação curricular, o que veio provocar ainda mais complexidade e caos no processo, para inquietação dos docentes e do SPM. A ponderação curricular criava desniveis e injustiças à medida que evoluía.

Criadas injustiças

As injustiças decorrem de algumas circunstâncias, que deveriam ter sido melhor ponderadas pela tutela, que deveria ter ouvido os parceiros sociais. Desde logo para quem está dentro da escola, já que nem toda a gente pode aceder ao exercício de cargos, um dos aspectos valorizados nessa ponderação curricular.

Em segundo lugar, porque nos estabelecimentos do Pré-Escolar e do 1º ciclo do Ensino Básico os cargos são em menor número. Em terceiro lugar, porque não avalia o desempenho pedagógico docente, mas apenas o currículo. Não se avaliou o trabalho pedagógico tal como o Bom atribuído antes pelo Governo Regional não tinha avaliado. As opções políticas do Governo e depois as opções administrativas da tutela educativa vieram criar mal-estar e injustiças entre os professores.



A tutela procurou dividir os professores por via da avaliação extraordinária (ponderação curricular): os docentes não vão cair nessa estratégia de dividir para reinar

Entre duas espadas

O sindicato e os professores foram colocados entre duas espadas: uma ponderação curricular imperfeita, não negociada, para legalizar o Bom administrativo do Governo Regional, e o novo congelamento nacional das carreiras em Janeiro de 2011.

O não cumprimento do prazo legal para a avaliação traria muito mais prejuízos para os professores, que poderiam ainda hoje continuar “congelados” como estiveram desde 2005.

A prioridade (ou bem maior) foi assegurar e salvaguardar a progressão dos docentes em funções na Região, que lhes era devida desde 2008, e actuar junto da administração educativa no sentido de resolver ou minimizar as imperfeições e injustiças da ponderação curricular. Foi o que fez o SPM.

O ideal era a ponderação curricular ter tido outros contornos, mas o que nasceu torto em 2008 (Bom administrativo), não mais se endireitou.



Tudo o que deveria ser, não foi

Não foi uma validação (replicação) do Bom administrativo, foi uma avaliação com atribuição de outras menções, ao contrário das expectativas criadas pela tutela.

Não foi uma avaliação do desempenho pedagógico do professor, foi uma avaliação apenas do currículo do docente.

Por outro lado, não se limitou a uma ponderação curricular, porque avaliou retroactivamente e visou diferenciar os docentes (por via de expedientes discutíveis como o exercício de cargos) como se se tratasse de um modelo de avaliação.

Fez-se a progressão na carreira (o essencial), mas não houve qualquer negociação com o sindicato e criaram-se injustiças escusadas.

Avançam as acções administrativas especiais de impugnação

Providências contra cortes salariais



A via jurídica tem sido utilizada pelo SPM como mais uma forma de luta sindical, além da acção reivindicativa junto dos governos

Nos dias 7 e 19 de Janeiro, o Sindicato dos Professores da Madeira entregou no Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal (TAFF) duas Providências Cautelares, ensino não superior e ensino superior, respectivamente, tendo como objectivo travar os cortes salariais impostos aos trabalhadores da administração pública, por via dos Orçamentos de Estado e

Regional para o ano de 2011.

A contestação continuou individualmente com a entrega de reclamações para a impugnação dos cortes salariais junto dos serviços processadores dos vencimentos.

Apesar de a RAM ser a única região do país que ainda não obteve decisão em relação às Providências Cautelares, o SPM decidiu interpor já as acções administrativas

especiais de impugnação do acto de processamento de vencimento do mês de Janeiro de 2011 (com cortes) e dos meses subsequentes, em nome dos interesses colectivos dos seus associados. Posteriormente procederemos à entrega no TAFF dos 10 processos em defesa dos interesses individuais que serão patrocinados pelo SPM.

Violada a lei e o instrumento de regulamentação colectiva

Cortes salariais no Conservatório



O Conservatório – Escola das Artes Eng. Luiz Peter Clode, abusiva e ilegalmente, efectuou cortes nos salários dos professores desta instituição, alegando para o efeito a redução prevista no artigo 19º da Lei n.º 55-A/2010, de 31/12 (Orçamento

de Estado). Esta invocada redução remuneratória não é aplicável aos contratos de vinculação jurídico-laboral de natureza privada, como é o caso dos docentes do Conservatório. O SPM iniciou o processo de contestação e reclamação dos cortes

salariais aplicados aos professores por violarem, clara e inequivocamente, a lei e o instrumento de regulamentação colectiva aplicável aos contratos individuais de trabalho celebrados entre os docentes e o Conservatório.

Congelamento das carreiras sem aplicação na RAM: docentes devem requerer a mudança de escalão

Assim que cumpram os requisitos, tempo de serviço e avaliação do desempenho, os docentes devem requerer a mudança de escalão, através da minuta disponibilizada aos sócios do Sindicato dos Professores da Madeira, por via do correio electrónico. Quem não tem o endereço electrónico na base de dados do sindicato deve solicitar-nos, directamente, a referida minuta.

Esta acção é decorrente da interpretação a que chegou o Gabinete Jurídico do SPM, no sentido em que o congelamento das carreiras está sem aplicação na RAM, ao contrário do que está materializado no Orçamento Nacional. Daí termos criado e agora disponibilizado a presente minuta, aos nossos sócios, para requererem, quem assim entender, a mudança de escalão em 2011, e provocar um acto jurídico, de forma a saber se os tribunais nos dão razão, como na contestação aos cortes salariais.

A minuta, após preenchimento, é entregue no Conselho Executivo, na Delegação Escolar ou na Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação, de acordo com o sector a que cada docente pertence.

Aplicação da norma transitória do DLR n. 17/2010/M, de 18/08

A não aplicação da disposição transitória prevista no artigo 4º do Decreto Legislativo Regional n. 17/2010/M, de 18/08, às progressões efectivadas no passado mês de Janeiro, levou o SPM a solicitar aos seus sócios a entrega de um requerimento à administração educativa, solicitando a progressão ao escalão seguinte com efeitos à data em que os docentes completaram o tempo de serviço, de acordo com o estipulado na alínea a) do ponto 5 do artigo 40º do referido diploma: 4 anos de permanência nos 1º, 2º, 3º e 4º escalões, independentemente de a data de cumprimento deste requisito ser anterior ou posterior à publicação do normativo supracitado.

Uma manifesta ilegalidade

SPM actua quanto às interrupções lectivas no Pré-Escolar

No dia 31 de Março de 2011, o Sindicato dos Professores da Madeira enviou à Direcção Regional de Educação (DRE) um documento a solicitar a imediata correcção do sentido interpretativo do esclarecimento emanado por aquela direcção regional em causa, relativo à interrupção lectiva da Páscoa nas unidades de educação pré-escolar. Os referidos documentos estão disponíveis em notícia em www.spm-ram.org.

Em síntese, é referido nesse esclarecimento da DRE que as «interrupções educativas no Natal e na Páscoa equivalem a 5 dias úteis, de entre os quais, os docentes passam até 3 dias úteis, para realizarem a avaliação.»

Esta interpretação contraria o estipulado no Despacho normativo nº 41/2010, de 16 de

Julho, cuja norma do ponto 2.2. refere que «as interrupções nos períodos do Natal e da Páscoa... devem corresponder a um período de 5 dias úteis, a correr respectivamente, entre os dias 20 e 31 de Dezembro de 2010, e entre os dias 11 de Abril e 21 de Abril de 2010».

Conforme sublinhou o sindicato, é expressa e literalmente dito que a interrupção da Páscoa do ano 2011 tem uma interrupção lectiva, de 5 dias úteis, a ocorrer entre os dias 11 e 21 de Abril de 2011. Interrupção lectiva quer dizer período de cessação de todas as actividades lectivas naquelas datas, designadamente, a actividade de avaliação.

Dai que o período de 3 dias úteis de avaliação a realizar no final do 1º e 2º período das actividades educativas é «obrigatoriamente coincidente

com o período de avaliação estipulado para os outros níveis de ensino», veja-se ponto 2.7. do referido despacho normativo.

Assim, resulta que os três dias úteis de avaliação a que se reporta aquela norma não corresponde ao período de interrupção lectiva prevista para os dias 11 a 21 de Abril de 2011.

Nestes termos, o SPM requereu a imediata correcção do sentido interpretativo constante do esclarecimento/ofício da DRE, sob pena de manifesta ilegalidade e prejuízo muito evidente aos docentes eventualmente a ser atingidos pela falha em que labora.

A continuar, o SPM tomará as providências necessárias para a reposição da legalidade.

Margarida Fazendeiro
Coordenadora do Gabinete Jurídico

Mudança de instalações até ao final do Verão

Construção entra na recta final

Estão concluídas as obras do Centro de Formação (CF) e Sede do SPM relativas a Estaleiro, Escavação, Alvenarias e Betões. Encontra-se em execução a instalação de redes de água, esgotos e incêndios, bem como de instalações eléctricas, comunicações, segurança e de ventilação e ar condicionado.

A Coordenação e Fiscalização da Obra e a Coordenação e Fiscalização da Segurança têm acompanhando o desenvolvimento da mesma, zelando pelo cumprimento das regras de boa execução da empreitada bem como pelo cumprimento das regras de segurança, com entrega mensal dos respectivos relatórios.

No Apoio Jurídico ao Contrato de Empreitada procedeu-se à elaboração dos procedimentos necessários ao início da obra e seu desenvolvimento, à escrituração e aquisição do prédio urbano necessário à implementação da obra, à contratação da prestação de serviços para execução do projecto de mobiliário e equipamento e organização interna dos espaços do CF e Sede do SPM e à preparação e lançamento do concurso público de aquisição de bens móveis de equipamento e mobiliário com o Concurso Público Internacional nº 1/2010, publicado



Melhores condições para os associados, para concretizar a acção sindical e dar uma maior projecção social e sindical ao SPM

no Diário da República, II série, nº 243, de 17 de Dezembro com data limite de apresentação de candidaturas a 17 de Fevereiro de 2011.

Os restantes trabalhos e procedimentos concursais decorrerão durante a primeira parte de 2011 prevendo-se a conclusão e mudança de instalações até ao final do Verão.

Trata-se da concretização de um sonho antigo dos associados do sindicato, uma oportunidade única tendo em conta a possibilidade de co-financiamento por fundos europeus. Caso contrário muito dificilmente se conseguiria construir um CF e Sede com a qualidade e os espaços contidos no actual edifício na Calçada da

Cabouqueira. Futuramente, espaços destinados à formação, Ginásio e Auditório podem ser rentabilizados e ser fonte de receita.

Mais importante, são melhores condições para oferecer aos associados, para concretizar a acção sindical e permitir uma projecção social e sindical de uma instituição com a história, a credibilidade, o relevo e as responsabilidades do Sindicato dos Professores da Madeira, no contexto da Região.

As fotografias sobre a evolução das obras, a par e passo, encontram-se no slideshow disponibilizado na nossa página electrónica: www.spm-ram.org

Ipsis verbis

Suspensa a proposta de regime de avaliação regional

Depois da suspensão anunciada pelo executivo regional [da proposta de modelo de avaliação do desempenho docente], Marília Azevedo [coordenadora do SPM] fez questão de salientar que os professores continuam preocupados com esta espécie de revogação em branco. «A Madeira continua sem um modelo de avaliação e com uma ponderação curricular polémica». Por isso, urge criar um novo modelo aproveitando, para isso, a Autonomia. «Esperamos que este seja o momento de a Região encontrar um modelo próprio que não esteja sempre dependente da conjuntura política nacional».

Diário de Notícias da Madeira, 31.3.2011

Prioridade quando os cidadãos quiserem

«Se a sociedade, em particular as famílias, entendem que o ensino deve ser gratuito, pelo valor que tem para o futuro, devem então exigir que o Governo assuma a Educação como 'A prioridade' no investimento público.»

Paulo Cafôfo, Diário de Notícias da Madeira, 23.1.2011

Cortes na Educação na Região

Secretaria Regional admite «analisar as decisões do Ministério, mas lembra que tem um limite para avançar com especificidades regionais.» O jornal acrescenta ser «certo que de algum modo as mudanças serão aplicadas também nas escolas da Região.» A Região avança com dois argumentos para a aplicação das medidas nacionais: a «garantia de intercomunicabilidade nacional de alunos e professores» e a questão dos «exames nacionais, no caso do secundário.» Nada mais foi avançado.

Diário de Notícias da Madeira, 14.1.2011

Submarinos em vez de professores

«A redução de cinco mil docentes ajudou a compensar a derrapagem da despesa com os dois submarinos»

Diário Económico, 21.1.2011

Indisciplina estudantil generalizada 1

«João amado, autor de várias obras sobre indisciplina [...], da Universidade de Coimbra, [...] assegura que, ao contrário da violência, limitada a um conjunto de escolas, a indisciplina está "muitíssimo generalizada". E alerta: "se não for estancada, pode gerar situações cada vez mais graves".

A culpa, diz, é muito das famílias, que várias vezes são as primeiras a pôr em causa a autoridade de professores e funcionários e até estimular a violência dentro dos estabelecimentos de ensino.»

Expresso, 21.1.2011

Indisciplina estudantil generalizada 2

«"E era muito importante apostar num discurso consequente de responsabilização de alunos e pais. E era também muito importante que esse discurso não fosse ocasional e desmentido logo a seguir com medidas facilitistas e desculpabilizadoras", corrobora Paulo Guinote, professor e autor do blogue "A Educação do Meu Umbigo".»

Expresso, 21.1.2011

Professores em "competição desgovernada"

«A competição entrou nas escolas. Os professores brigam para conseguirem subir na carreira. Colegas avaliam colegas a competir pela mesma vaga. Quem dá aulas de História avalia quem dá aulas de Filosofia. Licenciados em Inglês avaliam licenciados em Francês. Directores com formação em Matemática ou em Biologia obrigados a avaliar coordenadores de Geografia, de Português e quem mais tiver de ser. Avaliadores submersos em fichas de avaliação, relatórios de auto-avaliação, aulas assistidas, reuniões ou entrevistas com os que se candidatam às notas mais altas - Muito Bom e Excelente. Avaliados ressentidos e avaliadores atormentados.»

Jornal I, 14.2.2011

Monstro burocrático desvia docentes do ensino

«Esclarece [o professor] Jaime Pinho: "O modelo colocou-me num dilema." Ou escolhe os seus 170 alunos ou entrega-se a "um monstro burocrático insaciável." Pondo as coisas nesse patamar, é fácil optar: "Desisti de tentar ser um Excelente ou Muito Bom professor." A partir de agora e, durante os próximos quatro anos, terá de se contentar em ser apenas um Bom professor.»

Jornal I, 14.2.2011

Concerto promete surpreender

Bandolins com virtuosismo e repertório erudito



Expressamente da Itália, o Quintetto a Plettro Giuseppe Anedda actua no dia 7 de Maio, no Auditório Sunrise do CS Madeira, por ocasião do 10º Congresso dos Professores da Madeira

O espectáculo de encerramento do 10º Congresso dos Professores da Madeira está a cargo do Quinteto de Cordas Giuseppe Anedda, pelas 21h30 do dia 7 de Maio. O bandolinista madeirense Norberto da Cruz participa neste grupo que contraria por completo a imagem “popular” do bandolim, no sentido de estar “vedado” ao nível erudito.

Por um lado, todos os cinco instrumentistas são extremamente virtuosos, ilustrando bem os dois principais bandolinistas o potencial deste instrumento; por outro lado, o repertório escolhido, além do seu carácter virtuoso, insere-se nos géneros típicos dos grupos clássicos e eruditos, afastando-se bastante do repertório popular.

Inclusivamente, o grupo toca repertório de autores maioritariamente contemporâneos, demonstrando assim que o bandolim também se adapta bem a compositores mais actuais e a técnicas mais modernas. Um bom exemplo disso mesmo, é a interpretação

da música “Mediterranea”, de Luciano Bellini, recheada de escalas modais de sonoridade moderna, aliadas a harmonizações por vezes de teor arcaico, com um ritmo enérgico e agressivo.

O Quintetto a Plettro Giuseppe Anedda nasce como homenagem a este músico, desaparecido em 1997, que dedicou toda a sua vida à divulgação e aceitação do bandolim como instrumento solista.

Constituído por Emanuele Buzi (bandolim) e Valdimiro Buzi (bandolim), estes netos de Giuseppe Anedda, Andrea Pace (guitarra), Emiliano Piccolini (contrabaixo) e Norberto Cruz (bandolim), o quinteto garante momentos muito especiais, tendo sempre a arte como pano de fundo e o bandolim como tema central de todo o espectáculo, numa perspectiva jovem, criativa e inovadora.

Virtuoso de fama mundial, Anedda impôs este instrumento nas salas de concerto de maior prestígio, libertando-o de

uma opinião que o atirava para o espaço de um “instrumento menor”.

Graças ao seu empenho, o bandolim passou a ser estudado nos conservatórios italianos e pode agora esperar uma descendência que não se limita a garantir a memória, mas que luta também pela renovação e actualização do repertório.

Os músicos que formam o Quinteto de Cordas descendem desta escola: alguns deles formaram-se sob o olhar de um solista de fama internacional, Dorina Frati, e são hoje, por sua vez, concertistas de grande sucesso que colaboram regularmente com grandes instituições, entre as quais o Teatro La Scala de Milão, a Fundação Arturo Toscanini em Parma e o Teatro La Fenice em Veneza.

O grupo tem actuado por toda a Itália recebendo grandes aplausos e estima do público e da crítica, assim como participado também em programas radiofónicos e televisivos em Itália e no estrangeiro.

Adriana Guerreiro / Nélio de Sousa

MÁRIO NOGUEIRA



Procurar alternativas; recusar inevitabilidades

O 10.º Congresso do SPM tem lugar num tempo muito difícil e complexo da vida dos professores, como de todos os trabalhadores portugueses.

Após anos de sacrifícios, quer decorrentes de medidas gerais impostas à Administração Pública e ao país, quer de pequenas vinganças e fortíssimos ataques movidos por um sujeito que, há seis anos primeiro-ministro, não olha a meios para atingir (os seus) fins, as coisas chegaram ao estado que todos conhecemos.

Desmoralizados e sem expectativas positivas em relação ao futuro, milhares de docentes aposentaram-se e os que não puderam fazê-lo olham, preocupados, para a degradação progressiva das condições em que exercem a sua profissão; notam que as condições da sua vida atingiram o nível mais baixo dos últimos anos; sabem que a escola não melhorou, apesar de o governo apresentar sempre resultados melhores, construídos da forma que se sabe; percebem que se prepara uma nova e mais violenta fase do ataque que culminará com o afastamento de muitos que serão despedidos, entre eles diversos dos mais antigos por serem os mais “caros”.

Que ganharam os professores, os demais trabalhadores e o país com tais sacrifícios impostos através de um regime de austeridade que, no entanto, não se aplicou de igual forma a todos? Nada, rigorosamente nada! Ou melhor, as coisas pioraram, o país está mais desigual e injusto, o governo, obedecendo às ordens do capital internacional, que encomendou o discurso aos banqueiros nacionais, entregou o país ao FMI e aos interesses mais imorais dos que afiam o dente para o enterrarem na nossa carne.

Há alternativas? Claro que sim, mas temos todos de lutar por elas. O tempo que iremos viver é de eleições, logo se oportunidades... para o bem e para o mal, atente-se. Os que manipulam a política pela força do poder económico que têm, procuram, agora, criar o quadro (para si) ideal: a bipolarização, a limitação da escolha entre a fome e a vontade de comer e, se possível, um resultado eleitoral tão próximo entre as almas gémeas do espectro partidário que as obrigue, juntos como até aqui, mas assumindo a relação, a aprofundar o ataque para que se encham ainda mais os bolsos dos que já os têm a transbordar.

Só que há mais vida para além do centrão político, mais e melhor vida para todo o povo. Preocupa-os que sejam muitos a querer descobri-la porque é lá que reside a verdadeira alternativa.

Mário Nogueira
Secretário-Geral da FENPROF

Ser Professor, num tempo e numa escola de incertezas

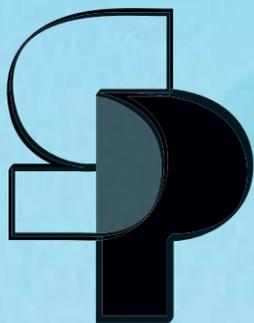


10º Congresso SPM

6 e 7

Maio 2011

**Sala de Congressos
do CS Madeira**



Sindicato dos Professores
MADEIRA



Moção de Orientação para o triénio 2011-2014

«As coisas da educação discutem-se, quase sempre, a partir das mesmas dicotomias, das mesmas oposições, dos mesmos argumentos. Anos e anos a fio. Banalidades. Palavras gastas. Irritantemente óbvias, mas sempre repetidas como se fossem novidade. Uns anunciam o paraíso, outros o caos – a educação das novas gerações é sempre pior do que a nossa. Será?! Muitas convicções e opiniões. Pouco estudo e quase nenhuma investigação. A certeza de conhecer e de possuir “a solução” é o caminho mais curto para a ignorância. E não se pode acabar com isto?»

António Nóvoa

1. Vivemos num tempo de incertezas e numa sociedade em crise, o que na verdade, não constitui novidade alguma. As razões desta crise estão relacionadas com um conjunto muito amplo de transformações sociais, políticas, culturais, laborais e familiares que ocorrem

simultaneamente.

2. Essas transformações têm sido tão avassaladoras que deixam marcas permanentes em todos os campos da actividade humana, pelo que para entender a escola temos de compreender este processo de mutação social. Se a sociedade é outra e a escola não intui esse facto, não está a cumprir com as missões que, socialmente, lhe estão cometidas. E aqui surgem acusações, muitas vezes excessivas, outras vezes injustas sobre a inutilidade do saber escolar e sobre as funções da escola. É por isso, tão necessária como urgente, uma reconciliação da escola com a sociedade.

3. Estamos num tempo de mudança, de transição, de fim de ciclo mas continuamos com medo e dificuldade em abrir as

portas ao futuro.

4. A escola do presente é incomparavelmente melhor do que a escola do passado. É mais atraente, mais livre, mais democrática, mais inclusiva, mais tecnológica. Mas isso parece ser insuficiente.

5. A escola é vítima de fogo cruzado de muitos lados, de entidades diversas, que entrincheiradas em determinadas verdades, bradam contra a sua falência e ineficácia. Aparentemente de costas voltadas para a sociedade actual, a escola vive momentos de grande indefinição e vê a sua acção dificultada por uma clara falta de comunicação com quem lhe deveria servir de rede de suporte: a administração, que a organiza e tutela, e a família, atolada numa preocupante crise de identidade.

6. Na linha da frente estão os professores e educadores que, desde logo, diária e continuamente se confrontam com a crise com que a escola se debate. As transformações que ocorrem a um ritmo altamente acelerado produzem em muitos deles alterações significativas de si próprios como profissionais. À medida que o seu número foi aumentando foi-se desvalorizando proporcionalmente o seu estatuto profissional. Da mesma forma, o seu papel social foi sendo questionado quando outras formas de ensinar e de aprender começaram a proliferar. Acresce ainda que o seu sentido de pertença a um certo “lugar de trabalho” foi-se tornando cada vez mais frágil, dado que, não obstante serem parte do sistema educativo, foram sendo deslo-

calizados em função das necessidades desse sistema.

7. Em relação à sua identidade profissional, e no contexto da chamada sociedade de aprendizagem, os docentes foram sendo desapaosados da sua expertise (experiência/conhecimento) - enquanto pedagogos - e da sua capacidade política e do seu poder para criar monopólios de práticas que, antes, lhes permitiam assegurar prestígio social.

8. Na sociedade da informação em que vivemos, uma sociedade totalmente pedagogizada, deu-se algo aparentemente paradoxal: a marginalização dos pedagogos reduzidos essencialmente a monitores do conhecimento.

9. Neste cenário, a performance emerge como a solução e a salvação para a educação e para a própria profissão. E os docentes vêem-se quase obrigados a escolher entre uma perspectiva profissional que tem como objectivo obter os “melhores” resultados e outras perspectivas visando

Índice

Moção de Orientação para o triénio 2011-2014

I Ser professor, num tempo e numa escola de incertezas	2
Sair do ciclo vicioso	3
A escola que herdámos	3
As missões da escola	3
A desvalorização da escola e dos professores	4
Uma escola de massas numa sociedade de consumo e de informação	4
A escola comunidade de aprendizagem numa sociedade informacional	5
II Condições socioprofissionais (caderno reivindicativo)	5
Defesa da escola pública e democrática	6
Desemprego e precariedade docente	6
Estatuto da Carreira Docente e condições de trabalho	6
Regime de avaliação de desempenho	7
Valorização e qualificação da docência	7
Horários de Trabalho	7
Indisciplina e violência na Escola	7
Recuperação do tempo de serviço congelado	7
Desbloqueamento do acesso ao 6º escalão	7
Retroactividade de vencimentos	8
Ensino superior público e de qualidade	8
III O papel do sindicalismo docente	8
Temas de estudo: contributo para o debate	
I Avaliação de desempenho docente	10
II Aprendizagens, disciplina e limites em educação	11
III Inquietações a propósito de gestão, liderança e ética na escola	12
Relatório de Actividades 2008/2011	15
Regimento de funcionamento do 10º Congresso	20

Programa

6 de Maio de 2011 – Sexta-feira

Manhã

- 08h30 - Recepção aos Delegados e Convidados
- 09h30 - Sessão de Abertura
- 10h30 - Pausa / café
- 11h00 - Apresentação, Discussão e Votação do Regimento de Funcionamento do 10º Congresso
- 11h30 - Conferência de Abertura por António Teodoro: “Ser Professor num tempo e numa escola de incertezas”
- 13h00 - Pausa / almoço

Tarde

- 14h30 - Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Actividades do SPM 2008/2011
- 15h15 - Apresentação da Moção de Orientação para o triénio 2011/2014 Início da Discussão da Moção de Orientação
- 16h00 - Pausa / café
- 16h30 - Painel: Potencialidade e Limitações da Avaliação Educacional: um debate necessário
Domingos Fernandes – Instituto de Educação da Universidade de Lisboa
Ariana Cosme – Universidade do Porto
- 18h00 - Encerramento dos Trabalhos

7 de Maio de 2011 – Sábado

Manhã

- 09h00 - Painel: Aprendizagens, Disciplina e Limites em Educação:
Celso Vasconcelos – Universidade de São Paulo
Rui Trindade – Universidade do Porto
- 11h00 - Pausa / café
- 11h30 - Painel: Inquietações a propósito de Gestão, Liderança e Ética na Escola
Caride Gomez – Universidade de Santiago de Compostela
Paulo Cafôfo – Sindicato dos Professores da Madeira
- 13h00 / Pausa / almoço

Tarde

- 14h30 - Moção de Orientação para o triénio 2011/2014
Conclusão da discussão e votação da Moção de Orientação
Apresentação, Discussão e Votação de Moções Estranhas à Ordem de Trabalhos
- 15h30 - Conferência de Encerramento por Ana Benavente: “Ser Professor entre ruídos e silêncios: Escola e conhecimento no século XXI”
- 17h00 - Sessão de Encerramento / 17h30 - Entrega de Certificados

Noite

- 21h30 - Espectáculo de Encerramento: ACORDAR! Cordas, Acordos e Outros Despertares... – **Quintetto a Pletto Giuseppe Anedda**

apenas o auto-desenvolvimento da pessoa dos alunos no processo educacional.

10. Os professores e educadores vivem nesta dicotomia entre performance e pedagogia, entre o desempenho individual no mercado de trabalho e a educação: para um, o que conta como produto de educação é a articulação com o mercado de trabalho, para outro, a meta do processo educativo é a formação emancipatória dos indivíduos.

11. Os docentes são apanhados neste fosso, como se as capacidades humanas e as competências que o aluno deve exibir como resultado da sua escolarização fossem indissociáveis.

12. Nos últimos anos a discussão das opções de política educativa ultrapassaram as fronteiras dos discursos dos especialistas e ocuparam um importante lugar na praça pública. Jornalistas, pessoas públicas e cidadãos anónimos ocuparam espaços e tempos significativos em jornais, televisões e rádios, emitindo opiniões, dando pareceres e tomando posição acerca dos rumos que a educação está a tomar e acerca daqueles que deveria, a seu ver, tomar.

13. Grande parte deste debate sobre a educação é agendado pelos “intelectuais” que escrevem nos jornais, baseado naquilo que se pode definir como um “pensamento precipitado” mas que afecta fortemente a forma como pensamos a educação. Além disso, e talvez ainda mais importante, o guião para a educação está a ser escrito sem a participação dos professores e dos educadores.

14. É pois necessário proceder-se a uma recontextualização da educação que afirme o poder dos docentes e de outros agentes educativos, que desafie as ideias agendadas nos média, e muitas vezes apresentadas como as únicas razoáveis. A maior parte das vezes os professores estão, como diz Boaventura Sousa Santos, no recesso da onda dos comentadores políticos, sendo esse recesso os silêncios absorvidos pelo alto ruído das ondas. Gritamos mas as nossas vozes são praticamente inaudíveis, ou são ouvidas e interpretadas em forma de distorção, confirmando assim o que a onda quis avançar.

15. Muitas têm sido as soluções apontadas, muitos têm sido os poderes que têm tentado combater esta situação cristalizada. Mas a verdade é que as inúmeras reformas educativas têm falhado por serem, muitas vezes, um receituário de medidas avulsas e até contraditórias, que

têm reduzido os docentes à qualidade de meros executores de soluções pensadas por outros.

16. Ao longo dos tempos muitos foram os diagnósticos, muitas mais as reformas, contra o atraso da educação, do país, e a idealização da reabilitação da sociedade. É recorrente ouvirmos “a paixão da educação”, “a grande batalha”, “o grande desafio”, a “grande aposta”. Mas como um baralho de cartas, todas têm caído em cima do insucesso. Atraso e fracasso são das palavras que mais ecoam por esse mundo além.

«Dessa educação que nós mesmos demos durante três séculos, provêm todos os males presentes. As raízes do passado rebentam por todos os lados no nosso solo: rebentam sob forma de sentimentos, de hábitos, de preconceitos. A nossa fatalidade é a nossa história?!»
Antero de Quental

17. É neste quadro que surge a questão da excelência académica e a sua relação com o desenvolvimento da escola para todos. A excelência académica exprime-se como uma relação, isto é, é um medidor entre as necessidades do mundo de produção, em que estamos todos imersos, e as especificidades do processo educativo. A tónica deve ser colocada no ensino-aprendizagem, na assunção do papel activo dos alunos e não apenas na sua passividade cognitiva; nas potencialidades de investigação e não só nas potencialidades de recepção.

18. Para superar todos estes desafios, os professores e educadores deparam-se com inúmeros entraves que contribuem para uma desmotivação profissional acentuada:

- Formação inicial deficitária;
- Concepção tecnocrática do trabalho docente;
- Currículo obrigatório sobre-carregado de conteúdos;
- Uma administração do sistema educativo burocratizante;
- Falta de serviços de apoio;
- Ausência de uma cultura democrática nas escolas;
- Problemas de comunicação entre os membros da comunidade educativa;
- Dificuldades de relacionamento com as famílias;
- Concepção social de que os docentes são os únicos responsáveis pela qualidade da educação;
- Ambiente social de cepticismo e de banalização;
- Políticas de mercantilização;
- Uma contínua ampliação das funções encomendadas à Escola e aos docentes.

Sair do ciclo vicioso

19. Para sair deste ciclo vicioso, há que romper com o passado. Uma modalidade diferente de educação está por inventar. Os discursos e as práticas que sustentaram os procedimentos educativos na instituição escolar têm vindo a falhar e, atendendo à variedade de estratégias ensaiadas há que tirar a conclusão possível: o que está em causa é o paradigma educacional, mais do que qualquer reforma ou inovação.

20. À volta da educação temos muito ruído instalado que, por vezes, obstrui a análise necessária e o sentido do que se diz e faz, criando-se um mundo de ilusões de que para se sair deste impasse são necessárias soluções vindas do exterior, vindas da sociedade. Ou então que tudo se resolve pelo domínio da pedagogia e das soluções que daí emanam.

21. Não sendo a educação um processo estanque e o sistema educativo um mundo fechado, evadir-se só agrava o problema e desfoca a atenção para o que é essencial. Sabemos que a escola não é um microcosmo vedado a tudo o que se passa no seu exterior. A realidade envolvente afecta-a e o mesmo acontece no sentido inverso. Mas sendo verdade que a escola absorve problemas que em tudo se assemelham aos que a sociedade em geral atravessa, reduzir a análise da situação a essa premissa, não deixa espaço para a transformação, para a mudança.

22. Continuar a insistir exclusivamente em temas que já adquiriram o estatuto de lugares-comuns, como a de crise de valores, ou a do desinteresse associado à massificação, acaba por deixar intocável o status quo.

23. Descomplexificar os problemas e reduzi-los a questões de tipo pragmático, só impede uma visão global que conteste o sistema em vigor e serve apenas para gerir, política e serenamente, os conflitos vividos pelos docentes.

24. Para problemáticas tão profundas, as soluções que surgem afiguram-se com uma simplicidade angustiante, tentando normalizar os problemas:

- Para a indisciplina, uma tecnologia em voga;
 - Para o desinteresse pelos saberes, o jogo;
 - Para a insatisfação dos docentes, os supostos prémios de mérito;
 - Para os problemas de gestão escolar, a transformação da escola em empresa de sucesso;
 - Para a crise do sistema, a importação do mercantilismo.
25. É urgente realizar-se um

sério e amplo debate aglutinador, um entendimento global, um compromisso político-social, reflectindo sobre a escola que temos e a que queremos ter.

26. A análise de todas as políticas implementadas permite-nos concluir que o modelo de escola não é questionado. Sendo evidente que o modelo actual de escola tem-se revelado incapaz de dar resposta às necessidades de qualificação e formação dos jovens de hoje, urge procurar um modelo alternativo.

27. Mas para que tal ocorra, teremos de sair desta insatisfação para com o presente, que nos impede de aproveitar e aperfeiçoar o que de bom existe, de criar algo de novo, de perceber a realidade e antever o futuro, de satisfazer necessidades.

28. Teremos de ter a capacidade reflexiva que nos permita ter consciência do lugar onde nos encontramos e onde nos leva tudo o que fazemos. Contudo, o ritmo da mudança é tal que nos dificulta a percepção da realidade e o que acontece de facto é uma compressão do presente que nos obriga a viver mais depressa, como se estivéssemos permanentemente à beira de um abismo.

Escola que herdámos

29. A criação de um novo paradigma que informe a escola do futuro, implica que conheçamos a escola que herdámos. Uma escola que foi construída a pensar no modo de produção fordista, de tipo industrial, hoje completamente ultrapassado. As escolas actuais foram pensadas para um tempo em que o objectivo da educação não era educar todos os alunos, mas sim processar a grande massa de estudantes, seleccionando e incentivando uma pequena minoria destinada ao trabalho intelectual.

30. Como os recursos eram escassos e os professores em número reduzido foram determinadas rotinas de ensino que lhes retiraram autonomia na sua actividade pedagógica diária.

31. Os objectivos limitavam-se a inculcar nos alunos capacidades rudimentares e a socialização mínima para, uma vez entrados no mercado de trabalho, poderem cumprir ordens e actuar de acordo com os procedimentos pré-estabelecidos.

32. No sistema de ensino prevalece um modelo de memorização mecânica, assente em rotinas, marcado pela imposição de práticas pedagógicas, currículos únicos, testes estandarizados que se focalizam em capacidades cognitivas rudimentares e que não consegue

qualificar os trabalhadores da sociedade pós-industrial/informacional.

33. Não tem sido fácil a escola libertar-se destas amarras históricas, até porque o tempo que dista entre o passado e o presente tem sido curto, para se poderem elaborar projecções para o futuro.

34. A educação escolar para todos é algo de muito recente, e até há relativamente pouco tempo, a sociedade estava estruturada por papéis sociais e económicos mais ou menos imutáveis. A tarefa de socialização consistia em preparar as novas gerações para substituir as antigas, em funções que se julgavam permanentes. No trabalho e na profissão, o filho sucedia ao pai, na família a filha sucedia à mãe.

35. A mudança começou a processar-se quando se consciencializou que era possível aumentar a produtividade e alterar os processos produtivos, através de novas técnicas e conhecimentos. Técnicas que requeriam o domínio de determinados saberes que já não podiam ser aprendidos por imitação e exigiam a capacidade de ler e de contar.

36. Assim surgiu uma escola, inicialmente limitada a certos grupos e sucessivamente alargada a conjuntos mais vastos, após muitas lutas. Deste modo se garantia a transmissão de competências e conhecimentos necessários ao sistema tradicional de produção.

37. Com o desenvolvimento da sociedade industrial e do trabalho assalariado, quebrou-se a transmissão tradicional de papéis sociais (o filho não ocupa o lugar do pai) e houve a necessidade de vincular os indivíduos a postos de trabalho concretos.

38. A solução para tal foi a da aquisição de títulos académicos, assumindo a escola uma função primordial na credencialização, na criação de hierarquias e na selecção de mão-de-obra, função que continua a exercer, embora com algumas mudanças conjunturais. No entanto, os modelos de comportamento continuaram a reger-se pela tradição herdada duma geração a outra e no seio da família, pelo que, a dicotomia entre aquela que deve ser a função da Escola e aquilo que a sociedade dela exige, permanece uma constante.

Missões da Escola

39. Nas sociedades pós-industriais foram-se produzindo fracturas e mudanças que vieram questionar este esquema e gerou-se um vazio criado pela falta de normas. Aí, a ausência de certezas e de legitimidade, bem como informação em

excesso provocaram angústia.

40. No momento actual vários factos se sobrepõem: por um lado a ruptura das identidades tradicionais (sexuais, de classe, religiosas) e, por outro, formas mais ou menos adequadas de ser e agir. A destruição das identidades tradicionais e das suas formas de transmissão provocou a necessidade de encontrar novos critérios morais e novos instrumentos de socialização.

41. A escola tende, neste cenário, a assumir um papel de liderança e de debate sobre os valores, por ser uma das instituições que mais directamente sofre as consequências da falta de normas, e a primeira a confrontar-se com os comportamentos agressivos, a falta de motivação e de projecto pessoal por parte dos jovens.

42. Ela é também o alvo de todas as críticas quando atitudes e actos de jovens surgem nos ecrãs das televisões ou nas primeiras páginas dos jornais. Esquece a sociedade a influência, negativa e reprodutora, que algumas mensagens difundidas pelos meios de comunicação têm no comportamento dos alunos.

43. Neste contexto urge empreender um debate sobre as missões da escola e as funções e tarefas que socialmente lhe devem ser confiadas. Deve a escola deixar de ser apenas uma instituição vocacionada para a transmissão de conhecimentos, para passar também a transmitir padrões e normas de comportamento? Como reconvertê-la e transformá-la?

44. Este sentido leva a uma transformação do papel do professor que, neste contexto, deixa de ser uma mera correia de transmissão de saberes definitivos e que se assume mais como um intelectual, com uma grande liberdade para seleccionar conteúdos.

45. A escola tem uma estrutura muito consolidada, com uma forte ênfase em aspectos curriculares e sistemas de avaliação. Os docentes, por seu lado, sentem-se pouco à vontade fora do âmbito dos conteúdos já que, a própria formação de professores é muito mais centrada em conteúdos do que em valores e o domínio dos currículos tradicionais dificulta o debate e a viragem, cuja necessidade se impõe.

46. À escola actual estão distribuídas as missões de qualificar e formar. Por um lado, a escola tem uma função certificadora atestando que um aluno completou um ciclo de aprendizagem e que está apto a prosseguir os estudos ou a desempenhar uma função

específica. A escola cumpre esta missão através da transmissão de informação e desenvolvimento de certas capacidades que são periodicamente objecto de avaliação. Por outro, a escola tem outra missão de grande relevância no campo da formação dos jovens, assistindo-os na criação dum quadro de valores de referência que possa pautar a sua existência, em estreita cooperação com as famílias e com outras instituições de intervenção social. Ambas as missões da escola devem estar ancoradas num currículo nacional. A estruturação deste currículo supõe obrigatoriamente uma selecção entre os materiais culturais disponíveis. O currículo nacional não se pode limitar à explicitação dos objectivos, conteúdos e sugestões metodológicas para as diferentes disciplinas mas tem de mencionar, de forma clara, os valores consensualmente aceites pela sociedade.

47. A organização curricular deve ser, então, objecto de revisão para melhor poder responder às missões da escola. Os conteúdos programáticos devem ser repensados, pois muita informação que consta dos actuais planos curriculares é perfeitamente dispensável e importa substituí-la por outra mais útil aos tempos que correm, nomeadamente no âmbito da educação para a saúde, educação ambiental e educação para a cidadania.

48. Tudo isto ocorre num momento em que a escola se vê confrontada com outro desafio: o crescimento exponencial dos saberes que a escola procura acudir, multiplicando as áreas de aprendizagem.

49. A multiplicação dos saberes tem um resultado perverso: a separação espontânea entre aquilo que se tem de saber para passar - que se aprende na escola e que não se usa para mais nada - e aquilo que se tem de saber para viver - que se aprende fora da escola, em especial pela televisão e pela internet.

«Investida de todas as missões possíveis e imagináveis, a escola, vítima de um verdadeiro delírio inflacionista, via-se despojada da especificidade de uma educação escolar. E foi este facto que criou um grande mal-estar no seio dos professores, e também entre os pais e os alunos.»

Daniele Hameline

50. A escola não pode tudo. E os docentes, que podem muito, também não podem tudo. A escola de hoje é transbordante! Os docentes carregam a pesada

missão de salvar ou reparar a sociedade dos problemas que ela própria cria e que, incapaz de os solucionar, alivia a sua consciência atirando-os aos "ombros" dos professores e educadores.

51. A escola tem de apostar na ligação à comunidade em que está inserida mas esta ligação tem que ser biunívoca. A cooperação com a família e outras instituições comunitárias deve ser uma realidade e permitir a criação de uma rede social de apoio que terá como função assistir a escola em problemas sociais como o absentismo, o abandono escolar, a toxicodpendência e a criminalidade juvenil, em relação aos quais a escola pouco pode fazer mas que afectam não apenas os alunos e os professores e educadores, mas a sociedade no seu conjunto.

52. Uma certeza emerge nesta complexidade de questões, a indispensabilidade de um novo projecto humanista para a escola que consiga aliar a sua função de qualificar para o mundo do trabalho cidadãos ética e moralmente responsáveis e proactivos.

Desvalorização da Escola e dos Professores

53. A partir dos anos 90, uma vaga de mudança ocorre com o avanço e consolidação da sociedade da tecnologia e da informação que favoreceu o crescimento do mercado global e o triunfo do neoliberalismo. A globalização neoliberal espalhou-se de forma tentacular por todo o planeta.

54. Desmoronaram-se as barreiras nacionais, e o Estado-Nação viu a sua capacidade de intervenção muito limitada. Cada vez mais, as decisões macroeconómicas que afectam de forma acentuada os mercados nacionais e a vida dos cidadãos são tomadas nas grandes cúpulas internacionais.

55. O Estado-Providência é visto como um inimigo a abater, desregulamentando-se o mercado do trabalho e transformando-se o emprego num bem muito precário.

Do ponto de vista da escola importa determinar quais os reflexos que todas estas transformações tiveram e continuam a ter nas sucessivas reformulações das políticas educativas.

56. A sociedade industrial ditou o aparecimento dum determinado modelo de escola que tinha um objectivo bem definido: criar mão-de-obra semi-especializada em abundância. Era a denominada factory school, pela semelhança com a fábrica. No presente, a grande maioria continua a rever-se neste

modelo. Importa saber, se este paradigma de escola, tem capacidade de dar resposta, em termos de formação e qualificação, às necessidades colocadas pela sociedade pós-industrial e informacional.

57. O descontentamento para com a instituição escola não está limitado ao seu espaço físico. Extravasa-a! Estende-se aos sindicatos, às associações profissionais, aos partidos políticos, no poder ou na oposição, aos opinion makers. Para muitos, desfasada das exigências da actualidade, a escola revela-se incapaz de dar resposta apropriada às necessidades de qualificação e formação que lhe são exigidas.

58. Para agravar a situação, a escola vê-se confrontada com a concorrência da "escola paralela", nomeadamente através da televisão e principalmente da internet, meios pelos quais os alunos constroem as suas subjectividades.

59. Acusada de produzir "analfabetos funcionais", a escola vê posta em causa uma das suas finalidades: a credencialização. Confrontada com o não reconhecimento dos certificados e habilitações que concede, depara-se com o descrédito e a desconfiança. A consequência de tudo isto é a desvalorização acentuada do capital simbólico da instituição

60. Por arrastamento, o professor, considerado até há bem pouco tempo, um dos pilares da sociedade, vê o seu estatuto drasticamente diminuído. A situação torna-se ainda mais complicada, quando da parte dos Governos se tem assistido a um acentuar de desvalorização e intoxicação da opinião pública, agravada por um desgaste brutal dos professores, pelas péssimas condições de trabalho, indisciplina dos alunos, degradação do salário, entre outras.

61. Atolados nas rotinas do dia a dia, nas enormes tarefas que lhes são atribuídas e, muitas vezes, amarrados ao politicamente correcto, os docentes são transformados em meras correias de transmissão de reformas pensadas pelos outros sufocando, sem energia, qualquer tipo de reacção.

62. Para superar todas estas dificuldades, devemos apostar numa maior democratização da escola. É urgente substituir o modelo centralizador e controlador do desempenho dos professores e educadores, por outro em que a autonomia seja uma realidade.

63. Não faz qualquer sentido reforçar o controlo burocrático nos diversos níveis de educação e ensino porque persistem suspeitas quanto à efectiva

capacidade dos professores e educadores. É imperativo dissiparem-se tais suspeitas e reforçar a autonomia profissional, criando-se comunidades escolares nas quais o colectivo de docentes possa ajustar o conjunto de saberes e valores considerados indispensáveis às necessidades, perspectivas e possibilidades reais dos grupos concretos com que têm de trabalhar.

64. O sucesso de qualquer política educativa depende, em parte, da retirada de poderes das burocracias educativas, ao mesmo tempo que se implementa a institucionalização de um modelo de autonomia no sistema.

65. Ensinar é muito mais do que transmitir matérias a receptores passivos. O verdadeiro ensino pressupõe o conhecimento dos alunos, dos seus percursos individuais e das formas mediante as quais eles melhor conseguem aprender. Envolve também oportunidades para os docentes poderem aprender uns com os outros, avaliar os resultados do seu trabalho e criar práticas pedagógicas inovadoras.

66. Para tal, é necessário envolver os professores e educadores na planificação e avaliação do seu desempenho rompendo-se com as burocracias omniscientes, segundo as quais o conhecimento está no topo do sistema.

67. A melhoria do sistema educativo só poderá ocorrer quando diminuir a burocracia que controla o próprio sistema, quando se apostar em docentes melhor preparados, mais apoiados e melhor remunerados, quando se acabar com a falta de rigor, com o facilitismo e a indisciplina que percorre a generalidade das escolas, bem como quando se devolver o empowerment, ou seja, a concessão de poder e autoridade aos professores e educadores.

68. Educar comporta estabelecer regras e providenciar que sejam verificadas por todos. Por razões institucionais e por ser o detentor de maior experiência e mais formação, o professor é, na escola e na sala de aula, o legítimo garante da verificação dessas regras.

69. Cabe à administração escolar garantir condições efectivas para o exercício dessa autoridade e cabe aos professores não dispensar esse poder, sob pena de se comprometer gravemente a educação das crianças e dos jovens.

Escola de massas numa sociedade de consumo e de informação

70. Os sucessivos aumentos

da escolaridade obrigatória e a massificação daí resultante não tiveram em consideração os pressupostos que sustentavam um tipo de instituições educativas pensadas para as elites.

71. A diversidade de estudantes, com identidades muito distintas, não se adequa com instituições pensadas para uniformizar e impor uma norma cultural que quase nada coloca em questão. No cenário social de fundo, no qual as escolas se situam, as revoluções políticas, sociais, culturais, económicas e laborais sucedem-se vertiginosamente.

72. A cultura juvenil sempre teve como razão de ser transgredir o mundo dos costumes e dos valores dos adultos, motivo esse que agora se manifesta mais intensamente e já não é apenas típico da adolescência, mas também da infância. Desafiar a ordem estabelecida parece estar a converter-se num dos estímulos mais eficazes para a construção da própria identidade.

73. A mensagem que se divulga nas novas redes de comunicação e de informação é a de que a transgressão de valores e de normas sociais dominantes produz prazer e que este é o caminho para um reconhecimento como igual por parte dos amigos.

74. Esta mensagem está a transformar as escolas em territórios propícios a que os alunos desenvolvam todo um conjunto de acções que poderão culminar numa série de comportamentos pouco apropriados para se afirmarem perante os professores.

75. A cultura mediática típica desta sociedade consumista dirige-se à mobilização de sonhos e desejos, mas sem chegar a despertar a razão e sem procurar incidir na flexibilidade. A publicidade e a rapidez das suas mensagens, bem como a estratégia em querer lançar os seus conteúdos de uma forma um tanto ou quanto subliminal, gera deturpações, apresentando

a realidade descontextualizada, como se vivéssemos num paraíso.

76. Com os meios de comunicação a difundirem este tipo de mensagens, é bem possível que as instituições educativas apareçam, perante os olhos dos alunos, como algo antigo, rígido, pouco atractivo e onde não é possível aprender coisas verdadeiramente interessantes e com relevância para a sua vida quotidiana.

77. As recompensas extrínsecas constituem, inúmeras vezes, o verdadeiro motor capaz de explicar as suas atitudes e o seu esforço nas aulas. Estudar com vista à aprovação, faz-se, mas apenas para poder receber em troca algum presente, para dispor de mais tempo para brincar, para sair com os amigos, para aceder à internet, etc.

78. Neste cenário, os docentes sentem que “se lhes foge a terra por baixo dos pés”. A escola com que sonhavam desmoronou-se.

79. O modelo tradicional de professor acabou com o fim de uma sociedade em que as instituições educativas eram as únicas que dispunham e ofereciam informação. A sociedade de informação sepultou definitivamente esta falsa presunção da verdade única e das certezas imutáveis.

80. A insegurança perante o que se considera o conhecimento valioso, relevante e uma vivência de estar continuamente em crise e desorientada, instalou-se no ambiente das escolas.

81. O trabalho docente nas escolas necessita de ter em consideração a realidade de um ambiente social de cepticismo, de superficialidade e de banalização.

82. As mensagens difundidas pelos meios de comunicação de massa, o mundo de glamour da publicidade, da cultura de consumo e do ócio fomentado pelas grandes multinacionais destinadas ao entretenimento e a transportar-nos para mundos

de fantasia e de sonho neutralizam, anulam e contradizem, na maioria dos casos, o trabalho que se desenvolve nas escolas e o mundo de valores que professores, educadores e pais consideram importantes.

83. O mundo contemporâneo é a consequência de vertiginosas e radicais transformações. A globalização, a desterritorialização, a facilidade das comunicações explicam que, quer os lugares, quer as culturas, quer as instituições se manifestem hibridamente. Espaços nos quais convivem pessoas diferentes, com múltiplas e distintas identidades são incentivadores de um consumismo permanente. Este mundo consumista onde se procura insistentemente estar num ambiente de conforto é ficticiamente criado por uma economia que aprendeu a estimular novos interesses e desejos das pessoas, convertendo-as em seres sempre ansiosos, insatisfeitos e em permanente stress. Não é o que se passa com os nossos alunos?

84. Este novo universo é algo que os professores devem conhecer profundamente, aproveitando o que de valioso tem e contrariando-o em tudo aquilo que contribua para a desumanização e para a alienação das pessoas.

85. O triunfo das opções neoliberais contribuiu para colocar em marcha todo um conjunto de acções destinadas a reduzir a cidadania a um estatuto de pessoas consumidoras. A filosofia consumista expandiu-se a um ritmo alucinante, necessitando os promotores do neoliberalismo de criar redes e estratégias informativas e educativas, capazes de conseguir o consenso da cidadania ao seu novo mundo de valores consumistas.

86. Como consequência dessa situação, as tradicionais formas de socialização sofreram um processo de erosão, na medida em que as instituições encarregues de a levar a cabo, ou seja, a família, a escola e a

igreja, se confrontaram com rivais da envergadura dos grandes meios de comunicação de massa e redes virtuais, que nos nossos dias, navegam pela internet.

87. O próprio modelo político de democracia corre o risco de acabar simplificado e circunscrito ao mercado, enquanto projecto económico, referente às possibilidades de abrir negócios e de votar de quatro em quatro anos em personalidades da política que, cada vez mais, prestam menos contas ao público.

88. E encontramos-nos num ponto de viragem, em que se torna imperativo que todas as pessoas, e não apenas os “vigilantes das essências” pensem, debatam e decidam como deve ser a instituição escola e como deve esta contribuir para um mundo mais justo, mais democrático e mais solidário.

Escola Comunidade de Aprendizagem numa sociedade informacional

89. Importa definir que conceito de escola queremos. Ramón Flecha e Iolanda Tortajada, defendem uma escola enquanto comunidade de aprendizagem – um conceito de educação integrada, participativa e permanente.

90. Integrada, porque se baseia na actuação conjunta de todos os elementos da comunidade educativa, sem nenhum tipo de exclusão, e com a intenção de dar resposta às necessidades educativas de todos os alunos.

91. Participativa, porque a aprendizagem depende cada vez menos do que ocorre na sala de aula e cada vez mais da correlação do que ocorre dentro da sala de aula e no exterior.

92. Permanente, porque na sociedade actual recebemos constantemente de todo o lado e em qualquer idade, muita informação cuja selecção e processamento requer uma formação contínua.

93. Numa sociedade informacional, a escola terá de dotar os seus alunos de novas competências de sobrevivência e fornecer um conjunto de conhecimentos que terão, necessariamente, de ser actualizados ao longo da vida dos indivíduos. Cada um terá de actualizar constantemente os seus conhecimentos, sob pena de ser preterido por outros que invistam na formação de forma permanente.

94. O suporte para a viabilização deste contínuo (re)aprender é fornecido pelas tecnologias de informação e comunicação, com particular destaque para a internet.

95. Nesta sociedade pós-industrial em que vivemos, caracterizada por um novo sector, o quaternário ou informacional, em que a informação é a matéria-prima e o processamento desta constitui a base do sistema económico, as pessoas que não possuem competências, para criar e tratar informação ou os conhecimentos que a rede valoriza, serão excluídas.

96. A educação, para além de facilitar o acesso a uma informação baseada na aquisição de conhecimentos, tem de permitir o desenvolvimento de destrezas necessárias na sociedade da informação.

97. Nesta sociedade informacional, a escola terá de desenvolver competências comunicativas, que vão muito para além das competências académicas e técnicas, nomeadamente a selecção e processamento da informação, a autonomia, a capacidade de tomar decisões, o trabalho em grupo e a polivalência.

98. Todas elas são decisivas nos diferentes contextos sociais, desde o mercado de trabalho, as actividades culturais ou simplesmente a vida social, para podermos sobreviver num tempo marcado por uma pluralidade de modos de viver e que, a todo o instante, nos obriga a fazer opções.

II

Condições socioprofissionais (caderno reivindicativo)

99. O 10º Congresso dos Professores da Madeira realizou-se num momento, particularmente, difícil e nebuloso da nossa vida colectiva.

100. Atrever-nos-íamos a dizer que vivemos a fase mais negra da nossa jovem democracia em que tudo está posto em causa com assinalável destaque para o Estado Social. A crise económica e o controlo orçamental são as justificações para todos os ataques que vêm sendo desferidos à sociedade portuguesa e que, de forma

indirecta e directa, atingem a educação, as escolas, os alunos, os educadores e os professores.

101. O lema deste nosso Congresso, amplamente explicado no capítulo anterior, e que configura o tema de estudo em debate, tem como palavra-chave “Incerteza”:

- Incerteza quanto à estra-

tégia do Governo Regional da Madeira e da sua Secretaria da Educação para este sector. Com efeito, a actuação governamental na RAM tem-se caracterizado por uma espécie de navegação à vista, completamente refém das opções políticas nacionais. Mesmo que se recusem a admitilo, mesmo quando as declara-

ções públicas dos responsáveis pela Educação e os compromissos que assumem com as organizações representativas dos docentes indiciam algo de diferente, a verdade é que o comportamento político da SREC tem gerado complicações e interpretações abusivas que resultam em soluções de recurso

como a que aconteceu, por exemplo, com a avaliação extraordinária de docentes para resolver, remediativamente, a ausência de soluções próprias nos momentos certos;

- Incerteza porque cada revisão do ECD regional mais não representa que um retrocesso inadmissível e penalizador em relação ao anterior. Exemplos desses retrocessos podem encontrar-se na criação de vagas no acesso aos 5º e 7º escalões, aulas assistidas obrigatórias para transição aos 3º e 5º escalões, redução de bonificações pela aquisição de novas habilitações

ou pela atribuição das menções qualitativas de “Muito Bom” e “Excelente”;

- Incerteza quanto à situação dos docentes que, apesar de já terem completado o tempo necessário para aceder ao 6º escalão, continuam com a progressão congelada;

- Incerteza quanto ao futuro das consequências da revisão curricular, da extinção da Área Projecto, dos concursos, etc, etc,... já que em discursos, intervenções e promessas públicas do Secretário Regional da Educação já nos custa a acreditar.

- Incerteza quanto ao significado das desculpas anti-autónomas de que não se pode ir mais longe à conta de supostos entraves à mobilidade e inter-comunicabilidade dos docentes. Fracos argumentos da parte de quem diz defender o Estatuto Político e Administrativo da RAM e o seu aprofundamento. Fracos argumentos da parte de quem sabe utilizar as prerrogativas que lhes são concedidas por esse Estatuto em situações que, eventualmente, lhes possa trazer mais benefícios eleitorais e com menos custos.

102. Mas, as incertezas e inseguranças do nosso tempo ultrapassam, em muito, as responsabilidades políticas da Região. Os tempos que vivemos, já o dissemos atrás, são tempos, verdadeiramente, conturbados, de grande desnorte político, de muita desesperança e angústia quanto ao nosso futuro colectivo.

103. Conforme referiu Abel Macedo, na sessão de abertura do Congresso do SPN, seria bom que conseguíssemos afastar-nos do desgastado lugar-comum de que vivemos em tempos de crise. Dessa crise que os neoliberais impuseram a todos os portugueses e que, não lhes bastando essa responsabilidade, procuram fazê-la acompanhar de um sentimento de culpabilização e fazer-nos acreditar que este é um fatalismo, suporte da ideia que não há mais nada a fazer para além de nos prepararmos para novos e dolorosos sacrifícios, como mais uma inevitabilidade dos nossos dias cinzentos. Foi este discurso de inevitabilidade fatalista que sustentou as medidas políticas de contenção que têm vindo a ser impostas para, supostamente, responder à crise económica e financeira que atravessa o país e que se têm traduzido num ataque sistemático aos trabalhadores e à qualidade dos serviços públicos.

104. De entre essas medidas e pelo impacto que têm na qualidade da escola pública e ainda pela forma como estão a afectar a actividade profissional e a vida dos docentes, dos

estudantes e das suas famílias, destacamos:

- Reduções salariais e congelamento das carreiras;
- Aumento de impostos;
- Redução do número de professores e educadores;
- Aumento do horário de trabalho;
- Recurso à contratação precária em detrimento da integração nos quadros;
- Deterioração das condições de trabalho e da qualidade do ensino;
- Diminuição dos orçamentos das escolas e das instituições de ensino superior.

105. Ao nível profissional, assistimos a uma crescente e intensificada burocratização da actividade docente, a um controlo cada vez mais apertado dos professores e educadores, à implementação e perspetivação de modelos de avaliação que promovem o individualismo e a competição, em detrimento da colegialidade e da cooperação, valores intrínsecos às organizações educativas essenciais para o desenvolvimento do ensino e das aprendizagens e para a melhoria das instituições.

106. Mário Nogueira, secretário geral da FENPROF, afirma que, na educação, o Governo começou por poupar à custa dos profissionais do sector, roubando-os nos seus salários e na sua estabilidade, e que a caminho já vem o desemprego.

No entanto, e conforme refere Manuela Mendonça, a circunstância de o contexto actual deixar pouco espaço à esperança de mudanças positivas, aos professores e educadores não resta outra alternativa que não seja a de agir em unidade para encontrar os caminhos necessários para que essas mudanças se concretizem.

107. É por isso que este nosso Congresso tem que afirmar com clareza que – enquanto professores e educadores, trabalhadores e cidadãos – não abdicaremos dos nossos direitos, da mesma forma que assumiremos os nossos deveres, começando pelo direito que é, simultaneamente, dever, de intervir cívica, política e sindicalmente contra aquilo que achamos errado e a favor daquilo que defendemos. Na certeza de que, o Sindicato dos Professores da Madeira não é uma entidade abstracta. O SPM somos nós. O SPM são os seus associados.

Defesa da escola pública e democrática

108. A profissão docente e os profissionais que lhe dão corpo e sentido são um dos pilares fundamentais da escola pública, pelo que, o ataque aos direitos profissionais dos professores e educadores, à sua carreira, à

sua estabilidade, ao emprego e à qualidade do mesmo, constitui a mais forte investida a essa pedra basilar.

109. Nos combates que têm travado e continuarão a travar, os professores e educadores contribuíram para defender a escola pública, cujos predicados resultam do entendimento progressista do preceituado na Lei de Bases do Sistema Educativo (LBSE) e da própria Constituição da República Portuguesa (CRP).

110. O SPM continuará empenhado em reflectir, discutir e apresentar propostas sobre as matérias que dizem respeito à escola pública, desde os currículos, passando pela defesa da oferta universal da educação Pré-Escolar, do aumento da escolaridade obrigatória, até à resposta da acção social na Escola.

111. O direito à educação concretiza-se por uma acção permanente que promova o desenvolvimento integral do ser humano, o progresso social e a democratização da sociedade, acção que só é possível numa escola pública e democrática.

112. Neste pressuposto, o 10º Congresso dos Professores da Madeira defende:

- Uma escola pública, democrática, de qualidade, inclusiva e gratuita;

- A responsabilidade do Estado em promover a democratização do ensino e garantir a igualdade de oportunidades no acesso e sucesso em percursos formativos e educativos diversificados;

- A prevalência de critérios pedagógicos sobre critérios administrativos e financeiros;

- O aumento do financiamento da educação, a ser assumida, na prática, pela sociedade e pelos governos, como a prioridade nacional, mas contra o favorecimento de dinâmicas de privatização no sistema de ensino público;

- A não integração de escolas privadas como prestadoras de um serviço público de educação em locais onde a rede pública permite uma resposta adequada;

- Uma gestão democrática das escolas, com o reforço e alargamento da sua autonomia, que não seja assente na mera distribuição de poderes hierárquica, burocrática e fortemente centralizadora;

- Um compromisso social e político com as gerações futuras, alicerçado num projecto sustentável que resista à tentação de protagonismo e eleitoralismo políticos;

- A implicação e responsabilização de um maior número de actores, agentes e instituições educativas;

- A aprendizagem como

missão prioritária da escola pública e condição primeira para o acesso à cidadania, ao sucesso escolar e à integração no mundo social e laboral.

Desemprego e precariedade docente

113. Se os docentes empregados têm um sem número de queixas pela forma como a profissão e a educação têm vindo a ser tratadas, particularmente nos últimos anos, os docentes desempregados e em situação laboral precária merecem a primeira atenção dos sindicatos, na sua preocupação, acção reivindicativa e de luta.

114. As mais recentes medidas de austeridade aplicadas ao sector da educação vieram agravar o desemprego e a precariedade docente. Não porque esses docentes não sejam necessários ao sistema, mas porque simplesmente a educação não é assumida como A prioridade na sociedade portuguesa para a construção de um futuro melhor.

115. A previsível redução de docentes e a consequência na qualidade da Educação merece a clara discordância do SPM.

116. O 10º Congresso dos Professores da Madeira defende:

- A manutenção no sistema de educação e de ensino dos educadores e dos professores necessários ao trabalho pedagógico nas escolas e às aprendizagens de qualidade dos alunos;

- A produção de legislação que estabeleça regras para a vinculação dos professores e educadores contratados;

- A realização dos concursos nacionais e regionais de recrutamento e mobilidade de docentes, com a abertura de vagas para ingresso em quadro;

- O desenvolvimento de iniciativas e esforços no sentido de que a sociedade portuguesa e os governos percebam a importância de assumir a educação como O maior desígnio e A prioridade nacional para o desenvolvimento do País e bem-estar dos cidadãos.

Estatuto da Carreira Docente e condições de trabalho

117. O ECD actualmente em vigor é um verdadeiro entrave à construção, valorização e afirmação da profissão docente. É um instrumento que reduz os espaços de autonomia e liberdade dos professores e educadores e do seu desempenho profissional.

118. A nova proposta de ECD regional constitui um gravíssimo recuo, em relação àquele que foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2008/M, de 25 de Fevereiro,

já de si um retrocesso face ao anterior, com realce para as vagas no acesso a alguns escalões, aulas assistidas obrigatórias e redução de bonificações pela aquisição de novas habilitações ou pela atribuição de “Muito Bom” e “Excelente”.

119. Poucas ou nenhuma diferença ficam relativamente ao ECD nacional. Isto apesar de o Governo Regional ter prometido o contrário: um estatuto com uma carreira única, de natureza horizontal, sem vagas ou quaisquer outros constrangimentos administrativos e valorizador da profissão docente.

120. A manter-se nos termos propostos pela SREC, o novo ECD desvalorizará a função docente e agravará as condições de exercício da profissão, contribuindo para a degradação das condições de funcionamento das escolas e, conseqüentemente, para uma quebra da qualidade da educação e do ensino.

121. Com efeito, a proposta aponta para a criação de uma situação potencialmente mais gravosa no que concerne à progressão na carreira. O acesso a determinados escalões passa a depender, não do mérito revelado e distinguido em sede de avaliação de desempenho, mas de uma contingência por vagas sujeita a decisão política e financeira e concretizada por acto administrativo, cujos critérios se desconhecem. Em suma, o docente pode não progredir na carreira mesmo que tenha um bom desempenho.

122. O 10º Congresso dos Professores da Madeira afirma-se inequivocamente contra:

- A existência de vagas de acesso aos escalões e de quaisquer constrangimentos administrativos à progressão dos professores e educadores que obtenham uma avaliação mínima de Bom;

- A redução das bonificações que o Decreto Legislativo Regional nº 6/2008/M, de 25 de Fevereiro havia considerado como um direito dos docentes que investem na sua auto-formação;

- A obrigatoriedade de aulas assistidas para transição a alguns escalões, assim como o acesso às menções qualitativas de “Muito Bom” e “Excelente”;

- A redução das bonificações por aquisição de outras habilitações;

- A redução das bonificações por atribuição das menções qualitativas de “Muito Bom” e “Excelente” na avaliação de desempenho docente;

- A existência de um período probatório que a proposta de ECD regional preconiza.

Regime de avaliação do desempenho

123. A publicação do Estatuto da Carreira Docente/RAM, ocorrida em 2008, abriu as portas a um novo modelo de avaliação do desempenho à imagem e semelhança do SIADAP criado para os restantes trabalhadores da Administração Pública. Os docentes em exercício na Região Autónoma da Madeira necessitam ver definidas as matérias que dizem respeito à avaliação do desempenho, mas não a qualquer preço.

124. Esqueceu-se o Governo que as escolas são locais de trabalho específicos e peculiares onde se intersectam processos sociais e organizacionais complexos: pedagogia, gestão e administração, socialização e relações de trabalho. A “matéria-prima” são os alunos e as suas capacidades e os “produtos de trabalho” bem menos visíveis e, de certo modo, menos mensuráveis.

125. O modelo de avaliação regional baseia-se no modelo em prática no Continente que já se revelou desadequado das finalidades a que, supostamente, se propunha, revelando ser extremamente burocratizado, de tal modo que o processo de avaliação do desempenho docente se tornou no centro da actividade das escolas, dos professores e educadores, desviando o tempo e a atenção do trabalho pedagógico e de aprendizagem com os estudantes. Tem contribuído para criar ruído e não para potenciar a melhoria do ensino e da aprendizagem. Além disso, destrói a necessidade do trabalho cooperativo de educadores e professores, essencial na educação.

126. O 10º Congresso dos Professores da Madeira defende:

- Um modelo de avaliação do desempenho docente assente numa avaliação formativa, credível e transparente, ancorada em princípios de justiça, cooperação e equidade;

- Uma avaliação que se afaste da lógica burocrática e, cujo fim, não se limite à classificação de docentes numa perspectiva economicista, para cortar na carreira e no salário;

- Um regime de avaliação de desempenho profissional que promova e valorize a função docente e a qualidade dos processos de ensino e aprendizagem;

- Um modelo de avaliação através do qual se promova o desenvolvimento pessoal e profissional do professor e do educador, que esteja orientado para o aperfeiçoamento da actividade docente e a inventariação das necessidades de formação, admitindo que, em circunstâncias específicas,

possam também ser de reconversão profissional do pessoal docente;

- Uma avaliação que valorize a formação, um direito e dever dos docentes, componente essencial para o seu aperfeiçoamento, salvaguardando-se as condições para a sua realização, incluindo a gratuidade, espaços e tempos de formação próprios, dispensa da componente lectiva para a realização dessa formação, entre outras.

- Uma avaliação que não torne ainda mais instável a vida nas escolas e não desvie os docentes da sua função essencial: o trabalho com e para os seus alunos;

- Um período experimental a realizar em estabelecimentos de ensino previamente seleccionados, antes da entrada em vigor do modelo de avaliação;

- Uma avaliação de desempenho no final de cada escalão (com o pressuposto de que os docentes têm o direito de ser informados ao longo do módulo de tempo do escalão de eventuais aspectos negativos verificados no seu desempenho);

- Uma prestação de contas por parte das escolas, tutelas educativas e sistema educativo, de forma a não responsabilizar quase exclusivamente os docentes pelos resultados escolares.

Valorização e qualificação da docência

127. A implementação do Estatuto da Carreira Docente da Madeira, actualmente em vigor, tem vindo a demonstrar ser um factor potenciador da desvalorização do trabalho docente já que aponta para uma visão funcionarizada da profissão com estritos critérios economicistas, isto é, de desinvestimento na Educação.

128. A desregulação e a sobrecarga do trabalho docente, com tarefas burocráticas e administrativas adicionais, muitas delas não só supérfluas como também inúteis, transformam-se num factor impeditivo do próprio trabalho pedagógico e têm como consequência a tecnicização e intensificação do trabalho, que não podem ser confundidas com profissionalismo.

129. O trabalho docente tem vindo a tornar-se, assim, mais rotineiro, mais fragmentado, mais desqualificado, sem visão da sua globalidade e da sua complexidade, eliminando-se as oportunidades de realizar um trabalho mais criativo, imaginativo e pedagogicamente cimentado.

130. Tendo em conta a natureza do trabalho docente, essa funcionarização e burocratização do trabalho induzem desânimo, descrença e cansaço

extremo que prejudicam clara e directamente a qualidade do desempenho profissional, a realização na profissão, a saúde e o bem-estar dos educadores e professores.

131. O 10º Congresso dos Professores da Madeira defende:

- o respeito pelo docente enquanto pedagogo e pensador, pugnando contra qualquer tentativa de redução a uma função técnica;

- o reforço do papel da dimensão ética e deontológica da docência, uma tarefa que decorre essencialmente no interior da / pela própria classe docente;

Horários de trabalho

132. As tarefas lectivas e não lectivas são diferentes e exige-se o respeito do conteúdo destas últimas, no sentido de valorizar a componente de trabalho individual em termos adequados à eficaz e séria preparação e avaliação das actividades lectivas.

133. A deliberada confusão que se estabeleceu entre componente lectiva e não lectiva de estabelecimento e os abusos de todo o tipo que se encontram na organização de horários, muito têm prejudicado o desempenho profissional dos docentes. Quadro agravado pela profusão de reuniões e tarefas burocráticas, sem um valor acrescentado para o trabalho pedagógico ou para a qualidade da aprendizagem dos alunos.

134. Essa componente não lectiva, essencial para a preparação das aulas e materiais pedagógicos, está a saque. É mais um elemento na progressiva funcionarização e burocratização do trabalho docente.

135. O 10º Congresso dos Professores da Madeira defende:

- a efectiva distinção entre actividades lectivas e não lectivas;

- o respeito pelo conteúdo da componente não lectiva;

- a valorização e respeito da componente de trabalho individual face à importância para a qualidade do trabalho pedagógico do docente, assumindo-se o trabalho com os alunos como a actividade essencial do professor e do educador;

- o pagamento de horas extraordinárias sempre que o número de horas de reunião implicar a ultrapassagem das 35 horas semanais, sem prejuízo das horas da componente não lectiva de trabalho individual;

- a definição e o cumprimento de normas claras que protejam e respeitem a componente não lectiva de trabalho individual do docente, impedindo a sua ocupação por reuniões de qualquer natureza.

Indisciplina e violência na Escola

136. A indisciplina generalizada e a violência que tem vindo a aumentar nas escolas prejudicam as aprendizagens e constituem factores de enorme perturbação e desgaste no desempenho profissional dos docentes.

137. Estes factores, perturbadores do normal funcionamento do sistema escolar, em geral, e do processo de ensino-aprendizagem, em particular, não podem ser ultrapassados unicamente pelos docentes no desempenho das suas funções e da sua liderança, sobretudo quando são deixados sós – sem autoridade, sem base para a acção disciplinar, num ambiente de impunidade.

138. É preciso actuar para que os estudantes tenham aprendizagens significativas, ao nível dos desafios que o País enfrenta e para que os professores tenham condições indispensáveis para exercer o seu ofício pedagógico. Não pode continuar a haver silêncios, meias-medidas ou hesitações à volta destes problemas. Muito menos a relativização e a postura de aceitação da indisciplina e violência escolar.

139. Não se entende que Ministério da Educação e Secretaria Regional da Educação e Cultura, que investem nos professores para ensinar, não assegurem as condições para esse trabalho pedagógico ser rentabilizado nas salas de aula.

140. Os docentes são pressionados para tolerar a indisciplina e a atitude negativa de muitos estudantes perante o trabalho escolar (em nome de uma “escola social de acolhimento e entretenimento”) e, por outro lado, são pressionados a apresentar resultados e sucesso escolar (em nome da “escola da aprendizagem”).

141. É no sentido de passos concretos na solução destes problemas que o 10º Congresso dos Professores da Madeira defende:

- a assumpção do problema na sua dimensão real pelas tutelas educativas, isto é, de generalização da indisciplina (tudo aquilo que obstaculiza o processo de ensino-aprendizagem) e a tomada de medidas concretas de prevenção e dissuasão do fenómeno;

- a união dos docentes na denúncia e no combate dos problemas que condicionam as condições de exercício da docência;

- a concretização das várias iniciativas propostas pelo SPM de combate à indisciplina e violência escolar:

- Campanha de sensibilização junto dos docentes para

quebrar certos tabus e isolamento, apoiando na denúncia junto da tutela (e no Ministério Público quando for passível de criminalização) e reforçando a sua autoridade profissional;

- Alteração do Estatuto do Aluno da RAM para uma maior responsabilização de estudantes / famílias e uma actuação disciplinar simplificada e em tempo útil;

- Continuação e aprofundamento da acção reivindicativa por parte do sindicato junto da tutela;

- Promoção de debates e formação que auxiliem os docentes a prevenir e lidar com a generalização da indisciplina e casos de violência na escola, nomeadamente agindo mais em rede e em equipa, assumindo o seu papel, liderança e autoridade em toda a linha.

Recuperação do tempo de serviço congelado (entre 2005 e 2007)

142. O SPM e os docentes reivindicaram e desenvolveram acções de luta para a contagem do tempo de serviço congelado entre 30.08.2005 e 31.12.2007. Apesar dessas lutas, a maioria parlamentar da Assembleia Legislativa da Madeira tem vindo a rejeitar a aprovação de mecanismos legislativos que dêem corpo às pretensões de contagem de tempo de serviço requeridas.

143. O 10º Congresso dos Professores da Madeira defende:

- a contagem do tempo de serviço congelado entre 2005 e 2007, estando disponível para fasear no tempo essa contagem do tempo de serviço.

Desbloqueamento do acesso ao 6º escalão

144. Com a revisão do Estatuto da Carreira Docente nacional e a subsequente publicação do ECD regional em Fevereiro de 2008, a criação de um mecanismo de acesso ao 6º escalão distinto dos restantes configurou um estrangulamento na carreira sem fundamentação objectiva.

145. E aquilo que se temia, uma forma artificial e injustificada de reter os docentes no meio da carreira, reduzindo o acesso aos escalões superiores, ficou à vista.

146. Como se não bastasse, a alteração legislativa que permitiu desbloquear a progressão do pessoal docente em 2010 excluiu o grupo de professores e educadores em condições de aceder ao 6º escalão.

147. Está na hora de acabar com este imbróglio e tratar todos com a justiça que o esforço e empenho profissional dos docentes merece.

148. Em síntese, o 10º

Congresso dos Professores da Madeira defende:

- a tomada de medidas legislativas pela tutela regional de forma a desbloquear a progressão na carreira de professores e educadores em condições de aceder ao 6º escalão;

- o regresso a uma estrutura de carreira horizontal sem quaisquer constrangimentos ou barreiras artificiais.

Retroactividade de vencimentos

149. Após o reposicionamento dos docentes na carreira, decorrente da avaliação extraordinária, efectuada em Janeiro de 2011, muitos dos professores e educadores que haviam completado o tempo de serviço no respectivo escalão em data anterior, continuam ser ver satisfeito o pagamento dos retroactivos a que têm direito.

150. A tutela regional assumiu pública e legalmente o pagamento de retroactivos à data da verificação dos requisitos.

151. O 10º Congresso dos Professores da Madeira defende:

- o cumprimento imediato das obrigações legais pelo Governo Regional no respeito pelos legítimos direitos dos docentes ressarcindo-os,

através do pagamento de juros, dos respectivos prejuízos a que foram alheios.

Ensino superior público de qualidade

152. O ensino superior, enquanto sector estratégico para o desenvolvimento do País, deve desempenhar um importante papel no estudo dos problemas e no apontar de caminhos alternativos para o futuro.

153. Não obstante, está em curso um conjunto de medidas que constituem um sério ataque ao ensino superior público, aos docentes, aos investigadores e aos estudantes e às suas famílias, apesar da necessidade de aumentar a qualificação dos portugueses.

154. O crescente desinvestimento no ensino superior tem-se traduzido, entre outros aspectos, na diminuição das verbas do Orçamento Estado, numa diminuição significativa de docentes, no aumento ilegal de cargas lectivas, na distribuição abusiva de serviço docente a bolseiros de investigação e a estudantes de doutoramento e no recurso à contratação de docentes a tempo parcial, com contratos precários e de muito curta duração ou a recibos verdes. Provoca a deterioração

das condições de trabalho e da qualidade da investigação e do ensino.

155. Os professores do ensino superior são confrontados não só com a manutenção do congelamento das progressões, mas também com cortes salariais significativos.

O RJIES traduziu-se num forte ataque à gestão democrática das Universidades e dos Politécnicos, diminuindo drasticamente a participação dos docentes nos órgãos de gestão e reforçando os poderes unipessoais e a hierarquia gestonária.

156. Os novos ECDU e ECPDESP vieram acentuar a tendência para a intensificação e a burocratização da actividade docente, promover o individualismo e a competição.

A defesa de um ensino superior público de qualidade exige uma maior participação dos docentes e investigadores do ensino superior, no âmbito das suas instituições e do sindicato.

157. Neste quadro, o Sindicato dos Professores da Madeira defende e lutará com os docentes pelo(a):

- Revisão do modelo de avaliação do desempenho;
- Combate à transformação

das instituições públicas em fundações geridas pelo direito privado;

- Estabilidade contratual e os direitos de carreira dos docentes integrados nas fundações já existentes;

- Cumprimento das cargas lectivas definidas nos estatutos, considerando-se todo o trabalho lectivo prestado (incluindo no âmbito de cursos de pós-graduação, de complemento de formação, de especialização tecnológica, de orientações de mestrado e doutoramento, etc.) e aplicando os limites máximos definidos nos estatutos a todos os docentes, independentemente do seu vínculo;

- Garantia de condições para a obtenção do doutoramento, para que seja possível “usufruir” do sistema de transição (por que tanto se lutou) dos docentes do Politécnico para a nova carreira docente;

- Realização dos concursos para professor de carreira impostos pelo aumento do número de lugares estabelecido nos novos estatutos das carreiras;

- Regulamentação justa e adequada das carreiras, designadamente quanto à avaliação do desempenho e respectivos efeitos salariais, quanto aos

concursos e às contratações por tempo indeterminado;

- Efectivação das progressões relativas a 2004-2009;
- Garantia da autonomia no exercício do desempenho das funções docentes e de investigação;

- Impedimento da mercantilização do ensino superior, cuja responsabilidade, gestão e valores devem ser claramente públicos;

- Fim das contratações indevidas de docentes com contratos precários ou a recibos verdes;

- Criação de efectivas oportunidades de vinculação estável para os investigadores com contratos precários e com bolsas de pós-doutoramento;

- Negociação e aprovação de um instrumento regulador do regime de contratação e de carreira para os docentes e os investigadores do Ensino Superior Particular e Cooperativo, que ponha termo às arbitrariedades e à indignidade com que muitos docentes são tratados, em violação dos seus direitos laborais e académicos;

- Denúncia dos efeitos negativos da aplicação do Processo de Bolonha;

- Ensino superior público de qualidade e de acesso universal.

«Há necessidade de uma organização de trabalho agressiva que represente todos os interesses que os professores têm em comum. E que, ao representá-los, represente também a protecção das crianças e dos jovens nas escolas contra todos os interesses externos, económicos, políticos e outros, que usariam as escolas para os seus próprios fins e, com isso, reduziriam o corpo docente a uma condição de vassalagem intelectual.»

John Dewey

158. Sob uma agenda política que ultrapassa a Região e o País e que é definida, inequivocamente, ao nível transnacional, o mundo do trabalho tem vindo a sofrer, nas últimas décadas, um conjunto de transformações decorrentes da globalização em que vivemos. Transformações que procuram introduzir e consolidar novas relações entre o Estado e os cidadãos, pondo em causa a organização e a equidade antes perseguida pelos Estados providência, em detrimento das lógicas do mérito e da competitividade.

159. Neste sentido e, independentemente dos modelos políticos adoptados, a Educação é sempre um dos eixos estruturantes. Em modelos neo-liberais como aquele que vigora, actualmente, no nosso

País, decide-se então submetê-la a reformas, não apenas administrativas mas também curriculares e pedagógicas com o suposto objectivo de otimizar os resultados educativos através de uma, também suposta, melhoria da eficácia e da produtividade. Estrategicamente, coloca-se a gestão educativa em primeiro plano e, conseqüentemente, faz-se submergir ou mesmo desaparecer o conceito da democratização ancorada no sistema público de educação. Daí que, através de medidas avulsas e sectoriais se procurem novas formas de controlo administrativo e de fiscalização do trabalho dos docentes e dos alunos.

160. Neste discutível e perigoso paradigma de gestão, dito de qualidade e de excelência, o acto de ensinar e a especificidade da função docente são profundamente alterados e controlados através da competição meritocrática. Exemplos disto podem ser encontrados no recente processo de avaliação extraordinária assente numa inexplicável e inaceitável ponderação curricular não negociada com os sindicatos de professores, bem como no novo modelo de avaliação que

a Secretaria Regional da Educação e Cultura vai impor aos docentes que, além de constituir um forte instrumento de desvalorização remuneratória, servirá objectivos de controlo da profissão a exemplo do que está a acontecer a nível nacional. Apresentados como instrumentos de desenvolvimento profissional na realidade modelos que visam precisamente o contrário, conforme destacou Rui Trindade num seminário em que participou já que “têm basicamente a ver com a tentativa de controlo e de desvalorização da carreira” associada a uma ideia de “instrumentalização política da avaliação de desempenho docente”. A criação de vagas no acesso a alguns escalões que a SREC pretende impor na progressão do Estatuto da Carreira Docente constituirá mais um inaceitável instrumento desse controlo desvalorizador.

161. É neste contexto regional e nacional que o Sindicato dos Professores da Madeira, tal como os Sindicatos que constituem a FENPROF, desenvolve a sua acção que assenta, fundamentalmente, em dois objectivos inequívocos e indissociáveis: a defesa dos interesses sociais e

profissionais dos educadores e dos professores e a equidade democrática da Escola e do Sistema Educativo, na lógica daquilo que, um dia, defendeu John Dewey. «Alguns (...) têm a ideia de que o único objectivo de um sindicato de professores é proteger os seus salários. (...) Não vejo porque não deveriam os trabalhadores ter uma organização que assegure um nível de vida decente.» Para logo acrescentar que os sindicatos estiveram na vanguarda de todos os movimentos concebidos para melhorar a educação pública e na defesa e introdução de princípios e ideais progressistas nas escolas frequentadas pela maioria das crianças e dos jovens.

A circunstância de estarmos a viver uma época marcada pelo individualismo e por um evidente défice de participação social não pode constituir-se em factor de paralisia e/ou alheamento dos docentes no trilhar dos caminhos da autonomia e do reforço da sua identidade profissional.

162. A profissão docente ou se afirma como uma profissão dotada de autonomia, capaz de reflectir e controlar o seu próprio desempenho, interveniente na sociedade, exigente na sua

actividade, ou pode ficar condenada a ser uma profissão constituída por funcionários que se limitam a obedecer a ordens e a critérios que outros definiram, sejam eles governos ou patrões, encarregados de educação ou gestores profissionais, interesse económicos, religiosos ou ideológicos. Conforme defende Isabel Baptista “... é fundamental assumir, quer do ponto de vista político, quer social, que os professores são insubstituíveis nas expectativas e visões de uma nova sociedade – a sociedade do direito à aprendizagem.”

163. Nesta perspectiva, o Sindicato dos Professores da Madeira assume combater: políticas educativas que se alicercem apenas em meros resultados e estatísticas; a modificação dos termos de contrato e emprego (passagem do quadro de nomeação definitiva a contratos de trabalho por tempo indeterminado); a gestão de recursos humanos demasiado flexível e individualizada; uma avaliação de desempenho competitiva e desajustada de uma escola para a cidadania.

164. Neste sentido, procurar-se-á através da acção sindical, como acção consciente e responsável, demonstrar aos governos e a outras autoridades com responsabilidades na área educativa que a defesa de melhores condições de vida, de

III

O papel do sindicalismo docente

trabalho e de formação para os professores e educadores portugueses é parte indissociável do processo de desenvolvimento do país.

165. É aqui que os sindicatos mostram a sua razão de existir e afirmam o seu espaço privilegiado de intervenção. Contudo, não podemos, nem devemos, escamotear os problemas e as dificuldades com que o movimento sindical se vê confrontado e a que o sindicalismo docente não está imune. As dificuldades criadas à actividade sindical, particularmente, nos entraves que são colocados à participação em reuniões com cariz sindical e na redução do número de dirigentes sindicais são razão acrescida para que os professores e educadores se mantenham unidos em torno dos seus sindicatos, na dignificação da profissão docente e na defesa da valorização da escola.

166. São cada vez mais frequentes as tentativas de desvalorização do papel dos sindicatos – a sua falência tem vindo a ser sistematicamente anunciada, a sua representatividade e a sua credibilidade questionadas. Apesar de todos estes ataques, a sua importância como expressão de participação social nas sociedades que assumem a cidadania e a democracia como referentes fundamentais, é inquestionável. Tal constitui para o Sindicato dos Professores da Madeira um enorme e importante desafio, comum a todo o movimento sindical que não deverá optar nem por posturas defensivas, nem pela tentação da simples

confrontação. Os sindicatos deverão assumir uma postura combativa, mas também uma atitude propositiva.

167. O Sindicato dos Professores da Madeira, à luz dos princípios sindicais que soube fazer seus, sempre procurou pautar a sua intervenção a partir de uma dinâmica de base, valorizando os espaços de participação mais próximos dos professores, procurando um maior envolvimento dos seus associados, nas decisões de política sindical. É assim que se trabalha no sentido do estabelecimento e reforço de uma cultura democrática de funcionamento, embora reconheçamos que estamos longe dos objectivos pretendidos.

168. Sem os professores é impossível mudar a escola. Do mesmo modo, ficará hipotecada a perspectiva de mudança, sem a participação das organizações que os representam. E aqui, voltamos a uma referência de John Dewey: “E se há professores (...) que não são membros do sindicato, eu gostaria de lhes pedir para abandonarem essa posição cobarde, (...) e avançarem e unirem-se activamente àqueles que estão a fazer este grande e importante trabalho pela profissão docente.” Isto porque, segundo ele, há muitos professores que confiam e dependem da protecção e do apoio que a existência e as actividades do sindicato lhes dá mas resguardam-se atrás dele sem avançarem e sem tomarem parte activa.

169. É pois nesta complexidade e neste contexto de

imposição de políticas educativas e de ataque aos direitos dos docentes, mas também às liberdades sindicais que o 10.º Congresso de Professores defende que o SPM continue a desenvolver a sua acção, prosseguindo um sindicalismo docente que:

1. Agende (e lidere essa agenda), além da dimensão reivindicativa mais estritamente socio-profissional, as questões de natureza científica, ética, pedagógica e de política educativa, sem esquecer de orientar-se também para a transformação socio-educativa, de modo a combater formas de exclusão e afirmar a cidadania;

2. Elabore propostas no sentido da valorização profissional, reflecta sobre a identidade e a ética profissionais, pense a evolução do conceito de trabalho, nas suas várias dimensões, pense e debata o sindicalismo;

3. Tenha uma visão estratégica da evolução da sociedade e do mundo, viva, compreenda e reflecta o tempo em que estamos para poder agir com pertinência em tempo útil, «antecipando as oportunidades em vez de reagir à beira do desespero» (Boaventura Sousa Santos);

4. Seja insubmisso perante as “fatalidades” e “inevitabilidades” anunciadas: desemprego, precariedade laboral, trabalho sem direitos, flexibilidade e polivalência para justificar desregulações nas formas de prestação do trabalho;

5. Se sinta desafiado pelas novas realidades no sentido de encontrar as respostas adequadas, de forma a poder influenciar

e transformar essa realidade para melhor, de forma informada, conhecedora, firme e determinada;

6. Coopere, convirja e se articule com outros movimentos sociais e ONGs, buscando plataformas comuns de acção e intervenção social, na defesa solidária dos interesses dos trabalhadores e conquista dos seus direitos sociais e cívicos dos mesmos, bem como faça pontes com outras associações, não só de alunos e de encarregados de educação, mas com todos os trabalhadores;

7. Aposte na criação de espaços de participação, debate e intervenção internas («acarinhando a crítica e respeitando a rebeldia» - Boaventura Sousa Santos) que parecem indispensáveis à atracção e envolvimento dos mais jovens, em tarefas de responsabilidade na acção sindical, à não «deserção dos melhores» e ao barrar do «sindicalismo defensivo» – a ruptura entre gerações, o afastamento de quadros e o sindicalismo defensivo são fragilidades de que outros sabem tirar partido para atacar direitos socio-profissionais e de cidadania;

8. Encontre novas formas de intervir e unir esforços, de esbater a demasiada centralização, que é desfavorável à organização sindical, invista na descentralização da sua presença e acção – um sindicalismo de proximidade, que valorize os espaços de participação mais próximos dos professores (as bases), como forma de garantir uma democratização ampla da vida sindical, em todas as

vertentes;

9. Utilize análises e estudos para conhecer de forma mais rigorosa a realidade, o pensamento e as ambições dos docentes, para um maior sentimento de pertença e proximidade destes relativamente ao sindicato, em especial os professores e educadores mais jovens – os sindicatos não podem limitar-se a intuir o pensamento dos associados;

10. Lute por políticas activas em prol dos docentes desempregados, dos excluídos, os que não têm qualquer base de defesa, demonstrando solidariedade sindical;

11. Desenvolva estratégias globais e comuns de classe, através de um movimento sindical proactivo e propositivo, com uma agenda transversal na abordagem das grandes questões da política educativa;

12. Aja, conscientemente, em função dos constrangimentos cívicos e democráticos vividos nesta Região, do papel e da responsabilidade acrescida do Sindicato dos Professores da Madeira neste contexto, não devendo nunca a acção sindical fechar as portas ao diálogo e à negociação institucional, mas ser firme (sem ser extremado) na defesa coerente e consequente de princípios estruturais, dando sinais claros aos docentes nos momentos decisivos: os espaços de diálogo, clarificação e negociação não excluem a denúncia pública de aspectos negativos ao nível da Educação na Região e no País.



8 de Março de 2008: a Marcha da Indignação foi uma jornada de luta dos professores portugueses que ficará para a história

A coincidir com os temas seleccionados para os três painéis no 10º Congresso

Temas de estudo: contributo para o debate

1. A reforma da Administração Pública que, um pouco por todos os países industrializados, começa a ser desenvolvida nos anos 80, inicia-se em Portugal, de forma mais abrangente e integrada, com o Governo Socialista de José Sócrates. Esta reforma introduz novas formas de gestão que passam, nomeadamente, pela generalização dos contratos individuais de trabalho, por uma maior flexibilização e mobilidade dos trabalhadores e pelo desenvolvimento de novos modelos de avaliação de desempenho. Relativamente à avaliação de desempenho, O Governo aprovou o Sistema Integrado de Avaliação de Desempenho para a Administração Pública (SIADAP) que contempla a avaliação individual dos trabalhadores, dos serviços e dos dirigentes.

2. No caso dos educadores e dos professores, foi a revisão do Estatuto da carreira Docente, ocorrida entre Setembro e Novembro de 2006, que abriu as portas a um novo modelo de avaliação de desempenho à imagem e semelhança do SIADAP criado para os restantes trabalhadores da Administração Pública.

3. Esqueceu-se o Governo que o Estado não é um empregador como qualquer outro. Esqueceu-se que é ele quem define as “regras do jogo” em matéria de regulação do trabalho e dos direitos e deveres laborais e que, enquanto tal, tem e deve ser um “empregador modelo”.

4. Mas, se na Função Pública em geral, as relações de trabalho apresentam particularidades quando comparadas com as dos sectores privados, no caso da Educação, a complexidade é ainda maior. As Escolas são locais de trabalho específicos e peculiares onde se interceptam processos sociais e organizacionais complexos: pedagogia, gestão e administração, socialização e relações de trabalho. A “matéria-prima” são os alunos e as suas capacidades e os “produtos de trabalho” bem menos visíveis.

5. Por seu turno, os educadores e professores constituem um grupo profissional que assume papéis complexos dentro do sistema escolar e educativo pelo que a sua identidade profissional é bem distinta da de outros grupos profissionais. Se, por um lado, a condição da profissão docente implica o controlo da sua actividade, por outro lado, os

docentes partilham também uma dimensão reflexiva bem como uma praxis laboral distinta porque pedagógica e baseada nas aprendizagens e “ensinagens”, bem como na socialização secundária das crianças e dos jovens.

A avaliação dos professores não pode constituir um motivo de desestabilização da vida das Escolas

6. Conforme defende Isabel Baptista, os professores desempenham uma função, socialmente, relevante, a partir de um saber profissional específico que é a pedagogia, pelo que a assunção das suas responsabilidades face aos seus alunos, cuja aprendizagem procuram estimular, encorajar e apoiar, não pode ser posta em causa por processos políticos que procuram introduzir na profissão uma racionalidade técnica. Esta, enquanto modelo de profissionalidade, significaria assumir uma concepção produtiva do ensino em que o docente não é mais do que um mero reproduzidor de conhecimentos e técnicas, um consumidor passivo do currículo, um aplicador acrítico das directivas dos legisladores.

7. Contudo, não é isto que a diversidade cultural e social presente na Escola de hoje exige aos professores e educadores. Aquilo que se exige é que sejam capazes de, reflexivamente, reconfigurem as suas práticas, assumindo-se como decisores do currículo e encarando a pluralidade como um desafio de construção e não como um obstáculo. Trata-se, na opinião de Ariana Cosme, de uma opção que seja congruente com a promoção de uma reflexão séria e sustentada a propósito de os docentes poderem, hoje, construir outros sentidos para as actividades que desenvolvem, enquanto condição necessária para a sua afirmação profissional e que, graças às transformações do mundo e da sociedade em que estamos inseridos, os obrigam a confrontar-se, quotidianamente, com problemas de grande complexidade humana, técnica e científica. Conforme defende Santos Guerra, a actuação do professor exige uma adaptação a contextos singulares e em transformação

permanente.

8. Neste sentido, considera Domingos Fernandes que o ensino, enquanto profissão, assume que os professores possuem um conjunto de conhecimentos teóricos e de um largo espectro de saberes-

fazerem que lhes permitem uma atitude reflexiva e crítica, alicerçada no currículo, no ensino e na aprendizagem e nas suas práticas pedagógicas. Reconhece-se, assim, que os professores são capazes de elaborar juízos profissionais e de agir em conformidade com os mesmos e que são, por isso, profissionais intelectuais que se desenvolvem de forma autónoma e que trabalham em cooperação e em colaboração com os seus pares.

Algumas questões se colocam com veemência no que concerne à avaliação de desempenho docente: É fácil avaliar professores? Quem avalia? O que se avalia? Como se avalia?

9. Nesta perspectiva, pretende-se que o professor seja uma autoridade e um entusiasta do conhecimento, ideias e destrezas, compreensão e valores; um perito na aprendizagem eficaz, detentor de uma gama diversificada de métodos de ensino e de aprendizagem e capaz de pensar profundamente sobre os objectivos e os valores educacionais e de, em consequência, reflectir criticamente sobre as políticas educativas que devem ser concebidas para criar, estimular, desenvolver e, sempre que necessário, repor o sentido do propósito democrático que está subjacente ao desenvolvimento de uma Escola Pública de qualidade.

10. É pois nesta dicotomia, entre as lógicas tecnicistas e as políticas neoliberais que vêm o professor como um mero executor técnico e um simples transmissor de conhecimentos e aqueles que defendem o professor como um profissional reflexivo com identidade profissional própria, que deve e tem que ser discutida a questão da avaliação de desempenho docente.

11. É, obviamente, nesta última perspectiva que nos

temos colocado ao rejeitar modelos de avaliação burocráticos e economicistas com intenções claras de controlar a progressão dos docentes na carreira e de garantir a diferenciação através de mecanismos administrativos.

12. É nesta perspectiva que devemos continuar a defender a lógica de uma avaliação de desempenho orientada para o aperfeiçoamento da actividade docente, com um carácter formativo, que se articule de modo inequívoco com a formação contínua, como forma de ajudar e orientar os docentes para a melhoria do seu desempenho profissional, constituindo-se essencialmente num acto reflexivo que permita reinvestir na reformulação do trabalho docente sempre que necessário e que, sendo rigorosa e criteriosa, possa cumprir o objectivo final de melhoria da

qualidade dos processos de ensino e de aprendizagem.

13. Mas mesmo nesta perspectiva, se é verdade que todos os docentes se colocam de acordo quanto às fundamentações teóricas e quanto à afirmação da necessidade de avaliação do seu desempenho e aos seus reflexos na progressão na carreira, não é menos verdade que será sempre bem menos pacífica e menos consensual a forma como se deve operacionalizar essa avaliação.

14. Urge, assim, e numa primeira análise, encontrar uma definição consensual para o conceito de “avaliação de desempenho docente”, já que o próprio conceito genérico de “avaliação” é, em si mesmo, um conceito plurívoco. Avaliar, provem do latim “Valere” que significa atribuir valor, mérito. Classificar, medir e mesmo calcular e estimar são palavras consideradas, etimologicamente, sinónimas de avaliar.

15. Alais, Goiz & Gonçalves consideram a avaliação como o grau de adequação entre o conjunto de informações recolhido e o conjunto de critérios pré-definidos de acordo com os objectivos fixados. Assumem ainda que a avaliação

termina na emissão de um juízo de valor ou mérito que antecede, geralmente, as tomadas de decisão.

Partindo deste conceito, algumas questões se colocam com veemência no que concerne à avaliação de desempenho docente: É fácil avaliar professores? Quem avalia? O que se avalia? Como se avalia?

16. Citando João Ruivo, a avaliação de professores é uma tarefa complexa. Desde logo, requer um perfil específico do avaliador ou dos avaliadores. O avaliador terá que ser uma pessoa com conhecimentos especializados, com enorme sensibilidade, com capacidade analítica e de comunicação empática, com experiência de ensino e elevada responsabilidade social. Terá que ser um profissional que sabe prestar atenção, escutar, clarificar, encorajar e ajudar a encontrar soluções. Tem que saber dar opiniões, negociar, estabelecer critérios e assumir todos os riscos e consequências da sua acção.

17. É necessário que domine com rigor as técnicas de registo e de observação de aulas, conheça as metodologias de treino de competências, os procedimentos de planeamento curricular e as estratégias de promoção da reflexão crítica sobre o trabalho efectuado. Para que uma avaliação possa ter consequências transparentes e justas, o avaliado não pode ter dúvidas quanto ao mérito do avaliador.

18. Tais características entroncam, objectivamente com aquilo que se avalia. Os avaliadores avaliam os professores em vertentes tão diferenciadas quanto o são o seu ser, o seu saber, o seu saber fazer. Recolhem elementos que permitam avaliar e depois classificar o professor enquanto tenta responder às seguintes questões: Onde ensina? O que é que ele ensina? Como é que ensina? O que aprendem os seus alunos? Como se auto-avalia? Que capacidade tem par reformular as suas práticas e actuações? Com que profundidade domina as matérias objecto das suas aulas?

19. É a resposta a questões com as que aqui ficam; são as condições em que deve ocorrer o processo avaliativo do desempenho dos professores e educadores que se pretende e deseja sejam discutidas o mais amplamente possível por forma a que este não se constitua em motivo de desestabilização da vida das Escolas.

II

Aprendizagens, disciplina e limites em Educação

1. Os professores são insubstituíveis, sobretudo, na «promoção das aprendizagens», mas também na «construção de processos de inclusão», perante a diversidade de públicos nas escolas, e no «desenvolvimento de métodos apropriados de utilização das novas tecnologias» (*Professores, imagens do futuro presente: Educa 2009*).

2. São insubstituíveis pelo valor dessa função socialmente relevante que desempenham, a partir de um saber profissional específico que é a pedagogia. E têm de desempenhar bem essa função pedagógica, a prioridade e centralidade da sua acção. Não são pais, não são assistentes sociais, não são psicólogos, não são sacerdotes, não são polícias.

3. Apesar de se exigir tudo aos professores e à escola, atravessa-se um período de desvalorização social do papel do professor, minimizando o facto de ser uma tarefa árdua e fazendo passar a ideia que os docentes são muito bem pagos e que apenas trabalham nove meses no ano, como se a docência se resumisse à sala de aula. Consequentemente, assiste-se também à desvalorização da escola pública.

4. A prática docente já é extremamente difícil e complexa, não precisando que lhe sejam adicionadas mais dificuldades. Actualmente, há muito ruído que dispersa e esgota os professores numa multiplicidade de funções, secundarizando-se o essencial da sua prática. Deixemos os professores serem professores.

Limites na docência e Educação

5. Ter uma acção insubstituível é diferente de ser-se super-homem e super-mulher, porque o docente tem limites, como a Escola e a Educação têm os seus. Há variáveis que escapam ao controlo. Basta pensar nas características pessoais do estudante, no contexto social e cultural de origem, no estatuto económico da família, nas políticas educativas, entre outros. Perante esses limites, é preciso dizer basta à projecção, nos docentes e nas escolas, de funções que a outras instituições cabe desempenhar na sociedade.

6. A escola faz parte de um conjunto de instituições que «devem responsabilizar-se pela educação das crianças e pela formação dos jovens» (Nóvoa, 2009), devendo aquela assumir e valorizar aquilo que é «especificamente escolar, deixando para as outras instâncias actividades e responsa-

bilidades que hoje lhe estão confiadas».

7. O papel insubstituível do professor tem vindo a perder, nas últimas décadas, a centralidade e o valor que lhe são próprios, aspectos estes que têm de coexistir com as outras centralidades e valores na Educação e nunca serem diminuídos, e, muito menos, suprimidos.

Com a educação integral, a democratização e massificação do ensino, a escola tendeu a assumir uma série de funções e missões que secundarizaram, em termos de prioridade, a aprendizagem

8. Como lembra António Nóvoa, virámo-nos, a dado momento, para outras preocupações: «nos anos 70, foi o tempo da racionalização do ensino, da pedagogia por objectivos, do esforço para prever, planificar, controlar; depois, nos anos 80, assistimos a grandes reformas educativas, centradas na estrutura dos sistemas escolares e, muito particularmente, na engenharia do currículo; nos anos 90, dedicou-se uma atenção especial às organizações escolares, ao seu funcionamento, administração e gestão.»

9. Tudo é preciso para que o processo de ensino-aprendizagem corra bem, mas conferir mais relevância ao que não é mais relevante, nesse processo, conduziu a uma diminuição da capacidade de intervenção da profissão docente, em que o professor é reduzido a um técnico, atolado em burocracia, um dos factores de desmotivação na docência.

Aprendizagem não se resume à instrução: envolve, além dos conhecimentos, as emoções, os sentimentos, a consciência, ao implicar o método, o estudo e a organização do trabalho, ao incluir a criatividade, a capacidade de resolver problemas, a inteligência emocional e a intuição

10. Essa secundarização (mesmo apagamento do docente), com a referida diminuição da capacidade e intervenção, foi acentuada no início deste século, em Portugal, pela desvalorização sócio-profissional (carreira, estatuto profissional e estatuto salarial) dos docentes, bem como da sua imagem pública e função social, decorrente de políticas de desinvestimento no sector educativo. Levará décadas a recuperar e exigirá muito dos docentes e dos sindicatos do sector.

11. Como se não bastassem

esses factores de erosão externa, digamos assim, nós docentes, no meio do turbilhão de mudanças em nosso redor, contribuimos também para o nosso apagamento. Na medida em que, reconhecemos, embarcamos em teorias ilusórias, muito interessantes na construção de utopias e do ponto de vista intelectual, e inclusive ideológico, que contribuiram

para criar uma cultura escolar que esqueceu valores e métodos básicos e estruturais de qualquer escola, em qualquer tempo.

12. Acreditou-se que era a sociedade que corrompia a natureza (boa índole) de cada pessoa, segundo a visão de Rousseau, deixando-se que essa natureza individual ditas-

A escola deve centrar-se na aprendizagem. É preciso dizer basta à projecção, nos docentes e nas escolas, de funções que a outras instituições cabe desempenhar na sociedade

se o seu próprio destino, impondo poucos limites às suas pulsões, mesmo que chocassem com as liberdades e direitos dos outros e não formasse pessoas responsáveis e empenhadas no seu crescimento.

13. Passámos a sentir muitos dedos apontados para nós, muita pressão para encontrar, por via da pedagogia, as soluções para a excelência académica dos estudantes, isto é, para mudar o Homem e o Mundo a partir da sala de

aula, independentemente de todos os contextos e, em última instância, da atitude do estudante perante o trabalho de aprendizagem, quer fosse favorável ou desfavorável. Como se o docente pudesse decretar a motivação ou a aprendizagem por parte de quem não quer aprender.

Centralidade do trabalho de aprendizagem

14. Com a educação integral (o desenvolvimento total do estudante), a democratização e massificação do ensino, a escola tendeu a assumir

uma série de funções e missões que secundarizaram, em termos de prioridade, a aprendizagem. De tanto privilegiar a escola como espaço de ser e viver, secundarizou-se o aprender e o conhecer. Foi ao ponto de se assumir como uma instituição de «regeneração, de salvação e de reparação da sociedade.»

15. António Nóvoa fala do «transbordamento» da escola que assume uma infinidade de tarefas, que não eram suas e eram pertença de outras instâncias e instituições. Como não se pode fazer tudo e a tudo dedicar a mesma atenção, «concentrando-se nas dimensões sociais, esta escola acaba por conceder uma menor atenção às aprendizagens». Daí a perda da qualidade ao nível académico atribuída a essa mesma escola. No caso português, a escola acaba, no geral, nem por formar civicamente nem formar academicamente,

com a qualidade que seria indispensável e expectável.

16. A escola como organização deve (re)centrar-se na aprendizagem. Caso contrário, acentuar-se-á em Portugal o sistema educativo dual, isto é, a escola a duas velocidades – a escola que se centra no acolhimento social (pública) para os pobres e a escola centrada na aprendizagem e no conhecimento (privada) para os ricos. Devemos, sim, centrar a escola pública no essencial da sua tarefa e exigir as condições para o fazer com qualidade. A sociedade portuguesa, por seu lado, terá de assumir a Educação como a prioridade nacional.

17. Esse conceito de aprendizagem é abrangente (longe do conceito de instrução), ao envolver, além dos conhecimentos, as emoções, os sentimentos, a consciência, ao implicar o método, o estudo e a organização do trabalho, ao incluir a criatividade, a capacidade de resolver problemas, a inteligência emocional e a intuição.

18. Além disso, o «pior que podemos fazer às crianças, sobretudo às crianças dos meios mais pobres, é deixá-las sem uma verdadeira aprendizagem». Este, sim, é o grande factor de exclusão numa escola

de «reparação social» que se diz inclusiva nos discursos, mas que na prática prepara excluídos para a vida activa, a vida que vão encontrar fora da escola. Ao dar prioridade ao acolhimento social, não valoriza o suficiente a arte, a ciência e a cultura, elementos centrais da chamada «sociedade do conhecimento». Além disso, nem estrutura as pessoas à volta de valores cívicos, do valor do trabalho e do valor do papel do indivíduo no seu próprio desenvolvimento.

19. Por outro lado, há um conjunto de instituições que podem e devem assumir as suas responsabilidades próprias na área da cultura, do desporto, da arte, da saúde, da ciência e da cidadania. Libertando a escola para o que sabe fazer melhor, o trabalho de aprendizagem, não ignorando, no entanto, que tem de atender a um conjunto de circunstâncias da vida pessoal e social das crianças, apoiando-as dentro das possibilidades, sem assumir a tal vastidão de missões e tarefas de reparação social. A escola tem de assumir, realisticamente, os seus limites. Sem ideologia nem romantismo.

20. Esse trabalho escolar, «a transmissão e apropriação dos conhecimentos e da cultura», bem como a «compreensão da arte do encontro, da comunicação e da vida em conjunto», teria então outra centralidade e qualidade. Até a cidadania se conquistaria e exerceria de outro modo, com os instrumentos do conhecimento e da cultura bem consolidados. Exerce a cidadania, sobretudo, quem tem condições para a exercer. Não por força da retórica em redor da cidadania e da participação.

21. Caímos na ortodoxia do ensino centrado no aluno, quando a centralidade deve estar no trabalho, de ensino e aprendizagem, em que se encontram (na relação pedagógica) e empenham, tanto docentes como estudantes, cada qual com a sua autoridade (papel) e responsabilidade.

23. Além de desviarmos a escola da aprendizagem como a prioridade e a função central, passámos a tratar as crianças como adultos, atribuindo-lhes papéis e responsabilidades precocemente, conduzindo à infantilização, caricaturização, esvaziamento e desvalorização da docência.

24. Os docentes abriram mão do nosso papel (saber, conteúdo funcional e autoridade profissional) enquanto professores. Tal apagamento do docente e a usurpação da sua autoridade, confinado ao papel de facilitador, não se revela

benéfico, tão pouco para os estudantes.

25. Os professores têm de (re)assumir o seu papel e profissionalidade (autoridade profissional enquanto pedagogos e líderes do processo de ensino-aprendizagem) em toda a linha. Sem hesitação ou insegurança. O professor, a pedagogia e a escola têm o seu papel e é fundamental que o desempenhem da melhor forma possível. Façam tudo o que está ao seu alcance, naquilo que é sua função desempenhar.

Disciplina e aprendizagem

26. A ideia que a aprendizagem dispensaria uma atitude favorável, trabalho, disciplina, esforço e até sacrifício pessoal, por parte do estudante, deixou o professor com mais carga sobre os ombros, como se, por magia, pudesse fazer aprender empunhando apenas a pedagogia.

27. Este saber profissional é importante, mas caímos no erro de pensar que, só por si, resolveria o insucesso escolar na escola de massas. Exige-se da pedagogia mais do que pode dar em determinado contexto, ignorando a realidade e peso das condicionantes desse contexto além sala de aula.

28. Se a aprendizagem é a primeira condição da cidadania, também o é da inclusão, que não se resume à retórica. Incluir não é apenas fazer com que o aluno marque presença física dentro dos muros da escola e na sala de aula. Se não aprende, se não adquire instrumentos básicos de conhecimento, cultura, de desenvolvimento pessoal e convivência social, será um excluído da

igualdade de oportunidades, da vida, da cidadania.

29. A aprendizagem é ainda elemento estruturante da educação integral. Se o aluno não aprende, se não adquire instrumentos básicos de conhecimento e cultura (sem menosprezar o desenvolvimento pessoal e a socialização) será um excluído da igualdade de oportunidades, da cidadania, da vida (real). Por mais que se utilizem os chavões da inclusão, da emancipação, da libertação, da mobilidade social, da cidadania e do desenvolvimento integral da pessoa.

«O pior que podemos fazer às crianças, sobretudo às crianças dos meios mais pobres, é deixá-las sem uma verdadeira aprendizagem». Este, sim, é o grande factor de exclusão da educação integral, da cidadania, da vida activa.

30. O professor, no uso da pedagogia, potencia o trabalho de ensino e aprendizagem, fazendo uso de modelos que permitam a diversificação pedagógica. Outros, começando no Estado, passando pelas famílias e outras instituições, devem contribuir para proporcionar as melhores condições possíveis, dentro da prioridade que a sociedade e respectivo Governo estabeleceram para a Educação, de modo a potenciar o trabalho nas salas de aula, de estudantes e professores. Começando por não criar ruído e dificuldades.

31. E mesmo que os vários desempenhem o seu papel, haverá sempre margem para o fracasso. Ninguém controla tudo, muito menos em Educação e em processo de aprendizagem. A pedagogia não é um poder ilimitado. Por mais que se valorize o papel da pedagogia e o papel do professor.

32. Para adquirir os instrumentos básicos de conhecimento, cultura, de desenvolvimento pessoal e convivência social, os valores ou condições do trabalho, do civismo e da disciplina pessoal são fundamentais.

33. Essa atitude do estudante perante o trabalho escolar é fundamental. As circunstâncias da vida de cada um não podem constituir álibi para uma atitude negativa perante o trabalho ou negligência da aprendizagem, para a indisciplina ou irresponsabilidade (desresponsabilização) do estudante, isto é, que não sejam

desculpa para tornar inútil o tempo na escola, o seu e o dos outros.

34. Pelo contrário, as circunstâncias de vida desfavoráveis, ao nível sócio-económico e cultural do estudante, deverão justificar a procura das vias que permitam mitigar e superar as desvantagens de origem, o que obriga a mais trabalho, esforço e exigência.

Para adquirir os instrumentos básicos de conhecimento, cultura, de desenvolvimento pessoal e convivência social, os valores ou condições do trabalho, do civismo e da disciplina pessoal são fundamentais

35. São necessários os apoios sócio-pedagógicos, mas é igualmente necessário que os estudantes cumpram as suas responsabilidades, caso contrário de pouco servirá o eventual empenho do Estado, das famílias e dos docentes.

36. É preciso dizer basta à ditadura da indisciplina nas

escolas, por tão generalizada que está. Prejudica claramente o desenvolvimento de aprendizagens de qualidade e constituem um factor de enorme perturbação e desgaste no desempenho profissional dos docentes.

37. O garante de boas condições de trabalho de educadores e professores passa, também, pela implementação de medidas concretas que tenham efeitos reais no combate da indisciplina e da violência escolar. Uma escola com regras claras, concisas e democráticas de funcionamento. Sem vazios de autoridade.

38. Não basta decretar. Tem de vir um sinal desde o topo no sentido dos valores estruturantes como o trabalho, a responsabilidade e a disciplina passarem a ser exigidos aos estudantes como factor fundamental de inclusão, cidadania, democratização do ensino, garante da aprendizagem e, conseqüentemente, da igualdade de oportunidades, sucesso escolar, preparação para a vida e mobilidade social.

39. Os resultados escolares não melhoram apenas com professores mais e melhor

formados e melhor parque escolar. Para esses recursos públicos serem rentabilizados, é preciso que o estudante estude e se empenhe na sua aprendizagem. O bom ensino e a boa aprendizagem não se fazem sem o trabalho e o estudo do estudante.

40. O problema da indisciplina, como outros, não pode ser superado, única e exclusivamente, através da acção dos docentes no desempenho das suas funções e da sua liderança, sobretudo quando são deixados sós, sem autoridade, sem base ou meios que sustentem a sua liderança e a acção disciplinar. É como se se desconfiasse da idoneidade e bom senso dos professores. «Os professores são deixados sozinhos e sem meios sobre a indisciplina crescente», escreveu Daniel Sampaio (revista Pública: 4.1.2009).

41. Nem tudo depende de chavões como «dar-se ao respeito» ou «ser autêntico», de «ser líder» – como se pudesse haver liderança sem autoridade –, nem de deitar a mão a um modelo pedagógico milagroso que dispense o estudo e a disciplina por parte do estudante.

42. Os docentes esperam há muito por um sinal claro de mudança do paradigma do facilitismo, da complacência e do laxismo.

43. Os docentes sentem-se pressionados a tolerar a indisciplina e a atitude negativa de muitos estudantes perante o trabalho escolar (em nome de uma escola social de acolhimento e, diríamos mesmo, de entretenimento) e, por outro lado, são pressionados a apresentar resultados escolares e contribuir para que se elevem as taxas de sucesso escolar (em nome da escola da aprendizagem). Estão entre uma espada e outra espada, numa contradição insanável, compreendendo-se o crescente número de professores esgotados e desmotivados, alguns acabando por desistir (empurrados para fora da escola)

*“Nunca tantos deixaram de acreditar na escola,
Nunca tantos a desejaram
e a procuraram,
Nunca tantos a criticaram
E nunca tantos tiveram
tantas dúvidas sobre o
sentido da sua mudança”*

João Barroso

A centralidade da escola nas nossas vidas

1. Vivemos num tempo difícil e complexo. As dificuldades e os reptos de uma sociedade em constante mudança e rápida transformação espelham-se inevitavelmente nas escolas, forçando a repensar papéis e funções.

2. As escolas têm desempenhado um importante papel para além das suas funções académicas, cognitivas, morais, nomeadamente ao nível da solidariedade social, como fornecer refeições e cuidados de saúde a alunos que de outra

forma não teriam essa possibilidade.

3. A escola tornou-se o centro da vida das pessoas. A vida das famílias passou a girar em função do sistema de ensino e da forma como este se organiza, seja em função do calendário escolar, das férias e até do próprio fluxo do trânsito. Massificou-se o ensino, alargado a todos os sectores da população, obrigatoriamente apoiado pelo Estado. A intenção era a de promover uma maior formação dos cidadãos, possibilitar a mobilidade e consequente a inclusão social.

A escola a quem tudo se

pede e os docentes que tudo carregam

4. Os estabelecimentos de educação passaram a representar um instrumento para resolver muitos dos problemas sociais, desde as desigualdades sociais, passando pela pobreza, pela marginalidade e outros mais recentes como a desestruturação familiar, a toxicoddependência, as doenças sexualmente transmissíveis e a violência juvenil.

5. Num estudo sobre a democracia na América, Alexis Tocqueville concluiu que todos os problemas políticos acabam nos tribunais. Fazendo uma analogia com o sistema de

ensino, podemos afirmar que todos os problemas sociais acabam na escola.

6. Falta motivação aos alunos para aprender? Estão confusos ou mal informados acerca dos aspectos morais do sexo? Têm lacunas na prevenção rodoviária? Necessitam de acompanhamento psicológico? Têm falta de informação acerca dos perigos das drogas, do álcool e do tabaco?

7. Estas questões passaram a ser tarefas das escolas e claro está dos professores. Como reconhece Neil Postman, é evidente que as escolas não as desempenham particularmente bem, e há quem

acredite que ao encarregá-las de resolver problemas sociais intrincados as transformamos em lixeiras financiadas.

8. Sendo uma visão demasiado grosseira, não deixa de ser importante reflectirmos sobre o facto das escolas tentarem fazer aquilo que outras instituições deveriam fazer mas não fazem.

9. A principal questão é que os professores não estão habilitados para servirem de padres, psicólogos, psiquiatras, reformadores políticos, assistentes sociais, conselheiros da vida sexual ou pais.

10. É compreensível que alguns professores desejem fazê-lo, visto ser uma maneira de aumentar o seu prestígio. É igualmente compreensível que outros se sintam na obrigação de o fazer face ao declínio de outras instituições como a família.

11. A realidade é que nada

III

Inquietações a propósito de gestão, liderança e ética na escola

na sua formação os qualificou para fazer aquilo que outras instituições deveriam fazer. Os professores não são capazes de fazer o trabalho de toda a gente.

12. Mas gostemos ou não, a escola é afectada pelos problemas sociais que perturbam a sua estabilidade e o seu funcionamento. Muitos destes problemas estão relacionados com o maior desafio que se colocam aos estabelecimentos de educação, que é o de responder à massificação e heterogeneidade.

13. E terão de se encontrar respostas para problemas como o da indisciplina, sem heroísmos ou ingenuidades, porque existem áreas e disfunções sociais muito difíceis de se actuar. Mas não nos podemos resignar, como se tudo fosse uma fatalidade.

14. Em primeiro lugar os professores terão de assumir a sua indispensável influência na acção educativa e estabelecer relações com outros agentes e profissionais de intervenção educativa.

Todos os problemas sociais acabam na escola. É importante reflectirmos sobre o facto das escolas tentarem fazer aquilo que outras instituições deveriam fazer mas não fazem

15. Mas o docente terá de ser sempre o interlocutor privilegiado, capaz de intervir através da prática que aplica na sua sala de aula, com contributos exteriores de especialistas e outros profissionais com quem trabalha e interage na resolução de problemas.

A escola numa sociedade do conhecimento, do lúdico e do facilitismo

16. Neste mundo em suspensão a escola confronta-se com o facto de não ter a exclusividade da formação e de educação, partilhando-a com outros meios e outros actores como a televisão e a internet. A influência destes outros agentes educativos, mesmo que seja num sentido com o qual não concordemos, é real, brutal e irreversível.

17. Esta concorrência é causa de enorme pressão, não só pela perda de “exclusividade” formadora, mas porque para esses outros “rivais” ficou a parte mais agradável, do prazer, do lúdico, do atractivo e para a escola ficou a parcela do trabalho, do esforço, do sacrifício e da dedicação.

18. É pois evidente que estudar é difícil e exige disciplina e esforço, mas, simultaneamente, exige a liberdade do estudante, uma vez que “estudar não é um acto de consumir ideias, mas criá-las e recriá-las”, como tão bem escreveu Paulo Freire. E reforçou: “Estudar é, realmente, um

trabalho difícil. Exige de quem o faz uma postura crítica, sistemática. Exige uma disciplina intelectual que não se ganha a não ser praticando-a. Isto é precisamente, o que a educação bancária não

A principal questão é que os professores não estão habilitados para servirem de padres, psicólogos, psiquiatras, reformadores políticos, assistentes sociais, conselheiros da vida sexual ou pais. Os professores não são capazes de fazer o trabalho de toda a gente

estimula. Pelo contrário, a sua tónica reside fundamentalmente em matar nos educandos a curiosidade, o espírito investigador, a criatividade”.

19. Freire não vê contradição entre uma escola simultaneamente “séria” e “alegre”, entre o “ensino de conteúdos” e a “formação ética dos educandos”, entre a “liberdade” e “autoridade”. Ensinar exige rectidão ética, força moral, competência profissional e autoridade do professor.

20. Licínio Lima considera que a defesa da “indispensável disciplina” é, em Freire, assumida enquanto elemento cons-

tituinte da “autoridade democrática”, sendo esta que lhe confere o carácter de “boa disciplina”. Nesta perspectiva autoridade e liberdade são indispensáveis à prática educativa, pois autoridade sem liberdade tende a ser transformada em autoritarismo.

21. Sem ter em conta estes pressupostos e sem saber que guião seguir a escola viu-se dividida entre a instrução e a educação, acabando por não cumprir e não desempenhar bem nenhum desses papéis.

22. Uma coisa é certa: não é possível destinar para a escola a função única de instrução. Este modelo está esgotado e não serve ao mundo actual, nem aos desafios que se colocam às pessoas.

23. Mas a realidade é que a escola terá de “emagrecer funções” como disse António Nóvoa, constatando que a escola é chamada a envolver-se em tantos projectos de educação, que acaba por não desempenhar bem nenhum papel.

24. Não significa isto que a escola terá de regressar às suas origens, no sentido em que a nossa profissão se volte para uma direcção que passe por ensinar a ler, escrever e contar. O emagrecimento que alude Nóvoa não é o de um projecto de escola reduzido na educação para a cidadania, para democracia e para a liberdade.

25. É evidente que não é

possível educar sem uma instrução robusta, que dote os alunos de ferramentas de aprendizagem fortes. Como disse Ariana Cosme, “ninguém sai da escola formado em cidadania sem ler e escrever,

interpretando o mundo e os seus direitos, deveres e responsabilidades com fluência, segurança e maturidade.”

26. Os professores ainda continuam muito ligados a uma escola edificada num modelo tradicional de instrução, demasiado centrada na figura do professor, que detém a informação e que espera que os seus alunos a reproduzam e se apropriem de instrumentos para entender o mundo e sobreviver na vida. Tal não é possível porque reproduzir informação não significa apropriar-se dela.

27. Não podemos, no entanto, cair no erro de dar o protagonismo da aprendizagem ao aluno e relegar para um plano menor a responsabilidade dos professores e educadores, como se os primeiros fossem auto-suficientes, dispensando-se a influência educativa dos docentes.

28. Será aqui importante, como afirma Rui Trindade, falar de “pedagogias de comunicação” e entender a turma como um espaço de comunidade que aprende e aprende com o professor. O aluno não aprende sozinho, aprende com os outros, aprende mediado

Paulo Freire não vê contradição entre uma escola simultaneamente “séria” e “alegre”, entre o “ensino de conteúdos” e a “formação ética dos educandos”, entre a “liberdade” e “autoridade”

por uma relação de influência educativa que o mundo exerce. Não depende do professor para aprender, mas precisa dele, do professor criador de condições, do professor que organiza a relação e a comunicação, como bem explicita Ariana Cosme.

29. Como disse Paulo Freire, “ninguém educa ninguém, como tampouco ninguém se educa a si mesmo: os homens se educam em comunhão, mediatizados pelo mundo”.

30. Este é o tempo, mais do que qualquer outro, do professor se afirmar com intencionalidade educativa. Estamos a falar de um tempo de redefinição da acção docente, de uma mudança de um paradigma de instrução para um paradigma de aprendizagem, ou como já aqui se disse, de comunicação.

Esta será a forma dos professores e educadores ultrapassarem o mal-estar associado a alguma insuficiência da sua acção.

O choque da realidade e os professores em estado-de-choque

31. O desajustamento entre necessidades dos alunos e as possibilidades do sistema educativo, podem levar o docente a um sentimento de insegurança e desencanto que afecta negativamente as condições concretas de realização do seu trabalho. A consequência é o mal-estar docente.

32. Como testemunha Mário Simões, Professor da Faculdade de Medicina de Lisboa, a profissão de professor é a mais representada nos seus ficheiros clínicos, situação que se verifica com outros seus colegas psiquiatras. Que se passa com a classe profissional dos professores para que em tão grande número busque ajuda junto de profissionais de saúde mental? Que sucedeu entretanto às motivações que os levaram a escolher o ensino? Que medos surgiram no decurso da profissão que não haviam antes? Qual a sua raiz?

33. Os professores e educadores vivem o choque da realidade, a constatação das dificuldades e exigências do mundo real do ensino. Este choque refere-se à distância entre a imagem ideal do ensino e a realidade pedagógica quotidiana. Este aspecto pode originar sentimentos de insegurança, desânimo, por vezes mesmo de depressão e de ansiedade.

34. Para Nancy Isaacson, as razões do choque da realidade/cultura são muitas e variadas: dificuldade em chegar aos alunos, subestimação das dificuldades para os motivar, sobre-estimação das suas próprias competências como agentes de disciplina, fracasso na antecipação do tempo e do trabalho necessários para conseguir realizar o trabalho diário, surpresa em relação ao volume de tarefas burocráticas, desgaste emocional e físico que deixa o professor com pouca energia para fazer outras coisas da sua vida, dor pela hostilidade manifestada pelos alunos e pelo desdém que estes mostram em relação à disciplina que o professor tanto aprecia.

35. Os professores em início de carreira cedo concluem, como constata Gordon, que

ensinar também inclui um grande conjunto de saberes não académicos, como disciplinar alunos, recolher dinheiro e impressos, preencher papéis administrativos e actuar como substitutos dos pais.

36. Neste contexto enfrentam uma crise de identidade, que consiste numa contradição entre o eu real (o que pode ser a sua actuação na escola) e o eu ideal (o modelo que eles queriam ser ou pensam que deviam ser).

37. Para o acentuar desta crise, contribuíram as consecutivas reformas e os processos burocráticos a elas associadas, numa imposição vertical de directivas, sem a atenção devida aos sentimentos e atitudes dos docentes sobre o seu trabalho, o que faz com que, com esta metodologia política, a oportunidade de transformar as escolas em comunidades críticas, reflexivas e questionadoras venha a ser posta de lado.

38. A consequência de toda esta tensão tem dado origem a desgastes psíquicos e stresse dos professores. Os professores são efectivamente afectados por todo o tipo de pressões como a falta de segurança nas escolas, a indisciplina e a gestão dos alunos nas aulas, a superlotação das turmas, a crescente burocratização de muitas das suas tarefas, a avaliação negativa de si próprio vinda dos outros, a satisfação da necessidade de reconhecimento, e a falta de apoio e preocupação, por parte da população em geral, em relação a si e à escola.

39. A falta do reconhecimento social pelo seu trabalho, a perda de estatuto social e uma imagem pública muito negativa, têm provocado ainda um imensurável descontentamento e insatisfação nos professores e educadores.

Possibilidades éticas do acto educativo

40. Alain Touraine colocou a mais desafiante questão quando perguntou se podemos viver todos juntos. Como reconhecem António Teodoro e Carlos Alberto Torres, é uma questão central, e pressionante, para os sistemas educativos. Podem as escolas e os sistemas educativos responder às necessidades das diversas culturas, dos diversos interesses, das diversas exigências cognitivas, dos diversos mercados de trabalho, nas nossas sociedades globalizadas?

41. Antes da resposta a estas inquietações temos de debater para que serve a escola e de que escola precisamos. Mais do que saber como é que vamos educar,

como se educa melhor, reduzindo-se a discussão a uma componente didáctica ou de técnicas mais ou menos eficazes, importa resgatar o debate para um campo anterior, que é o campo das possibilidades éticas do acto de educar. Como afirmou Ariana Cosme, temos de perguntar o que é isso de educar?

42. Há a necessidade de fazer-se um diálogo entre os professores sobre a questão do desenvolvimento profissional e sobre a redefinição do trabalho docente que provoque uma alteração das práticas profissionais e da organização das escolas.

43. É tempo de repensar as possibilidades de exercer a docência e discutir as questões da profissão para além dos direitos e dos deveres. Neste sentido a ética profissional vai mais além do que um conjunto de normativos e da universalização de máximas de conduta, normalmente assentes na prioridade de valores como responsabilidade ou dever e de regras e princípios, muitas vezes decididos no exterior da profissão.

44. A responsabilidade ética dos professores é muitas vezes medida por padrões absolutamente exteriores às exigências da função educativa, adoptando-se procedimentos de outras classes profissionais como médicos e advogados. Caminho errado que daquela forma procura atingir a valorização profissional, em vez de assumir a especificidade e o sentido da função docente. Só assim nos dignificamos!

45. A acção educativa desenvolve-se num contexto de especificidade humana que torna incompreensível a redução da função docente a uma dimensão simplesmente técnica ou instrumental. Os problemas, situações e dilemas com que diariamente nos confrontamos, pela sua particularidade exigem respostas sustentadas em competências relacionais de grande preparação científica, mas sobretudo ética.

46. A partilha de valores ético-profissionais constitui, além de uma referência para os docentes e um meio de regular a actividade profissional, uma manifestação de identidade colectiva visível para o exterior.

47. À medida que o exercício da docência se vai complexificando e que a profissão evolui em termos de maturidade e de autonomia, torna-se cada vez mais necessária a adopção de princípios éticos comuns, formalmente assumidos e publicitados. A definição e explicitação pública destes eixos estruturantes da responsabilidade ética dos profes-

sores, contribui, de sobremaneira, para a valorização da sua identidade profissional.

48. Surge então a necessidade de criar um novo paradigma assente na relação interpessoal. A par das noções de liberdade, dever, responsa-

Ensinar exige rectidão ética, força moral, competência profissional e autoridade do professor. Autoridade e liberdade são indispensáveis à prática educativa

bilidade ou solidariedade, propõem-se agora novas categorias como o amor, hospitalidade, cuidado, solicitude ou bondade. É neste alinhamento conceptual que procuramos situar as preocupações éticas da profissão docente, incitada a repensar-se no quadro de uma sociedade cognitiva, complexa, tecnológica e, desejavelmente, humanista.

49. Como já analisamos a intervenção educativa sofreu brutais mudanças e os educadores viram o seu papel profundamente modificado. Com a massificação do ensino e o emergir da sociedade do conhecimento, surgiram novas formas de relacionamento entre os alunos e os docentes, por um lado, e entre os docentes e as instituições, por outro.

50. Muitos problemas emergiram neste tempo de incertezas que afectaram os mais diversificados domínios da prática profissional, desde a relação entre os agentes da comunidade escolar, a planificação e gestão do currículo, a organização das escolas e a formação. Isto tem obrigado ao desenvolvimento de novas competências e identidades ligadas à actividade docente e implicado uma consciência por parte dos professores e educadores, dos aspectos éticos da profissão que exercem. A construção de referências comuns funciona como eixos de identidade que delimitam o campo de acção dos docentes. Uma profissão unida e coesa, é consequentemente uma profissão forte em termos de identidade.

51. Num tempo difícil a ética obriga-nos a reflectir sobre as finalidades da educação. Um tempo, como afirma Isabel Baptista, que reclama uma “ética da responsabilidade e da proximidade humana” que possa ser assumida, individual e colectivamente, como exigência de vida com e para os outros. É a partir daqui, da assunção deste desafio e desta responsabilidade que faz sentido “reclamar o reconhecimento público de uma profissão com o valor e a dignidade da profissão docente”.

52. A maior responsabilidade ética dos professores e

educadores, advém do facto do acto de educar significar intervir de forma intencional, racional e planificada no desenvolvimento do ser humano. Neste sentido e tendo como referência o excelente trabalho realizado por Isabel

Baptista nesta área, e como guia a sua obra “Dar Rosto Ao Futuro – A educação como compromisso ético”, apresentamos uma série de reflexões sobre a ética docente.

Compromisso ético: a responsabilidade do herdeiro

53. Calhou-nos sermos professores num tempo extremamente complicado, preenchido por incertezas, imprevisibilidades e perturbações, sem os pilares políticos, ideológicos e religiosos de outros tempos. Parece não haver esperança, felicidade ou qualquer hipótese de bem-estar.

54. A educação tem assumido neste contexto, o papel de promoção do respeito por tudo o que nos antecede, pelos valores herdados que terão de ser testados através de uma escolha em liberdade, que significa poder criticá-los, seleccioná-los e excluí-los. Para tal exige-se que o património herdado seja dado a conhecer. Este é um dos maiores compromissos éticos dos docentes: a “responsabilidade do herdeiro”.

Como disse Ariana Cosme, “ninguém sai da escola formado em cidadania sem ler e escrever, interpretando o mundo e os seus direitos, deveres e responsabilidades com fluência, segurança e maturidade”

55. O acto educativo é intencional e não se pode educar sem apontar referências ou dar orientações. A ideia de uma educação neutra não faz sentido e a escola deve assumir a responsabilidade de transmissão de valores. No entanto é necessária uma vigilância ética que previna os riscos de domesticação.

Exigências éticas no relacionamento com os outros

56. O viver em comunidade e o relacionar-se inevitavelmente com os outros, implica ter em conta um conjunto de exigências éticas. A função das normas não é a de nos protegermos dos outros, numa lógica de poderes, de defesa e conquista de espaços. Pelo contrário, servem para nos entendermos, para comunicarmos, para participarmos e

aprendermos. Neste sentido, as normas assumem um carácter ético quando se impõem como imperativo de convivência e não como mera coexistência.

57. Aprender a viver com os outros implica saber conviver, partilhar, dialogar, cooperar e ajudar mutuamente. O relacionamento com o outro deve então ser marcado por uma cultura de paz, não se podendo confundir com atitudes de tolerância passiva, indiferença ou conformismo.

58. Aprender a conviver passa também por respeitar os espaços de solidão e de privacidade necessários à afirmação da humanidade em cada homem. Implica uma atitude de disposição em relação aos outros, que passa por simples gestos de cortesia, sinais de hospitalidade e de capacidade de acolhimento.

Ética de proximidade em contextos institucionais

59. Um dos grandes desafios da ética profissional dos professores e educadores é desenvolverem a sua activida-

A autoridade é um valor pedagógico fundamental para o fortalecimento da identidade profissional. Na relação com o aluno o professor deve ser investido de uma autoridade que precisa de ser respeitada e valorizada

de que obriga a um relacionamento com muitos alunos ao mesmo tempo, em contextos institucionais configurados por estruturas formais, pesadas e muitas vezes impessoais.

60. As questões de organização e gestão escolar constituem interpelações funda-

mentais à ética profissional docente, devendo as estruturas educativas, como estruturas institucionais pautar-se por regras de justiça, de equidade e de comparabilidade.

61. A atitude pedagógica para ser democrática, solidária e justa, deve promover valores como o respeito pelo tempo do outro, a sensibilidade, a paciência, a atenção, a escuta e a atitude de ajuda.

62. Tomada em sentido ético, a noção de proximidade pressupõe o reconhecimento da distância absolutamente intransponível que nos separa da outra pessoa. O testemunho da sua vida interior só nos pode ser dado por ela própria.

Competência ética dos docentes como modelos numa sociedade tecnológica e de informação

63. No actual estado de desenvolvimento das sociedades o acesso às ferramentas tecnológicas é generalizado e torna-se indispensável o domínio de competências nas novas áreas da informação e da comunicação, não podendo a escola ignorar tal dinamismo.

64. Esta sociedade educativa de sofisticadas tecnologias não pode dispensar as escolas e os docentes. O sentido de aprender passa muito pela presença pessoal e humana daquele que ensina: “os professores farão a diferença”.

65. Uma competência ética fundamental dos docentes reside na assunção da responsabilidade e da aceitação de si mesmos como modelos, na sua atitude, na sua presença, na sua autoridade pedagógica.

Inclusão social da escola: o desafio ético do equilíbrio entre a pedagogia escolar e a pedagogia social

66. Incumbida de funções extremamente ambiciosas e carregando o peso de expectativas sociais contraditórias, a escola tem necessidade de

reinventar-se na sua interacção com a sociedade.

67. Os objectivos de socialização de uma escola inclusiva só poderão ser concretizados com a inclusão social da escola. Significa isto que problemas como o insucesso escolar, o absentismo, a indisciplina ou a violência só podem ser ultrapassados com a existência de redes de colaboração e de estratégias concertadas entre uma educação escolar e uma educação não-escolar. É preciso que estas redes de actores sociais funcionem numa base de compromissos autênticos e não em esquemas formais, numa concertação de saberes profissionais diversos das mais distintas áreas de formação e intervenção.

68. Os professores são então chamados a participar activamente em equipas multiprofissionais e a se empenharem e comprometerem em dinâmicas de cooperação entre instituições e actores.

69. Enquanto espaço de relação e comunicação o trabalho interinstitucional não está livre de perigos e conflitualidade. Mas a procura de um equilíbrio e a construção de pontes entre a pedagogia escolar e a pedagogia social, é um desafio ético que todos teremos de aceitar.

70. Insere-se aqui a parceria

entre escola e família, desafio esse que não passa apenas por chamar ou envolver os encarregados de educação, mas por assumir inteiramente, uma lógica de trabalho conjunto, alicerçada no princípio de uma co-responsabilização activa – de um compromisso.

Este é um tempo de redefinição da acção docente, de uma mudança de um paradigma de instrução para um paradigma de aprendizagem e de comunicação

71. Esta é a única forma de se ultrapassarem dificuldades de diálogo de parte a parte. Razões tem a escola quando faz acusações de intromissão em domínios profissionais, ou quando se ofende com a falta de reconhecimento e com a alienação de responsabilidade parental. Mas têm também a sua razão as famílias quando reclamam espaços de participação ou quando protestam em casos de menor atenção. Cada qual com a sua função, escola e família têm de ser vistas como instituições cooperantes e não concorrentes. Nenhuma pode, ou deve, tomar o lugar da outra.

Princípios de acção pedagógica

72. A acção pedagógica deve ter como princípios fundamentais a crença incondicional na educabilidade e a aceitação ética do negativo da educabilidade.

73. A profissão de educador perderia todo o sentido sem a crença na educabilidade de todas as pessoas e se partisse do pressuposto que havia alunos “não educáveis”.

74. É claro que o trabalho pedagógico nem sempre é bem sucedido e há que contar

que do outro lado da relação educativa está um indivíduo detentor do poder de contestação e resistência. Para um docente que se empenhe arduamente, que sacrifique a sua vida pessoal a tentar que um aluno aprenda, ande mais depressa, atinja os seus objectivos e o sucesso, é muito

difícil aceitar de ânimo leve a facilidade, a indiferença ou a resistência por parte dos alunos. Daí as frustrações e sentimentos de impotência.

75. A intervenção dos professores e educadores deverá orientar-se pela procura do melhor, mas com a consciência de que é preciso aceitar a possibilidade do pior e de que, nem todos os meios são legítimos para obter os resultados que se pretende.

76. Falar-se de aceitação ética é considerar-se a necessidade de paciência, persistência e coragem e nunca de conformismo, de desistência ou de negligência.

Que se passa com a classe profissional dos professores para que em tão grande número busque ajuda junto de profissionais de saúde mental? Que sucedeu entretanto às motivações que os levaram a escolher o ensino? Que medos surgiram no decurso da profissão que não haviam antes?

Dever de autoridade

77. A autoridade é um valor pedagógico fundamental para o fortalecimento da identidade profissional. Na relação com o aluno o professor deve ser investido de uma autoridade que precisa de ser respeitada e valorizada.

78. No âmbito da ética dos

docentes, o dever de autoridade tem obrigatoriamente de ser assumido pelos professores e educadores. Sempre que fingem não ver comportamentos que reconhecem como inaceitáveis, estão a demitir-se da sua função educativa e a pôr em causa uma responsabilidade profissional.

79. Para assumir esta autoridade não basta o dever ético dos docentes, é necessário que a administração educativa e a sociedade criem condições para que ela se efective e possa ser concretizada.

Falar-se de aceitação ética é considerar-se a necessidade de paciência, persistência e coragem e nunca de conformismo, de desistência ou de negligência

80. Só assim se poderá exercer uma acção pedagógica que além de fomentar o entusiasmo e a vontade de aprender e descobrir, motive para a disciplina e para o esforço. Educar é também contrariar, constranger e desagradar, e implica incomodidade, obstáculos e contratempos.

Ética e gestão escolar

81. Pela sua natureza e missão a organização da escola só pode ser pensada e gerida como uma organização ética, ou seja, humanista, inclusiva e democrática. Democrática na definição da sua estratégia, nos modos de liderança, nas regras de funcionamento e na

participação dos diferentes actores que nela actuam.

82. As competências éticas necessárias a uma gestão ética das escolas, no que diz respeito aos aspectos organizacionais e administrativos, não podem ser dissociadas das funções pedagógicas e devem ser abordadas no quadro mais vasto da ética profissional docente.

83. A cultura organizacional das escolas deve ser favorável ao desenvolvimento de competências práticas de cidadania, não se confinando ao plano das relações interpessoais

soais mas sendo alargada aos espaços institucionais. Nos diversos espaços de organização escolar deve ser fomentada uma cultura de participação, através de tomadas de decisão partilhadas e colegiais, numa atitude de responsabilidade e de cooperação.

Ética e gestão curricular

84. O compromisso ético e moral dos professores encontra no plano curricular, um terreno privilegiado de realização prática. O docente que se conforma como papel de consumidor passivo de prescrições curriculares, abdicando de tomar decisão, contraria uma exigência ética e trai um compromisso para com a própria profissão.

85. O professor e educador falha no cumprimento de um dever deontológico sempre que a sua acção contribua para destruir a curiosidade e o espírito crítico dos seus alunos. Sempre que negligência a

atenção a necessidades educativas especiais. Sempre que nega o acesso a recursos de aprendizagem. Sempre que deixa de acreditar no sucesso educativo de todos, como se o fracasso fosse uma fatalidade.

86. Não basta planificar com rigor, preparar antecipadamente cada lição ou saber escolher o material didáctico adequado, é necessário ser capaz de ir ao encontro da pessoa de cada aluno.

87. É na gestão da contração, entre a obrigatoriedade da educação e o respeito pela liberdade de aprender que se desenvolve o poder de decisão dos docentes e a sua sabedoria.

88. Pensar a escola como um todo implica saber valorizar e articular, todas as dimensões do currículo: formal, informal e oculto.

Ética e Formação Profissional

89. Além de um direito, a formação é uma exigência ética e um compromisso do docente para consigo mesmo, para com os educandos e também para com os colegas de profissão. Constitui uma das melhores formas de afirmação da identidade profissional e de resposta aos elevados índices de baixa auto-estima e de desencanto.

90. A formação proporciona que nos interroguemos sobre o que fizemos, porque o fizemos, como o fizemos e como deveríamos ter feito. Para além de fornecer as ferramentas teóricas e práticas que ajudem a dominar as incertezas do quotidiano, é uma forma de superação de dificuldades, de problemas e erros de conduta profissional.

Período intenso da acção sindical

Relatório de actividades 2008-2011

O período que mediou entre o 9.º e este 10.º Congresso dos Professores da Madeira foi muito intenso no que respeita à luta dos professores e educadores, tanto específica como enquadrada na mais geral dos trabalhadores portugueses.

Este tão forte combate dos docentes portugueses, com repercussões em todo o país e visibilidade no estrangeiro, deveu-se, em primeiro lugar, ao fortíssimo ataque a que estiveram sujeitos, nestes três anos, concretizado em palavras premeditadamente orientadas para a sua desvalorização social mas também à imposição de um Estatuto da Carreira Docente (ECD) que visou desvalorizar o exercício da pro-

fissão docente nas suas variadas vertentes. Um estatuto que agravou as condições de trabalho, impôs horários de trabalho sem sentido pedagógico mas com fundamento economicista, provocou o aumento da precariedade laboral.

Foi um tempo em que as políticas educativas não se orientaram para a resolução dos graves problemas que afectam o sistema – com destaque para o abandono e o insucesso escolar ou as baixas qualificações – mas em que se procurou dar uma imagem contrária.

Estes 3 anos foram de intensa luta de todos os trabalhadores. Apesar de, reco-

nhecimentos, os níveis de participação dos docentes não atingiram picos tão elevados como acontece com as suas acções específicas, foi relevante o seu envolvimento nas acções comuns, quer da CGTP-IN, nomeadamente em duas manifestações que juntaram mais de 200.000 trabalhadores, e também no âmbito da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública.

Reconhecidamente, o tremendo ataque feito pelo governo, nomeadamente através de diferentes Planos de Estabilidade e Crescimento (PEC), atinge todos os trabalhadores por igual. Encontrar caminhos de convergência e de unidade, reforçar os laços

de solidariedade e dar mais força à luta serão eixos fundamentais da nossa acção para impedirmos que, como sempre, sejam os trabalhadores a pagar mais esta crise do capitalismo que lhe serve para crescer à custa da pobreza que provoca.

A toda esta complexidade político-sindical, os educadores e professores da RAM souberam dar a resposta que se lhes exigia. A firmeza que souberam expressar em cada momento, obrigou a que, pela primeira vez em 30 anos de história, se constituísse uma mesa negocial para, efectivamente serem negociados os aspectos e normas que o ECD regional apontava para regu-

lamentação posterior.

Durante 2008 negociámos importantes normativos legais, tais como: a portaria que regulamenta as acumulações; o despacho que regulamenta as dispensas para a frequência de acções de formação; o despacho de organização do horário docente; a portaria que regula a mobilidade (destacamentos, requisição e comissão de serviço); a portaria da contratação; a prova de domínio perfeito da Língua Portuguesa.

Destes normativos legais, o Sindicato dos Professores da Madeira conseguiu, em mesa negocial, que a nível de contratação se mantivesse o contrato administrativo de provimento e que, por essa via,

fosse contado como tempo de serviço efectivamente prestado o tempo que medeia o fim de um contrato e o início de outro, desde que esse início se efectue até 31 de Dezembro. Ainda no que a esta portaria diz respeito, conseguimos que fosse abolida a dupla penalização prevista na mesma para os colegas que, por via de colocação no Continente / Açores, tivessem que optar pela desistência na RAM.

No despacho que regula a organização dos horários dos docentes, conseguimos que as aulas de substituição fossem consideradas na componente lectiva e o pagamento de horas extraordinárias quando a componente lectiva e não lectiva ultrapassar as horas estipuladas no ECD RAM.

No despacho que regula as dispensas para formação conseguimos que a SREC assumisse o compromisso de que a necessidade de acautelar o direito a que o aluno tem à aula não colidisse com o direito e com a obri-gação que o docente tem a frequentar acções de formação contínua. Neste aspecto, o ónus de encontrar um subs-tituto do docente compete única e exclusivamente ao órgão executivo da Escola. Conseguimos ainda que sejam concedidas dispensas para formação na componente lectiva do docente, quando, comprovadamente, as mesmas não se possam realizar na componente não lectiva.

O desenvolvimento desta luta, tenaz e persistente, na defesa de uma regulamentação que limasse alguns dos aspectos mais negativos do ECD RAM, espelhou-se em toda a nossa acção, da qual salientamos:

Actividades em 2008

Participação em **iniciativas** de carácter político sindical **regionais**:

Reuniões Corpos Gerentes do SPM (10); Reuniões Comissão Executiva do SPM (42); Assembleia-geral de Delegados Sindicais (6); Assembleia-geral de Sócios (2); Reuniões Coordenação do Pré-escolar (6); Reuniões Coordenação do 1º CEB (2); Reuniões Coordenação da Educação Especial (3); Reuniões Coordenação do 2º, 3º CEB e Secundário (3); Reuniões nas Escolas / Plenários Concelhios (35); Reuniões do Departamento Professores Aposentados (25); Reuniões na ALR (2); Reuniões na DRAE (3); Reuniões na DRE (2); Reuniões na DREER (2);

Reuniões com Grupos Parlamentares (6); Reuniões com o Representante da República para a RAM (2); Reuniões do Grupo de Trabalho da Nova Sede do CF/SPM (20)

Por parte da tutela regional, fomos solicitados a nos pronunciarmos sobre diversa matéria no âmbito da Educação. Assim durante o ano de 2008 o SPM emitiu os seguintes **pareceres**:

- Junho de 2008 – Regulamentação do Estatuto da Carreira Docente da RAM
- Dispensa da Actividade Docente para participação em actividades de formação
- Acumulação de funções e actividades públicas e privadas dos docentes
- Prova de Domínio da Língua Portuguesa
- Julho de 2008 – Calendário Escolar 2008/2009
- Setembro de 2008 – Avaliação do Desempenho Docente
- Setembro de 2008 – Dispensa da Componente Lectiva

Em Dezembro de 2008, o SPM enviou ao Secretário Regional de Educação e Cultura, um Documento de Reflexão sobre a adaptação à RAM do Dec.-Lei nº 3/2008, de 7 de Janeiro, que define as regras de funcionamento da Educação Especial.

Porque, cada vez mais, estas políticas de cariz neoliberal se fazem sentir transversalmente a todos os sectores da sociedade, reflectindo-se na educação com o aumento do desemprego e da instabilidade profissional dos docentes, na degradação das condições de trabalho, no agravamento das condições de funcionamento e organização das escolas e na desvalorização das aprendizagens dos alunos, a nossa participação tem sido empenhada e activa em diversas frentes de trabalho tais sejam na FENPROF, Federação da qual fomos sindicato constituinte e também como Sindicato integrante da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e da CGTP-IN, participamos nas seguintes reuniões:

Iniciativas de carácter político-sindical **nacionais**:

Secretariado Nacional Fenprof (10); Intersecretariado Fenprof (4); Conselho Nacional Fenprof (3); Reuniões Tesoureiros Fenprof (5); Reuniões Coordenação Nacional do Ensino Pré-escolar (2); Reuniões Coordenação Nacional 1º CEB (4); Reuniões Coor-

denação Nacional do Ensino Particular e Cooperativo (4); Reuniões Coordenação Nacional Ensino Superior (4); Reuniões Departamento de Informação (3); Reuniões Gabinetes Jurídicos Fenprof (7); Reuniões Conselho Jurisdicional (1); Reuniões CGTP-IN (5); Reuniões Frente Comum (3); Reuniões Grupo Trabalho Contratados e Desempregados (2); Reuniões Grupo de Trabalho da Avaliação (2); Reuniões Grupo de Trabalho do ECD (4); Reuniões Grupo de Trabalho do Ensino Profissional (2); Reuniões Grupo de Trabalho da Gestão (3); Reuniões Grupo de Trabalho da Política Educativa (2); Reuniões Grupo de Trabalho da Representatividade Sindical (2); Reuniões Comissão de Igualdade entre Homens e Mulheres (4); Reuniões no Ministério da Educação (5); Reuniões no Instituto Irene Lisboa (4)

Lutas Sindicais:

- Marcha da Indignação – 8 Março 2008
- Marcha contra a precariedade do emprego – 28 Março 2008
- Concentração/Plenário no Parque de Santa Catarina – 3 Dezembro 2008

Greves:

Greve Nacional de Professores e Educadores – 3 Dezembro 2008

Abaixo-assinado / Petição / Inquérito:

- Abaixo-Assinado: “Calendário Escolar na Educação Pré-Escolar” (1403 assinaturas)
- Petição: “Pela Recuperação do Tempo de Serviço Congelado” (3661 assinaturas)
- Inquérito: “Avaliação de Desempenho Docente” (857 assinaturas)

Acções em Tribunal:

Acções Administrativas Especiais relativas à aplicação do Dec.-Lei nº 15/2007, de 19 de Janeiro, a saber:

- Aumento da componente lectiva na Educação Especial e no Ensino ecundário; alteração nos requisitos necessários para redução da componente lectiva e alterações no serviço docente nocturno.
- Persiste o diferendo dos docentes da Educação Especial com a SREC, patrocinado pelo SPM, relativo à devolução de verbas no âmbito do subsídio de especialização.

Formação Docente:

A Formação dos Docentes sempre mereceu destaque na acção das diversas direcções que têm passado pela nossa estrutura sindical, numa aposta

clara de que a profissão docente não termina com a obtenção do grau académico. A profissão docente requer saberes e competências obtidos, igualmente, através de uma formação contínua de rigor, qualidade e excelência.

Apesar das sucessivas reduções de fundos comunitários para a formação de activos; apesar de novas instituições formadoras terem, entretanto, obtido os requisitos necessários para se poderem, igualmente, candidatar; apesar da DRE se ter constituído também em entidade formadora, o Centro de Formação do SPM organizou, com o apoio do Fundo Social Europeu, as seguintes Acções de Formação, que envolveram 755 docentes, contabilizando cerca de 675 horas de formação:

As TIC no ensino da matemática (3 acções); Aprendendo a ler e escrever com afecto; Educar para os Media: a televisão em contexto escolar (2 acções); Matemática: materiais manipulativos (2 acções); Gestão e organização do trabalho pedagógico: repensar a sala de aula; Programa de desenvolvimento de competências para optimização desempenho docente (2 acções); Do conceito de inclusão da Educação à realidade inclusiva dos alunos com deficiências sensoriais; New tools in the classroom; Gestão e organização do trabalho pedagógico: repensar sala aula (2 acções); Optimizar a linguagem promover a literacia (2 acções); Portfólio: um modelo de avaliação em educação (2 acções); Ética e responsabilidade profissional (2 acções); Projectos; Curriculares: um desafio à inovação pedagógica no 1º CEB; Brincando com as Áreas; Instrumentos pedagógicos para a aprendizagem de acordo com as preferências do cérebro; Mais aventura da ciência no 1º CEB e Pré-Escolar

O SPM organizou as seguintes Jornadas Pedagógicas, que envolveram 275 docentes, contabilizando cerca de 169 horas de formação:

Conferência: “Como promover o sucesso nas aprendizagens: o modelo de diferenciação pedagógica do Movimento Escola Moderna”, com Sérgio Niza, Joaquim Segura, Maria Clara Felgueiras e Maria Teresa Sousa; Acção de Formação: “E-Learning – Produção e Distribuição de Conteúdos”, com o Prof. Paulo Nunes.

No âmbito das Actividades Culturais e Recreativas, o SPM,

promoveu as seguintes actividades:

Actividades Lectivas:

Canto Coral; Círculo de Leitura e Escrita; Corpo em Movimento; Dança (2 turmas); Ginástica Aeróbica; Inglês Coloquial (2 turmas); Arte e Património; Introdução à Informática (3 turmas); Postura Corporal; Hidroginástica; Técnicas de Desenho e Pintura.

No Porto Santo, realizam-se as seguintes actividades: Pintura em Tecido e Ginástica.

Literatura e Arte:

Conferência: “Recordar... Adriano Correia de Oliveira”, por Maria Aurora seguido de actuação do Grupo Coral do SPM; “Homenagem a Aquilino Ribeiro”, por Diana Pimentel.

Comemorações:

25 de Abril – Conferência “Memória dos dias em que todos os impossíveis pareceram, afinal, realizáveis”, por Adelino Gomes, Jornalista; Jantar Convívio seguido de Espectáculo com a Tuna de Câmara de Machico; Dia da Mulher – Almoço convívio no Hotel Porto Mare, seguido de Conferência com a Dra. Anne Martina Emonts; Dia Mundial da Terra – Conferência por Violante Matos; IV Centenário do nascimento do Padre António Vieira, Conferência por Nelson Veríssimo; Dia do Professor – Festa-Convívio na Quinta das Carreiras – Homenagem aos sócios com 25 anos no SPM, seguido da actuação do Grupo de Acordeões do Gabinete Coordenador de Educação Artística e da Banda Filarmónica “Os Infantes”.

Outras Conferências / Actividades:

Palestra sobre “Educação Postural”, pela Fisioterapeuta Andreia Freitas; Festa de Encerramento das Actividades Lectivas, no Colégio de Santa Teresinha, seguido de lanche convívio.

Viagens:

Viagem a Madrid e cidades históricas Espanholas.

Visitas de Estudo / Passeios:

Visita Guiada à Exposição: Horizonte Móvel – uma perspectiva sobre as artes plásticas na Madeira: 1960 – 2008, no Museu de Arte Contemporânea; Visita Guiada à Exposição: Obras de Referência dos Museus da Madeira (Museu de Arte Sacra); Visita Guiada à Exposição: Leonardo Da Vinci – o Génio (Madeira Magic); Passeio a Pé: Fanal – Levada dos Cedros – Curral Falso

(Ribeira da Janela); Passeio a Pé: Referta – Levada nova do Porto da Cruz – Castelejo.

Realizou-se a **Festa de Natal** para os filhos dos sócios com distribuição de prendas e espectáculo alusivo com participação de cerca de mil crianças mais os familiares acompanhantes.

Insistimos na dinamização da **informação** com a revista “Prof” periodicamente enviada aos associados, actualização permanente do site, diversificação de formas de contacto e atendimento aos sócios e Delegados Sindicais (e-mail, MSN, Skype, sindicalização on-line, blogue, etc.).

O **apoio a sócios** é uma actividade constante e permanente à qual dedicamos muito tempo e atenção, com o incremento do Apoio Jurídico. Com efeito, foram inúmeros os processos acompanhados pelo advogado com apoio e orientação jurídica, acções judiciais, defesa em processos disciplinares, entre outros.

- O **Seguro de Saúde** é outra vertente do apoio que os sócios usufruem por direito. Também aqui apostou-se na melhoria no serviço prestado, tendo-se conseguido reduzir os prémios (mensalidades) a pagar à seguradora pelo sindicato e pelos beneficiários do seguro, reformulou-se o procedimento de requisição das participações e melhorou-se e diversificou-se a informação, em parceria com a Correc-tora de Seguros SECURE, criando-se um site e uma linha azul específicas.

- O Ano de 2008 foi, também, o ano em que se deu início oficial a todo o processo da aquisição das instalações do **Centro de Formação e a Sede do SPM**.

- O ano de 2008 foi indelévelmente marcado pela realização do **9º Congresso** do Sindicato dos Professores da Madeira. A Assembleia Magna que reuniu nos dias 18 e 19 de Abril sob o lema “Educação e cidadania em tempo de globalização”, foi, sem dúvida, um acontecimento de elevada relevância que se caracterizou pelo debate de ideias e o estabelecer de caminhos e objectivos a perseguir.

Actividades em 2009

Porque o SPM sempre defendeu que um sistema educativo de qualidade tem de contar com profissionais de educação reflexivos, críticos, científica e intelectualmente preparados para actuarem nos diferentes contextos em que tiverem de exercer a sua profis-

28 de Maio de 2010: foi preciso virem à rua centenas de professores para desbloquear a progressão na carreira na Região



são, toda a acção desenvolvida ao longo do ano de 2009 norteou-se no sentido de contribuir para a construção de um sistema educativo democrático de excelência que promova uma escola pública de qualidade para todos e o fortalecimento da dignificação profissional e social dos educadores e professores madeirenses.

Foi também o ano em que sentimos já a necessidade e urgência em rever o Decreto Legislativo Regional n.º 6/2008/M de 25 de Fevereiro, ECD-RAM, de forma a limar os aspectos negativos do actual Estatuto da Carreira Docente.

Neste sentido apresentamos à SREC e aos grupos parlamentares um dossier de questões educativas que preocupavam os docentes em exercício de funções na RAM.

Desse dossier constava a necessidade da redução do número de anos de permanência nos primeiros escalões da carreira, harmonizando, assim, a duração dos escalões com a carreira docente nacional; a criação de um índice de topo equiparado à carreira técnico-superior; a revogação do procedimento de acesso ao 6º Escalão e a harmonização da componente lectiva e da redução por idade e tempo de serviço em todos os sectores de educação e ensino.

Por outro lado, denunciámos a ineficácia do BOM administrativo, exigindo ao Governo Regional a solução que permitisse que todos os docentes que já reunissem as condições necessárias exigidas à sua progressão não continuassem penalizados pelos atraso na publicação legislativa e aplicação do modelo de avaliação, incluindo os docentes que se encontravam em condições de pro-

gredir ao 6º escalão da carreira e que estavam impedidos de o fazer por não existir regulamentação que definisse a prova pública a que deveriam ser sujeitos.

Continuámos a reivindicar e a desenvolver acções de luta para a contagem do tempo de serviço congelado entre 30.08.2005 e 31.12.2007 aos docentes, depois de, a maioria parlamentar ter rejeitado aprovar mecanismos legislativos que dessem corpo às pretensões dos docentes.

No que à construção do Centro de Formação e Sede do SPM diz respeito, o contrato de empreitada para a construção do novo edifício foi assinado no dia 23 de Dezembro de 2009, com a empresa PREBEL, S.A.. Com a emissão do Alvará de Obras de Construção n.º 3/2010, em 06 de Janeiro, pela Câmara Municipal do Funchal, o licenciamento de ocupação da via pública e a colocação dos tapumes de segurança, iniciou-se a fase de instalação de estaleiro, demolições e escavações. Começaram, assim, a ser construídos os alicerces do novo edifício que acolherá o Centro de Formação e a Sede do SPM em instalações condignas e que constituirá, certamente, um valor acrescentado para todos os associados do SPM, para os docentes em exercício na RAM e para o sistema educativo regional.

O desenvolvimento de toda esta complexidade político-sindical encontra-se espelhada em toda a nossa acção, da qual salientamos:

Participação em **iniciativas** de carácter político sindical **regionais**; Reuniões Corpos Gerentes do SPM (9); Reuniões Comissão Executiva do SPM (35); Assembleia-geral de

Delegados Sindicais (4); Reuniões Coordenação do Pré-escolar (2); Reuniões Coordenação do 1º CEB (2); Reuniões Coordenação da Educação Especial (2); Reuniões Coordenação do 2º, 3º CEB e Secundário (2); Reuniões nas Escolas / Plenários Concelhios (32); Reuniões do Departamento Professores Aposentados (16); Reuniões na ALR (2); Reuniões na DRAE (3); Reuniões na SREC (1); Reuniões na DREER (1); Reuniões com Grupos Parlamentares (8); Reuniões do Grupo de Trabalho da Nova Sede do CF/SPM (50); Reuniões com Escolas Profissionais (4)

Por parte da tutela regional, fomos solicitados a nos pronunciarmos sobre diversas matérias no âmbito da Educação. Assim, durante o ano de 2009 o SPM emitiu os seguintes **pareceres**:

- Calendário Escolar 2009/2010

- Proposta de DLR que regula o Concurso de Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar, - Ensino Básico e Secundário e Pessoal Docente especializado em Educação Especial da RAM

- Proposta de DLR que estabelece o Regime Jurídico da Educação Especial, transição para a vida adulta e reabilitação de pessoas com deficiência ou incapacidades

- Projecto de Despacho que define os cursos qualificantes para o exercício de outras funções educativas (artigo 54º ECD RAM)

- Projecto de Portaria que regulamenta a Licença Sabática

- Projecto de Portaria que regulamenta a Equiparação a Bolseiro

- Projecto de Portaria que regulamenta a concessão de

redução no tempo de serviço para efeitos de progressão e transição ao 6º escalão pela aquisição de outras habilitações (artigo 53º ECD RAM)

- Proposta de DLR que aprova o ECD da RAM – proposta do PS

- Proposta de DLR que altera o ECD da RAM

Como Sindicato fundador da Fenprof e, portanto, membro de pleno direito desta federação sindical de professores, o SPM participa activamente nas tomadas de decisão sobre política educativa no âmbito nacional. Igualmente activo tem sido o nosso papel também como Sindicato integrante da Frente Comum dos Sindicatos da Administração Pública e da CGTP-IN, participando nas seguintes reuniões:

Iniciativas de carácter político-sindical **nacionais**:

Secretariado Nacional Fenprof (11); Intersecretariado Fenprof (3); Conselho Nacional Fenprof (2); Reuniões Tesoureiros Fenprof (1); Reuniões Coordenação Nacional do Ensino Pré-escolar (3); Reuniões Coordenação Nacional 1º Ciclo do Ensino Básico (2); Reuniões Coordenação Nacional do Ensino Particular e Cooperativo (2); Reuniões Coordenação Nacional do Ensino Especial (2); Reuniões Coordenação Nacional Ensino Superior (3); Reuniões Departamento de Informação (3); Reuniões Gabinetes Jurídicos Fenprof (5); Reuniões Conselho Jurisdicional (2); Reuniões CGTP-IN (3); Reuniões Frente Comum (3); Reuniões Grupo Trabalho Contratados e Desempregados (2); Reuniões Grupo de Trabalho da Avaliação (5); Reuniões Grupo de Trabalho do ECD (15); Reuniões Grupo de Trabalho do Ensino Profissional (4); Reuniões Grupo de Trabalho da Gestão (3); Reuniões Grupo de Trabalho da Política Educativa (1); Reuniões Grupo de Trabalho da Representatividade Sindical (2); Reuniões Grupo de Trabalho das Regalias Sociais (1); Reuniões Comissão de Igualdade entre Homens e Mulheres (2); Reuniões no Instituto Irene Lisboa (3)

Abaixo-assinado / Petição

- Abaixo-Assinado: «Por efeitos práticos do “Bom”, pela imediata progressão na carreira» (1323 assinaturas)

- Petição: «Pela Recuperação do Tempo de Serviço “Congelado”» (4000 subscritores)

Acções em Tribunal

O SPM interpôs uma

Providência Cautelar referente à Resolução nº 561/2009, do Conselho de Governo, no que respeita à imposição de serviços mínimos às creches e jardins de infância, na tolerância de ponto do dia 12 de Junho. A 8 de Junho, o Tribunal Administrativo e Fiscal do Funchal decidiu anular essa Resolução na parte a que se refere à imposição às creches e aos jardins-de-infância de serviços mínimos no dia 12 de Junho.

O SPM, em colaboração com o seu **Gabinete Jurídico**, orientou, apoiou e acompanhou um número considerável de docentes envolvidos em processos disciplinares e acções judiciais.

No que refere à **Formação dos Docentes**, o Centro de Formação do SPM organizou neste ano, com o apoio do Fundo Social Europeu, as seguintes Acções de Formação, que envolveram 619 docentes, contabilizando 750 horas de formação:

As TIC no ensino da matemática; Matemática: materiais manipulativos (3 acções)

Gestão e organização do trabalho pedagógico: repensar a sala de aula (2 acções); Programa de desenvolvimento de competências para optimização desempenho docente (4 acções)

- Brincando com as Áreas - Ética e Profissionalidade (2 acções)

- Gestão e organização do trabalho pedagógico: repensar sala aula

- Mais aventura da ciência no 1º CEB (2 acções)

- Optimizar a leitura / promover a literacia

- Optimizar a literatura na sala de aula (2 acções)

- Diagnóstico de Perturbações da Leitura e Escrita (2 acções)

- Dinamizar a Escrita / Promover a criatividade literária (2 acções)

- O quadro interactivo Multimédia na sala de aula (4 acções)

- Programa de auto-aperfeiçoamento para a activação de mudanças positivas (3 acções)

O SPM organizou as seguintes **Jornadas Pedagógicas**, que envolveram cerca de 130 docentes, contabilizando 15 horas de formação:

Conferência: "Como promover o sucesso nas aprendizagens: o modelo de diferenciação pedagógica do Movimento Escola Moderna", com os seguintes formadores: Sérgio Niza, Joaquim Segura, Maria Clara Felgueiras e Maria

Teresa Sousa.

Tertúlia sobre Educação: "Profissão Professor: Encontros/Desencontros", tendo como convidadas Ariana Cosme e Isabel Baptista.

No âmbito das Actividades Culturais e Recreativas, com a colaboração significativa do Departamento dos Professores Aposentados, o SPM promoveu as seguintes actividades:

Actividades Lectivas:

Canto Coral; Círculo de Leitura e Escrita; Corpo em Movimento; Dança (2 turmas); Ginástica de Manutenção; Inglês Coloquial (2 turmas); Arte e Património; Introdução à Informática (3 turmas); Educação Postural; Hidroginástica e Pintura em Tecido.

No Porto Santo, realizam-se as actividades: Pintura em Tecido e Ginástica de Manutenção

Literatura e Arte:

Conferência sobre Darwin: "Darwin: o investigador e a sua ligação aos Açores e à Madeira", por Mafalda Gonçalves - 22 Maio

Comemorações:

Dia da Mulher - Almoço-convívio no Hotel Porto Santa Maria, seguido de Conferência por Isabel Sena Lino; 25 de Abril - Jantar-convívio seguido de Tertúlia (canções de intervenção por Mário André, Pedro Zamora e Humberto Fournier); Exposição "Liberdade de Expressão" por vários artistas.

Outras Conferências /

Actividades:

Festa de Encerramento das Actividades Lectivas, na Escola Francisco Franco, seguido de lanche convívio - 26 Junho; Festa de Natal do Departamento de Professores Aposentados, na Sala de Conferências do SPM, seguido de lanche-convívio - 17 Dezembro.

Viagens:

Viagem a Paris - de 10 a 17 Junho

Visitas de Estudo / Passeios:

Roteiro Histórico Religioso - Visita à Capela do Corpo Santo - 27 Março; Viver a Natureza - Pico das Pedras - Passeio a pé às Queimadas - 30 Junho; Passeio a Pé - Central Hidroeléctrica da Calheta - Levada da Calheta - 18 Julho.

Sob a sigla "Construir o futuro, investindo nos professores Agora!", a UNESCO e a Internacional de Educação lançaram o mote, a nível mundial, para a comemoração do Dia Mundial dos Professo-

res (5 de Outubro). Nesse sentido, o Sindicato dos Professores da Madeira promoveu neste dia, a partir das 17h, na sala de exposições da Reitoria da Universidade da Madeira, uma exposição comemorativa do Dia Mundial do Professor, seguida de um momento musical no espaço Cultural da Fnac Madeira, pelas 19h. Esta exposição esteve também patente ao público no Porto Santo.

Realizou-se a Festa de Natal para os filhos dos sócios com distribuição de prendas e espectáculo alusivo com participação de cerca de mil crianças mais os familiares acompanhantes.

Neste período prosseguiu o esforço do SPM de melhorar a circulação da informação interna, adequar a difusão da informação sindical através da internet à necessária rapidez da mensagem e estruturar a sua página electrónica em função do conhecimento dos estímulos à sua utilização pelos professores e educadores. Este foi, sem dúvida o campo em que se procurou estabelecer as melhores condições a uma informação permanente, importante e estimulante da acção dos docentes.

Insistimos na dinamização da **informação** aos sócios com a reformulação do órgão de informação do SPM. O "PROF" agora em formato jornal. Apostamos numa informação mais "em cima do acontecimento" com a Prof. Newsletter enviada aos associados e a actualização permanente do site, diversificação de formas de contacto e atendimento aos sócios e Delegados Sindicais (e-mail, MSN, Skype, sindicalização on-line, etc.).

Actividades em 2010

O ano de 2010 ficou inexoravelmente marcado pelo arrastar das negociações do ECD/RAM e das sucessivas devoluções do mesmo à ALM.

Desse impasse, resultou a publicação de uma alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 6/2008/M, de 25 de Fevereiro, consubstanciada no Decreto Legislativo Regional nº 17/2010/M, de 18 de Agosto, que impôs aos docentes, sem qualquer negociação com os parceiros sociais, uma avaliação extraordinária.

Esta falta de negociação foi objecto de denúncia formal por parte do SPM ao Representante da República e aos partidos com representação parlamentar.

Desta alteração, arbitrária do Decreto Legislativo Regional nº 6/2008/M, surgiu uma

avaliação extraordinária, sob forma de ponderação curricular que, rapidamente, foi transformada numa complexa avaliação retroactiva, como se se tratasse de um modelo de avaliação, gerando uma série de injustiças, desigualdades, subjectividade e burocracia.

Durante o decorrer deste processo, retomou-se a negociação de uma nova alteração ao ECD/RAM e ao Modelo de avaliação do desempenho, que representou um claro e gravíssimo retrocesso em relação àquele que foi aprovado pelo Decreto Legislativo Regional nº 6/2008/M, de 25 de Fevereiro que, em bom rigor, não chegou a ter impacto na Carreira dos professores e educadores em exercício na RAM e que cada vez se aproxima mais, com pouquíssimas diferenças, daquele que vigora a nível nacional.

A manter-se nos termos propostos pela SREC, a nova proposta de ECD desvalorizará a função docente e agravará as condições de exercício da profissão, contribuindo para a degradação das condições de funcionamento das escolas e, conseqüentemente, para uma quebra da qualidade da educação e do ensino.

No que concerne à **construção do Centro de Formação e Sede do SPM**, temos o seguinte ponto da situação no final do ano 2010:

- A cerimónia de lançamento da 1ª pedra ocorreu no dia 12 de Março, dia em que o SPM completou 32 anos de vida ao serviço dos educadores e professores da RAM.

- Na Construção da obra estão concluídas as obras relativas a Estaleiro, Escavação, Alvenarias e Betões. Em execução, a instalação de redes de água, esgotos e incêndios; de instalações eléctricas, de telefones e segurança e de ventilação e ar condicionado.

- A Coordenação e Fiscalização da Obra e a Coordenação e Fiscalização da Segurança têm acompanhando o desenvolvimento da mesma, zelando pelo cumprimento das regras de boa execução da empreitada bem como pelo cumprimento das regras de segurança, com entrega mensal dos respectivos relatórios.

- No Apoio Jurídico ao Contrato de Empreitada procedeu-se à elaboração dos procedimentos necessários ao início da obra e seu desenvolvimento, à escrituração e aquisição do prédio urbano necessário à implementação da obra, à contratação da prestação de serviços para

execução do projecto de mobiliário e equipamento e organização interna dos espaços do CF e Sede do SPM e à preparação e lançamento do concurso público de aquisição de bens móveis de equipamento e mobiliário com o Concurso Público Internacional nº 1/2010, publicado no Diário da República, II série, nº 243, de 17 de Dezembro com data limite de apresentação de candidaturas a 17 de Fevereiro de 2011.

- Os restantes trabalhos e procedimentos concursais decorrerão durante a primeira parte de 2011 prevendo-se a conclusão e mudança de instalações até ao final do Verão.

O desenvolvimento da luta esteve patente em toda a nossa acção, pelo que salientamos:

Participação em **iniciativas** de carácter político sindical **regionais**:

Reuniões Corpos Gerentes / Direcção do SPM (11); Reuniões Comissão Executiva do SPM (40); Assembleia-geral de Delegados Sindicais (3); Assembleia-geral de Sócios (1); Reuniões Coordenação do 2º, 3º CEB e Secundário (1); Reuniões nas Escolas / Plenários Concelhios (19); Reuniões do Departamento Professores Aposentados (6); Reuniões com o Representante da República para a Madeira (3); Reuniões na Assembleia Legislativa da Madeira (1); Reuniões na Secretaria Regional de Educação e Cultura (2); Reuniões na Direcção Regional de Administração Educativa (3); Reuniões na Direcção Regional de Educação (2); Reuniões na Direcção Regional de Educação Especial e Reabilitação (1); Reuniões com Grupos Parlamentares (5); Conferências de Imprensa (7); Reuniões novas instalações do CF e sede do SPM (90)

Por parte da tutela regional, fomos chamados a intervir sobre diversa matéria no âmbito da Educação. Assim durante o ano de 2010 o Sindicato dos Professores da Madeira emitiu os seguintes **Pareceres**:

- Calendário Escolar 2010/2011

- Proposta de Dec. Leg. Reg. que aprova o Sistema de Avaliação do Desempenho do Pessoal Docente

- Quadro Referencial de Avaliação de Desempenho dos Docentes

- Despacho que aprova os docentes a designar pelas

Comissões de Avaliação

- Despacho relativo ao Exercício da Actividade Sindical da RAM

- Alteração ao Dec. Leg. Reg. 6/2008/M, de 25 de Fevereiro – Estatuto da Carreira Docente da RAM: proposta do PCP

- Projecto de Dec. Leg. Reg. que “Valida, com carácter de excepcionalidade, o Regime de Avaliação de Desempenho Docente na RAM, aprovado pelo Dec. Leg. Reg. 6/2008, de 25/2” – proposta do PS

- Projecto de Regulamento de Avaliação dos Docentes da UMa em período experimental.

- Proposta de Dec. Leg. Reg. que “Procede à aplicação à RAM do Dec.-Lei nº 170/2009, de 3 de Agosto, que estabelece o regime da carreira especial de inspecção, procedendo à transição dos trabalhadores integrados nos corpos e carreiras de regime especial das inspecções-gerais”

- Projecto de Regulamento de Avaliação do Desempenho dos Docentes da UMa

- Proposta de Dec. Leg. Reg. que “Altera o Estatuto da Carreira Docente da RAM”

- Projecto de Dec. Leg. Reg. que aprova o “Regime Jurídico do Sistema Educativo Regional” – proposta do PS

Como Sindicato membro da Fenprof, da Frente Comum e da CGTP-IN, participamos nas seguintes reuniões:

Iniciativas de carácter político-sindical nacionais:

Secretariado Nacional Fenprof (11); Intersecretariado Fenprof (3); Conselho Nacional Fenprof (3); Reuniões Tesoureiros Fenprof (2); Reuniões Coordenação Nacional do Ensino Especial (4); Reuniões Coordenação Nacional Ensino Superior (4); Reuniões Departamento de Informação (10); Reuniões Gabinetes Jurídicos Fenprof (3); Reuniões Conselho Jurisdicional (1); Reuniões CGTP-IN e Frente Comum (6); Reuniões Grupo de Trabalho do Ensino Profissional (2); Reuniões Grupo de Trabalho das Regalias Sociais (1); Reuniões Grupo de Trabalho da Precariedade (3); Reuniões com o Ministério da Educação (3)

Abaixo-Assinado:

«Progressão na Carreira dos Docentes da RAM – congelamento mantém-se» (2711 assinaturas: 2235 em papel e 476 on-line) - Maio 2010

Jornadas de Luta – Greves, Manifestações, Plenários,



30 de Março de 2011: protesto pela queda das vagas na proposta de ECD regional e a apresentação de nova proposta de avaliação do desempenho docente

Concentrações

- Dia do Trabalhador: Participação na Manifestação de rua e Comício Sindical no Jardim Municipal do Funchal (1 Maio).

- Plenário/Concentração de Docentes junto à Assembleia Legislativa da Madeira, que terminou com a entrega, a três entidades, de um abaixo-assinado subscrito por cerca de 3 mil docentes (28 Maio).

- Participação na Manifestação Nacional da CGTP-IN, em Lisboa (29 Maio).

- Participação na “Tribuna Pública”, no largo em frente à Assembleia Legislativa da Madeira, promovida pela União dos Sindicatos da Madeira e inserida na jornada de luta europeia de sindicatos convocada pela Confederação Europeia de Sindicatos (29 Setembro).

- Participação na Manifestação Nacional da Função Pública, em Lisboa – organizada pela Frente Comum (6 Novembro).

- Greve Geral: Pela mobilização geral contra esta política e Concentração de Docentes na Avenida Arriaga (24 Novembro).

Acções em Tribunal:

O Sindicato de Professores da Madeira intentou uma providência cautelar de suspensão de norma, com pedido de decretamento provisório, contra a Direcção Geral dos Recursos Humanos de Educação e Ministério da Educação, por causa da norma contida no ponto 3 do aviso de abertura do concurso de professores, em que os docentes dos quadros da RAM, viram-se impedidos de concorrerem ao destacamento por condições específicas (16 Abril 2010).

No que diz respeito à **Formação** dos Docentes o Centro de Formação do SPM organizou, com o apoio do Fundo Social Europeu, vinte e seis Acções de Formação, que envolveram 645 docentes, contabilizando 710 horas de formação:

As TIC no ensino da matemática na Educação Infantil; As TIC no ensino da matemática no Ensino Básico; Gestão e organização do trabalho pedagógico: repensar a sala de aula; Programa desenvolvimento competências para optimização desempenho docente (3 acções); Ética e Profissionalidade (2 acções); Gestão e organização do trabalho pedagógico: repensar sala aula; Mais aventura da ciência no 1º CEB (2 acções); Optimizar a literatura na sala de aula; Dinamizar a Escrita / Promover a criatividade literária (2 acções); O quadro interactivo Multimédia na sala de aula (2 acções); Programa de auto-aperfeiçoamento para a activação de mudanças positivas (3 acções); Portfólio 2: um modelo de avaliação em educação (2 acções); Pensar em Matemática (3 acções); Oficina de Aprendizagem da Escrita-Leitura no processo interactivo – Oficina de Formação; Dinamizar a Escrita, Promover a Criatividade Literária.

Foram também dinamizadas duas acções de Formação, ambas acreditadas pelo Fundo Social Europeu mas financiadas pelo Sindicato dos Professores da Madeira:

Números e Geometria no Ensino Básico e Educar para os Media: a televisão no contexto escolar.

O SPM organizou as seguintes **Jornadas Pedagógicas**,

que envolveram cerca de 196 docentes, contabilizando 21 horas de formação:

- “Leitura e Escrita e Trabalho em Projecto no modelo pedagógico do Movimento Escola Moderna”, com os seguintes formadores: Manuela Castro Neves, Mónica Shone, Sofia Gonçalves, Joaquim Segura, Esmeralda Raminhos, Luísa Sousa, Carla Henriques e Isabel Pereira.

- “A Classe Docente e suas questões envolventes”, com o Dr. Rui Assis (jurista do SPN e do Gabinete Jurídico da FENPROF).

- “O Estatuto da Carreira Docente como instrumento de Motivação”, pelo Doutor Jacinto Jardim, seguido de lançamento do livro: “Programa de Desenvolvimento de Competências Sociais – Estudo para a Promoção do Sucesso Académico”.

No âmbito das Actividades Culturais e Recreativas, com a colaboração significativa do Departamento dos Professores Aposentados, o Sindicato dos Professores da Madeira promoveu as seguintes actividades:

Actividades Lectivas:

Canto Coral; Círculo de Leitura e Escrita; Corpo em Movimento; Dança; Ginástica de Manutenção; Inglês Colóquio (2 turmas); Arte e Património; Introdução à Informática (4 turmas); Educação Postural; Hidroginástica e Pintura em Tecido.

No Porto Santo, realizam-se as actividades: Pintura em Tecido e Ginástica de Manutenção.

Literatura e Arte:

Conferência sobre David

Mourão Ferreira – prosador e poeta, por Celina Martins – 11 Junho.

Comemorações:

25 de Abril: Jantar-convívio seguido de Conversas com “A Nova Geração de Abril”, por Sérgio Rebelo e Roberto Loja; Dia Mundial do Professor: Conferência “República e Educação”, por Nelson Veríssimo, seguido de jantar comemorativo – 5 Outubro; Dia Internacional da Eliminação da Violência contra a Mulher: Painele: “Bem Querer”, com a Dra. Rita Basílio Simões e a Dra. Teresa Carvalho – 26 Novembro.

Outras Conferências /**Actividades:**

Festa de Encerramento das Actividades Lectivas: “Festando a Vida”, na Escola Francisco Franco, seguido de lanche-convívio – 30 Julho; Lançamento do CD do Grupo Coral do SPM: “Sintonizando”: jantar com actuação da Tuna de Fados de Coimbra e do Grupo Coral do SPM – 12 Novembro; Festa de Natal do Departamento de Professores Aposentados, na Sala de Conferências do SPM, seguido de lanche-convívio – 16 Dezembro.

Viagens:

Viagem Descobrir a Bélgica – de 21 a 28 Maio.

Visitas de Estudo / Passeios:

Roteiro Histórico Religioso: Visita à Capela do Corpo Santo – 27 Março; Visita Guiada à Rota da Cal, em São Vicente – 14 Maio; Visita Guiada à Casa do Ribeirinho e à Capela de São Roque, em Machico – 6 Julho; Visita Guiada à Exposição: Arte Déco, What a Wonderful World, na Casa das Mudanças – 29 Outubro.

O Sindicato dos Professores da Madeira organizou uma Sessão de Esclarecimento, aberta a todos os docentes da RAM, intitulada: “Estratégias em contexto escolar para ajudar os alunos a superar a catástrofe de 20 de Fevereiro”, pela psicóloga Susana Monteiro, do Centro de Formação e Investigação em Psicologia (3 de Março).

O Sindicato dos Professores da Madeira, em parceria com o Conservatório – Escola das Artes da Madeira, organizou um Espectáculo de Solidariedade intitulado “Solid’Arte”, para angariação de fundos destinados a ajudar as vítimas da catástrofe do dia 20 de Fevereiro. As receitas, no valor de cerca de 1500.

Regimento de funcionamento do 10º Congresso

Artigo 1º

(Horário de Funcionamento)
A Ordem de Trabalhos do 10º Congresso dos Professores da Madeira será cumprida de acordo com o seguinte horário:

6 de Maio 2011 – 6ª feira

Manhã

08h30 - Recepção aos Delegados e Convidados
09h30 - Sessão de Abertura
10h 30 - Pausa / café
11h00 - Apresentação, Discussão e Votação do Regimento de Funcionamento do 10º Congresso
11h30 - Conferência de Abertura: Ser Professor Num Tempo e Numa Escola de Incertezas
13h00 - Pausa / almoço

Tarde

14h30 - Apresentação, Discussão e Votação do Relatório de Actividades do SPM 2008/-2011
15h15 - Apresentação da Moção de Orientação para o triénio 2011/2014
Início do Debate
16h00 - Pausa / café
16h30 - Painel 1: Potencialidades e Limitações da Avaliação Educacional: um debate necessário
18h00 - Encerramento dos Trabalhos

7 de Maio 2011 – Sábado

Manhã

09h00 - Painel 2: Aprendizagens, Disciplina e Limites em Educação
11h00 - Intervalo / café
11h30 - Painel 3: Inquietações a propósito de Gestão, Liderança e Ética na Escola
13h 00 Pausa / almoço

Tarde

14h30 - Moção de Orientação para o triénio 2011/2014. Conclusão da discussão e votação da Moção de Orientação.
Apresentação, Discussão e Votação de Moções Estranhas à Ordem de Trabalhos.
15h30 - Conferência de Encerramento
17h00 - Sessão de Encerramento
17h30 - Entrega de Certificados

Noite

21h30 - Espectáculo de Encerramento: ACORDAR! Cordas, Acordos e Outros Despertares... - Quinteto a Pletro "Giuseppe Anedda"

Artigo 2º

(Funcionamento do Congresso)
1 - O Congresso funciona, regra geral, em plenário, podendo também funcionar em secções.

2 - O Congresso funciona estando presentes a maioria dos Delegados ao Congresso.

Artigo 3º

(Mesa do Congresso)

1 - A Mesa do Congresso dirige as Sessões e é constituída por elementos dos Corpos Gerentes do SPM, designados pela Direcção.

2 - A Mesa do Congresso é constituída por dirigentes, sendo um Presidente, a quem compete dirigir os trabalhos, e pelos oradores e/ou convidados para cada sessão.

3 - Para cada sessão haverá uma mesa de apoio à Mesa do Congresso, designada pela Direcção, constituída por Dirigentes, Delegados Sindicais ou outros sócios.

Artigo 4º

(Período Antes da Ordem do Dia)

No início de cada Sessão, com excepção das Sessões de Abertura e de Encerramento, poderá haver um período de 10 minutos, destinado pela mesa à leitura do expediente e/ou informações.

Artigo 5º

(Período da Ordem de Trabalhos)

1- O período da Ordem de Trabalhos terá início imediatamente após o referido no artigo 4º.

2 - O período da Ordem de Trabalhos é destinado à apresentação e discussão das propostas agendadas.

Artigo 6º

(Apresentação de Propostas no Congresso)

1 - Serão automaticamente admitidas para debate as propostas apresentadas no Congresso, nos termos dos pontos seguintes.

2 - As propostas de alteração ao Regimento de funcionamento do 10º Congresso têm que dar entrada até às 10h30 do dia 6 de Maio.

3 - As propostas de alteração e de adenda ao Relatório de Actividades deverão ser apresentadas até às 11h30 do dia 6 de Maio.

4 - As propostas de alteração e de adenda à Moção de Orientação deverão ser apresentadas até às 18h00 do dia 6 de Maio.

5 - Poderão apresentar propostas de alteração e de adenda dos documentos em debate:

- A Direcção do SPM
- 10 Delegados ao Congresso

Artigo 7º

(Moções Estranhas à Ordem de Trabalhos)

1 - Podem ser aprovadas Moções estranhas à Ordem de



Auditório Sunrise do Hotel CS Madeira é palco do 10º Congresso dos Professores da Madeira

Trabalhos desde que se circunscrevam aos seguintes temas: solidariedade; paz; desenvolvimento; ambiente.

2 - As Moções estranhas à Ordem de Trabalhos deverão ser presentes à Mesa até às 09h30 do dia 7 de Maio.

Artigo 8º

(Intervenções e Uso da Palavra)

1 - Terão direito a usar da palavra no início dos debates, para efeito de apresentação das propostas, os membros dos Corpos Gerentes do SPM e um representante dos subscritores de cada proposta apresentada nos termos do artigo 6º e com a duração prevista no presente Regimento de funcionamento.

2- Podem usar da palavra, para efeitos de intervenção, os delegados ao Congresso.

3 - Podem usar da palavra, para dirigirem uma Saudação ao Congresso, os Convidados ao Congresso.

4 - A Concessão da palavra obedece aos seguintes critérios:

- ordem de inscrição;
- ser um dos subscritores das propostas de alteração ou de adenda;
- delegados que ainda não tenham usado da palavra no Congresso.

5 - Os oradores não poderão ultrapassar os 8 minutos por cada intervenção.

6 - Caso o volume de inscrições o justifique, a mesa pode reduzir o tempo de intervenção no sentido de dar a palavra ao maior número possível de delegados. Para o efeito, a Mesa deve definir, sempre que possível, o tempo de intervenção no início de cada sessão.

7 - Para efeitos de apresentação das propostas iniciais e/ou de alteração, pode a Mesa do

Congresso conceder um período mais alargado de intervenção caso o assunto o justifique e o tempo disponível o permita.

8 - As intervenções não podem sair do ponto em discussão da ordem de trabalhos, cabendo à Mesa advertir o orador quando tal aconteça e retirar-lhe a palavra se o mesmo persistir.

9 - As intervenções, incluindo aquelas que por falta de tempo, não sejam apresentadas em plenário, farão parte integrante das Actas do Congresso, desde que sejam entregues por escrito à Mesa.

Artigo 9º

(Termo do Debate)

O Período do debate encerrará de acordo com o horário previsto no artigo 1º deste regulamento, com prejuízo dos oradores inscritos, salvaguardando-se o que estiver no uso da palavra.

Artigo 10º

(Deliberações e Votações)

1 - A votação dos projectos e propostas admitidos far-se-á em plenário, por braço levantado, com a apresentação do cartão de voto e de acordo com o horário previsto no artigo 1º deste Regulamento.

2 - Durante a votação as portas manter-se-ão fechadas e nenhum delegado poderá usar da palavra até à conclusão da votação.

3 - As votações far-se-ão:

- na generalidade por votos a favor, contra e abstenções, no caso de haver um só documento; e em alternativa, se houver mais do que um documento à votação;
- na especialidade, tomando como base o documento aprovado na generalidade, nos capítulos, artigos ou nos pontos em que existam pro-

postas de alteração, supressão ou aditamento, a votação será sempre em alternativa.

4 - As propostas votadas serão aprovadas por maioria simples de votos dos Delegados presentes.

5 - Salvo resolução em contrário, por deliberação da Mesa ou a requerimento de qualquer Delegado, em cada momento da votação, apenas se procederá ao registo dos votos contra e das abstenções.

Artigo 11º

(Declaração de Voto)

As declarações de voto, salvo resolução em contrário, por deliberação da Mesa ou a requerimento de qualquer Delegado, serão apresentadas por escrito à Mesa, a qual poderá proceder à sua leitura, constando obrigatoriamente das Actas do Congresso.

Artigo 12º

(Requerimento)

1 - Só será considerado requerimento o pedido à Mesa, identificado como tal e respeitante aos processos de funcionamento e de votação.

2 - Os requerimentos serão obrigatoriamente apresentados por escrito e não conterão fundamentação ou explicação dos motivos que os justificam.

3 - A Mesa tem competências para aceitar ou rejeitar os requerimentos, sem prejuízo de recurso para o plenário. Em caso de aceitação o requerimento será imediatamente lido e votado, sem qualquer discussão.

Artigo 13º

(Comissão de Redacção)

1 - A Comissão de Redacção, definida pela Direcção do Sindicato, pode integrar um representante dos subscritores de cada proposta alternativa, para efeitos de análise da proposta respectiva, a solicitação da Comissão ou dos proponentes.

2 - A Comissão de Redacção deverá procurar a possível plataforma de entendimento entre o projecto e as propostas apresentadas.

3 - Na Mesa das votações, a comissão de redacção apresentará ao Congresso os textos finais, fundamentando sucintamente as razões de aceitação ou de rejeição das propostas de alteração.

Artigo 14º

(Casos Omissos e Reclamações)

Os casos omissos e as dúvidas resultantes do presente Regimento são decididos pela Mesa do Congresso.